

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
COMPORTAMENTO, APRENDIZAGEM E GESTÃO DE PESSOAS
RAFAELE POTRICH

**CAPACIDADES EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DOS AGRICULTORES
PARA A SUSTENTABILIDADE DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS
FAMILIARES: um estudo multicaso em Rondinha, no Rio Grande do Sul**

PASSO FUNDO

2017

RAFAELE POTRICH

**CAPACIDADES EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DOS AGRICULTORES
PARA A SUSTENTABILIDADE DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS
FAMILIARES: um estudo multicaso em Rondinha, no Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, na linha de pesquisa Comportamento, Aprendizagem e Gestão de Pessoas, na Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski

PASSO FUNDO

2017

RAFAELE POTRICH

**CAPACIDADES EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DOS AGRICULTORES
PARA A SUSTENTABILIDADE DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS
FAMILIARES: um estudo multicaso em Rondinha, no Rio Grande do Sul**

Dissertação de Mestrado aprovada em 05 de abril de 2017, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração Gestão Estratégica de Organizações, da Universidade de Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski
UPF – Orientadora

Profa. Dra. Anelise Rebelato Mozzato
UPF – Examinadora Interna

Profa. Dra. Sandra Beatriz Vicenci Fernandes
UNIJUÍ – Examinadora Externa

PASSO FUNDO

2017

Há um ser que não posso ver nem tocar,
mas, por inspiração,
me transmite sua paz e tranquilidade
nos momentos em que eu mesma
não acredito em mim.

AGRADECIMENTOS

“A agricultura é a arte de saber esperar”.¹ Condescendente a essa frase, no mestrado, por vezes, saber esperar é uma arte. Nem sempre nessa caminhada os passos foram firmes, mas esperar foi a melhor alternativa. Nesse percurso, muitas sementes foram lançadas à terra. Algumas delas geraram frutos, outras tantas não tiveram a oportunidade de germinar, pois o cultivo dessas sementes requer ações proativas de muitas pessoas. A estas, o meu agradecimento especial.

Agradeço primeiramente a Deus, ser especial que, com sua força, soube ser parte de mim quando eu mesma não mais me conhecia, soube falar ao meu ouvido quando eu não mais ouvia, soube enxugar minhas lágrimas quando elas insistiam em cair, soube ser acalento quando a paz parecia não estar mais presente, soube me mostrar o caminho quando este insistia em desaparecer.

Ao meu pai Ivaldino, à minha mãe Iria e à minha irmã Renata. Vocês são minha primeira família, a quem amo e agradeço profundamente o apoio, principalmente no início da caminhada. Os almoços preparados com carinho, a preocupação, as ligações, os sinceros desejos de estar bem, de “ir com Deus”, de se “cuidar na estrada”. As risadas que dividimos me faziam pensar na vida de maneira mais leve. Mãe, pai e nega, obrigada é a palavra com a qual resumo toda a gratidão que sinto por estarem em minha vida!

Ao meu marido Luciano, que soube entender o meu nervosismo, minhas preocupações e a minha ausência. Obrigada pela companhia e pelo silêncio quando esse se fazia importante. Obrigada também pelos cafés, pelos abraços e pelas ajudas. Obrigada por estar comigo nos momentos mais difíceis, sendo meu porto seguro.

À minha orientadora, professora Denize. Obrigada por, por vezes, não me entender e me fazer pensar muito. Por direta ou indiretamente ser a grande responsável pelo meu autoconhecimento, por notar meus pontos fracos e “tentar” melhorá-los. Por entender que nem todos os “filhos” são iguais e que alguns dão mais trabalho. Obrigada por me transmitir muitos dos seus conhecimentos e investir muitos de seus “insumos” nesta “terra” que por vezes parecia infértil.

Aos professores do mestrado, por me ajudarem no desenvolvimento da “plantação”.

¹ Riccardo Bachelli

Aos colegas do mestrado, por entenderem (ou não!) minha conduta e tentarem me ajudar na semeadura e na colheita dos frutos. Não é, Marcilde? A vocês, agradeço por, em dias de temporal, quando a ventania não cessava e a plantação parecia estar sendo destruída, me escutar dizer: É isso, né, Dani? Obrigada pelas cuias de chimarrão com camomila, pelas risadas, pelos pastéis da feira, pelos artigos não escritos, pelas comemorações em dias ensolarados, pelas bergamotas e pelos devaneios, e, por fim, obrigada pela simples presença!

Janaina e Etiene, simplesmente obrigada por tudo! Meninas, a presença de vocês foi como a brisa leve que tocou a plantação trazendo harmonia.

Às minhas amigas Aline, Cati, Rosi, Silvia e Vero, pela compreensão da minha ausência nos encontros e principalmente pelo incentivo e apoio que se fez necessário na caminhada.

Às famílias rurais pesquisadas, que tão bem me receberam, dedicando parte do seu tempo de trabalho para que o meu trabalho pudesse ser realizado. O brilho nos seus olhos refletindo a alegria de serem agricultores familiares impulsionou-me a estudar mais, mais e mais. Muito obrigada pela compreensão e participação no estudo!

Aos profissionais da Emater/RS-Ascar Rondinha. Ana, Camila e Luciano, obrigada por terem me recebido e “abrirem as portas dessa entidade” para que eu pudesse “colher sementes para minha plantação”, confiando em mim e no meu trabalho.

À Prefeitura Municipal de Rondinha, em nome de Moisés, Dionatam e do prefeito Ezequiel, os quais contribuíram com dados importantes para a “plantação da minha lavoura”.

Ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondinha, Fabiano, pela cedência do seu tempo e conhecimento em favor do meu estudo.

À Capes, por me dar condições financeiras de realizar não somente o mestrado, mas um sonho, por meio da concessão de uma bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP).

A todos que direta e indiretamente contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

Obrigada!

“A agricultura familiar não é um elemento da diversidade,
mas contém, nela mesma, toda a diversidade”

LAMARCHE

RESUMO

As capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares é tema contemporâneo no campo dos estudos organizacionais (EOR) brasileiros, bem como nas pesquisas sobre empreendedorismo e administração de pequenas propriedades rurais. Na presente dissertação, questiona-se como as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares podem contribuir para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares. O objetivo foi compreender a contribuição das capacidades individuais dos agricultores familiares para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares. Especificamente, foi caracterizado o espaço da pesquisa, investigada e descrita as dinâmicas produtiva, familiar e social das pequenas propriedades rurais familiares. Também foram analisados os processos de produção e comercialização dos produtos rurais, considerando a tridimensionalidade da sustentabilidade das referidas propriedades e, por fim, foram identificadas as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares. O pressuposto teórico é de que as capacidades estudadas no campo da estratégia em nível organizacional se inserem na área da cognição e da ciência comportamental no nível do indivíduo e abrem espaço para estudar capacidades individuais dos agricultores familiares. O referencial da teoria das capacidades é que orienta o estudo, tendo por base a agricultura familiar compreendida como a pequena propriedade rural familiar composta de sujeitos sociais identificados como agricultores familiares. A pesquisa foi desenvolvida no nível descritivo pela estratégia de estudo de casos múltiplos e abordagem qualitativa dos dados. O espaço da pesquisa foi constituído por pequenas propriedades rurais localizadas no município de Rondinha, no estado do Rio Grande do Sul. A fonte dos dados foi composta por três famílias rurais residentes em pequenas propriedades rurais, selecionadas seguindo os critérios definidos pela Emater/RS-Ascar para propriedades consideradas sustentáveis. Os sujeitos da pesquisa foram os proprietários de pequenas propriedades rurais em exercício de atividades rurais, denominados “agricultores familiares”, e os membros de sua família, bem como técnicos da Emater/RS-Ascar Rondinha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondinha e Prefeito Municipal de Rondinha. Os dados foram coletados por meio de entrevista, observação e análise documental. A análise dos dados ocorreu pela técnica de análise categorial do método análise de conteúdo. Os resultados indicam que os agricultores familiares possuem capacidades empreendedoras e inovativas, as quais são determinantes na gestão das pequenas propriedades rurais, cujas demandas se referem às dinâmicas familiar, produtiva e de comercialização. As capacidades individuais descritas servem de aporte teórico para discutir sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares. No contexto da nova ruralidade, é importante ater-se não somente ao estudo das variáveis que formam o modelo *triple botton line* (TBL) da sustentabilidade, ou seja, as dimensões econômica, financeira e ambiental, mas das capacidades individuais dos agricultores familiares. As pequenas propriedades rurais familiares são ambientes de reprodução de qualidade de vida e bem-estar dos membros da família rural e sua sustentabilidade depende das capacidades individuais. O agricultor familiar é um tomador de decisões, sujeito ativo nas relações sociais do território e protagonista no pensar a sustentabilidade da sua propriedade, pois tem capacidade de introduzir inovações nos processos produtivos, de promover melhoria genética, de criar e ser criativo, de se comprometer com o trabalho e atuar como líder na comunidade local.

Palavras-chave: Capacidades individuais. Sustentabilidade. Agricultor familiar. Pequena propriedade rural. Nova ruralidade. Capacidades empreendedoras. Capacidades inovativas.

ABSTRACT

The entrepreneurial and innovative capacities of family farmers is a contemporary theme in the field of Brazilian organizational studies (ORS), as well as in research on entrepreneurship and small farm management. In the present dissertation, we question how the entrepreneurial and innovative capacities of family farmers can contribute to the sustainability of small family farms. The objective was to understand the contribution of individual capacities of family farmers to the sustainability of small family farms. Specifically, the research space was characterized, investigated and described the productive, family and social dynamics of small family farms. The processes of production and marketing of rural products were also analyzed, considering the three-dimensional sustainability of these properties and, finally, the entrepreneurial and innovative capacities of family farmers were identified. The theoretical assumption is that the capabilities studied in the field of strategy at the organizational level fall within the area of cognition and behavioral science at the level of the individual and open space to study individual capacities of family farmers. The reference of the theory of capacities is that it guides the study, based on the family farming understood as the small family rural property composed of social subjects identified as family farmers. The research was developed at the descriptive level by the strategy multiple case study and qualitative approach of the data. The research area consisted of small rural properties located in the municipality of Rondinha, in the state of Rio Grande do Sul. Data sources were three rural families residing in small rural properties, selected according to the criteria defined by Emater / RS-Ascar for considered sustainable. The subjects of the survey were the owners of small rural farms, called "family farmers", and members of their family, as well as technicians from Emater/RS-Ascar Rondinha, President of the Rondinha Farm Workers' Union and Mayor of Rondinha. The data were collected through interview, observation and documentary analysis. Data analysis was compiled by the categorical analysis of the content analysis method. The results indicate that family farmers have entrepreneurial and innovative capacities, which are determinant in the management of small rural properties, whose demands refer to family dynamics, production and marketing. The individual capacities described serve as a theoretical contribution to discuss the sustainability of small family farms. In the context of the new rurality, it is important not only to study the variables that form the triple bottom line (TBL) of sustainability, that is, the economic, financial and environmental dimensions, but the individual capacities of family farmers. Small family farms are reproductive environments for the quality of life and well-being of members of the rural family and their sustainability depends on individual capacities. The family farmer is a decision maker, an active subject in the social relations of the territory and a protagonist in thinking about the sustainability of his property, since he has the capacity to introduce innovations in productive processes, to promote genetic improvement, to create and be creative, to commit and work as a leader in the local community.

Keywords: Individual capabilities. Sustainability. Family farmer. Small rural property. New rurality. Capabilities entrepreneurial. Capabilities innovative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Consequências sociais da liberdade de escolhas.....	36
Figura 2 – Representação gráfica do “novo rural”	41
Figura 3 – Esquema conceitual para análise da sustentabilidade nas propriedades rurais..	49
Figura 4 – Localização geográfica do município de Rondinha.....	60
Figura 5 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade.....	61
Figura 6 – Mapa do caminho dos tropeiros	62
Figura 7 – Primeiras casas no município de Rondinha	63
Figura 8 – Distribuição da produção de leite no Rio Grande do Sul.....	64
Figura 9 – Genograma da Família 1	66
Figura 10 – Instalações para gado leiteiro, manejo de ordenha e plantel leiteiro.....	69
Figura 11 – Jardins e horta na propriedade da Família 1.....	70
Figura 12 – Genograma da Família 2	79
Figura 13 – Jardins e ornamentos produzidos com materiais reciclados	82
Figura 14 – Infraestrutura de alimentação e ordenha do gado leiteiro	83
Figura 15 – Cultivo de olerícolas em estufas	84
Figura 16 – Genograma da Família 3	89
Figura 17 – Instalações e rebanho leiteiro	91
Figura 18 – Jardins na propriedade.....	92
Figura 19 – Contribuições das capacidades individuais dos agricultores familiares para os estudos da sustentabilidade nas propriedades rurais	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares	37
Quadro 2 – Formas de produção agrícola.....	42
Quadro 3 – Membros das famílias rurais participantes do estudo.....	54
Quadro 4 – Dimensões da sustentabilidade e variáveis analíticas.....	58
Quadro 5 – Características dos membros da Família 1	69
Quadro 6 – Características dos membros da Família 2	81
Quadro 7 – Resumo dos dados da produção na propriedade da Família 2.....	88
Quadro 8 – Características dos membros da Família 3	91
Quadro 9 – Resumo dos dados da produção na propriedade da Família 3.....	97
Quadro 10 – Variáveis presentes nos agricultores familiares pesquisados	102
Quadro 11 – Formas de produção identificadas nas pequenas propriedades rurais	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações das pequenas propriedades rurais	53
Tabela 2 – Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa.....	55
Tabela 3 – Panorama da produção leiteira no município de Rondinha.....	64
Tabela 4 – Resumo dos dados da produção.....	77
Tabela 5 – Outros produtos que geram receita na propriedade	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CMMAD – Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Coopac – Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EOR – Estudos Organizacionais

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Nead/MDA – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONU – Organização das Nações Unidas

OR – Organizational Studies

PIB – Produto Interno Bruto

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TBL – *Triple BottomLine*

VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CAPACIDADES INDIVIDUAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES E A SUA PROBLEMÁTICA.....	20
1.1 TEMA.....	20
1.2 PROBLEMA.....	26
1.3 RAZÕES PARA INVESTIGAR CAPACIDADES INDIVIDUAIS.....	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	34
2.1 TEORIA DAS CAPACIDADES INDIVIDUAIS	34
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	39
2.2.1 Definição de pequenas propriedades rurais familiares	39
2.2.2 A nova ruralidade	40
2.3 SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES RURAIS	46
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	50
3.2 ESPAÇO DA PESQUISA E CASOS ESTUDADOS	51
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	53
3.4 COLETA DE DADOS.....	56
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	58
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	60
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA.	60
4.2 PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES ESTUDADAS.	65
4.2.1 Família 1.....	66
4.2.2 Família 2.....	78
4.2.3 Família 3.....	88
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	98
5.1 CAPACIDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES	98
5.2 AGRICULTURA FAMILIAR.	103
5.3 SUSTENTABILIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	107
CONCLUSÕES.....	112

REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os produtores rurais	129
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os extensionistas da Emater-RS/Ascar.....	130
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Prefeito Municipal de Rondinha.....	131
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais	132
APÊNDICE E – Roteiro para observação	133
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	134

INTRODUÇÃO

As capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares é tema contemporâneo no campo dos estudos organizacionais (EOR) brasileiros, bem como nas pesquisas sobre empreendedorismo e administração de pequenas propriedades rurais. O recorte analítico para introduzir a referida temática foi o da sustentabilidade rural, considerado um debate emergente. O agricultor é tomado aqui como sujeito que faz parte de “um rural” que lhe exige condições para a adoção de inovações sociais e institucionais de larga escala, como afirma Wanderley (2012). Trata-se de um agricultor familiar atento à utilidade das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), da importância dos mercados e que reconhece a reciprocidade (sem negar a importância das trocas) como forma de reconversão estrutural do espaço econômico, social e ambiental que ocupa.

Para fugir da superficialidade do conceito de agricultura familiar, o estudo é desenvolvido por uma das correntes teóricas apontadas por Santos e Fontoura (2006), que traduzem as relações da propriedade rural com o mercado e com a sociedade, que reconhece os problemas de gestão ao nível da unidade de produção assim como também reconhece a capacidade organizativa e produtiva dos pequenos agricultores (WANDERLEY, 2012). Tem por base, ainda, a concepção de que o agricultor é um ator social que não considera o trabalho uma atividade rural exclusivamente direcionada ao lucro, mas um meio para a manutenção da família rural e uma demonstração de sua própria capacidade de resistência/permanência no campo e de adaptação a um moderno que tem o passado como referência, o qual determina suas práticas e representação de família (DEPONTI, 2007).

Nesse sentido, o agricultor familiar pode ser estudado pela perspectiva teórica das capacidades individuais sem ignorar as questões de contexto ao mesmo tempo em que se reconhece sua capacidade de fazer do rural um espaço sustentável e de bem-viver. Trata-se da investigação das capacidades individuais no campo da aprendizagem, mas tendo a sustentabilidade como ponto de partida. Tal proposta indica a existência de um problema teórico, tendo em vista que capacidades é tema de investigação do campo de EOR, mas que tem como objeto o espaço urbano. Na presente dissertação, a proposta contempla investigar o espaço rural, com um estudo orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: como as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares podem contribuir para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares?

O objetivo principal é compreender a contribuição teórica das capacidades individuais dos agricultores familiares para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares, investigando suas capacidades empreendedoras e inovativas. Para tanto, inicialmente, foi caracterizado o espaço da pesquisa e, na sequência, foram investigadas as características estruturais das propriedades e das famílias rurais no que tange à dinâmica produtiva, familiar e social. Também foram analisados os processos de produção e de comercialização dos produtos rurais, considerando três dimensões da sustentabilidade descritas por Elkington (2012).²

As evidências empíricas foram obtidas no município de Rondinha, no estado do Rio Grande do Sul, por ser considerado um espaço singular em razão do êxodo rural crescente (POTRICH; GRZYBOVSKI; PASQUALI, 2015) e das dinâmicas que geram processos sociais rurais atípicos no que se refere às capacidades individuais dos agricultores familiares. Rondinha sofre as consequências do êxodo rural, fenômeno que vem ocorrendo com mais frequência nos últimos vinte anos (POTRICH; GRZYBOVSKI; PASQUALI, 2015). Sua economia está baseada na produção agrícola das pequenas propriedades rurais familiares (EMATER/RS-ASCAR, 2016) e a redução do seu número e da população rural acarreta um problema estrutural, uma vez que Rondinha poderá perder o *status* de município e voltar a ser distrito de Sarandi, como foi até 1964. Ao mesmo tempo, se observa um fenômeno social em torno do jovem rural, com maior conhecimento técnico de administração, em especial de controles de gestão e de análise de mercado, em relação aos seus progenitores.

Um estudo do rural a partir das capacidades individuais dos agricultores familiares contribui para repensar a gestão das pequenas propriedades rurais nos municípios brasileiros. O agricultor pode ser o protagonista de um novo modelo de gestão da administração rural orientado por práticas que contemplam a sustentabilidade da propriedade rural e representam, simultaneamente, pontos de ruptura com o passado e elementos de modernidade, um agricultor familiar moderno, como denomina Wanderley (1999). É preciso ampliar o debate sobre uma nova ruralidade e tomar o rural um espaço singular (WANDERLEY, 2012), e isso é possível a partir da abordagem a rendimentos rurais, objetivos sociais e ambientais num padrão sustentável, ou seja, vinculando resultados econômicos da pequena propriedade rural com qualidade de vida e bem-estar das famílias rurais e de sua extensão (grupo de vizinhos, parentes e compadres), da comunidade onde vivem, bem como utilizando práticas de preservação e recuperação dos recursos naturais das pequenas unidades agrícolas.

² Uma opção teórica foi não explorar todas as dimensões da sustentabilidade descritas por Sachs (2008) em razão de se tratar de uma primeira aproximação do tema “capacidades individuais” no contexto rural, cuja ênfase está no campo da administração e não do desenvolvimento.

Os resultados deste estudo constituem a presente dissertação de Mestrado em Administração e são apresentados em seis capítulos, além desta Introdução. No **Capítulo 1**, faz-se a apresentação do tema, seus limites e possibilidades de investigação, evidenciando as lacunas teóricas na literatura gerencial. Neste capítulo também é apresentada a problemática que envolve a administração rural e a administração das pequenas propriedades rurais, seguida pelas justificativas do estudo, tanto as de ordem prática e acadêmica quanto as de ordem pessoal.

No **Capítulo 2**, são apresentados os fundamentos teóricos do estudo, iniciando-se com a exposição da teoria das capacidades individuais e as consêquências sociais da liberdade de escolhas, as quais seguem as definições e os contornos teóricos da agricultura familiar e a nova ruralidade. Na sequência, são expostas as vertentes teóricas da sustentabilidade, encerrando-se com o esquema conceitual para a análise das pequenas propriedades rurais familiares.

No **Capítulo 3**, consta o delineamento e a caracterização da pesquisa, a descrição dos casos selecionados para o estudo, os sujeitos da pesquisa, os métodos e as técnicas adotadas para a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

O **Capítulo 4** é destinado à apresentação das propriedades rurais selecionadas para o estudo, suas dinâmicas produtivas, familiares e sociais, os processos de produção e comercialização dos produtos, bem como os impactos ambientais causados pelas atividades produtivas.

No **Capítulo 5**, faz-se a discussão dos resultados, evidenciando as capacidades empreendedoras e as capacidades inovativas dos agricultores na administração das propriedades rurais familiares pesquisadas, voltando-se especial olhar a um contexto de sustentabilidade. Na sequência, apresentam-se as conclusões do estudo, suas limitações e possibilidades de pesquisas futuras.

1 CAPACIDADES INDIVIDUAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES E A SUA PROBLEMÁTICA

No contexto da agricultura familiar, as capacidades individuais dos agricultores familiares se inserem no debate sobre a sustentabilidade. Na primeira parte do presente capítulo, é dedicado um espaço para compreender tal temática por meio da revisão da literatura, a qual indica os percursos teóricos do seu desenvolvimento. Na segunda parte, abre-se um espaço para discutir a problemática inerente a esse campo de investigação considerando o contexto local como *locus* de investigação, o qual traz evidências de suas particularidades e instiga um novo debate teórico.

1.1 TEMA

O elemento terra tem gerado, desde os primórdios da humanidade, a sustentação para a vida por meio da produção de alimentos (TEDESCO, 1999), mas encontra-se ameaçada pelo uso intensivo de venenos, fertilizantes e insumos químicos. Há melhoramento genético de sementes e animais, uso da água para irrigação e mecanização das atividades agrícolas e inovações tecnológicas no processo de manuseio dos recursos naturais em todas as etapas da produção rural (PASCOAL, 1979; GRAZIANO DA SILVA, 1982; 1993; ALMEIDA, 1997; ALTIERI; MASERA, 1997; EHLERS, 1999; TEDESCO, 2003; CAPORAL; COSTABEBE, 2004; ABRAMOVAY, 2007; MATOS; PESSÔA, 2011; ALVES, 2013). O resultado de tais práticas e recursos combinados provocaram desgaste das riquezas do solo com consequências ambientais (KAIMOWITZ, 1997; LINDNER; MIORIN, 2008; CAMPONOGARA, 2012), sociais (TEDESCO, 1999; MATOS; PESSÔA, 2011) e econômicas (ALMEIDA, 1997; ABRAMOVAY, 2007; SANTOS; MITJA, 2012) e expõem ao agricultor familiar e sua família as necessidades de reflexão sobre a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

A origem do debate sobre sustentabilidade está no Relatório Burtland, elaborado pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual afirma que a humanidade é capaz de garantir atendimento às “necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas” (CMMAD, 1998), com limitações ao estágio de desenvolvimento de

tecnologias, à utilização racional dos recursos naturais por parte da organização social e da “capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana” (CMMAD, 1998).

Cavalcanti (2003) entende sustentabilidade como a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”, preconizando a ideia de uma sociedade sustentável. Elkington (2012) propõe compreender a sustentabilidade no meio empresarial a partir das dimensões planeta, pessoas e lucro “para alcançar o verdadeiro sucesso”, usando tecnologias limpas e adotando uma agenda da sustentabilidade.

No contexto das pequenas propriedades rurais familiares³, sustentabilidade é entendida como uma dimensão do modelo de gestão que contempla a forma como as atividades produtivas agropecuárias com mão de obra familiar são realizadas, se as técnicas adotadas geram o menor impacto possível nos recursos naturais e, ao mesmo tempo, produzem resultados econômico-financeiros ao proprietário da terra e qualidade de vida à sua família, otimização dos recursos para produção das culturas, satisfação das necessidades humanas de alimentos e das necessidades sociais da família rural e da comunidade local. Trata-se, portanto, de um estudo que contempla muito mais o espaço da pesquisa pela noção de território do que de região.⁴

³ Pequenas propriedades rurais familiares, nesta dissertação, são consideradas aquelas com gleba rural não superior a 50 hectares, que usam a mão de obra familiar e realizam cultivos em pequena escala de produção, cuja definição encontra-se alinhada à legislação brasileira. Segundo a Lei Federal nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. Em Rondinha, território do estudo, um módulo fiscal corresponde a 20 hectares de terra, portanto, pequena propriedade rural familiar nesta cidade é aquela com gleba rural não superior a 80 hectares de terra. Em abril de 2012, havia, no Brasil, 2.855.270 pequenas propriedades rurais (INCRA, 2016).

⁴ Território refere-se a um espaço social (KLOSTER; CUNHA, 2014) no qual ocorrem relações de trocas econômicas e sociais, constituído pelo estado e por uma série de atores que constroem e desconstróem relações de poder (SANTOS, 1978; SACHS, 1988), que Elias (2011) refere-se a um “espaço unificado e estável”. Trata-se de um recorte geográfico de um espaço irregular, que muda dependendo das relações sociais e dos jogos de poder que nele atuam (SANTOS, 1978; SACHS, 1988). Em termos operacionais, a análise do território contempla variáveis endógenas e potencialidades locais e regionais, que buscam valorizar a dinâmica interna do território do qual se fala (KLOSTER; CUNHA, 2014). Refere-se ainda à análise da construção coletiva local, também podendo ser um processo de inclusão social (ORTEGA; MATOS, 2013), o qual evidencia a forma como se constroem “teias de interdependências”, dando origem a famílias e cidades (ELIAS, 2011). Pela noção de território, o pesquisador estabelece ligações e compreende como elas se expandem para as relações sociais, constituindo comportamentos, valores, costumes, entre outros (SAQUET, 2011) próprios daquele lugar/espaço. Na concepção de territorialidade, são evidenciadas estruturas visíveis (associações) e invisíveis de poder local (poder da Igreja Católica, por exemplo, na formação territorial no processo de colonização do Pampa Gaúcho, na definição inicial das estruturas de governanças e na configuração do capital social).

Para Ehlers (1999) e Aguiar e para Munaretto (2016), **sustentabilidade em pequenas propriedades rurais de base familiar** refere-se à manutenção e ao uso dos recursos naturais, atividades produtivas que geram menor impacto ambiental possível, mas com produtividade agrícola, retorno dos investimentos realizados e atendimento das necessidades humanas do produtor e da sua família. Assim descrito, o tema enfatiza a noção de sustentabilidade contemplando os limites do planeta Terra e as dimensões pessoas e lucro no território e introduz o debate já iniciado por Wanderley (1999), do agricultor familiar moderno. Contudo, o estudo realizado por Seramim e Lago (2016), tendo como fonte de dados publicações brasileiras (teses, dissertações e artigos científicos) sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 e 2015, revelou que o tema está, mesmo que intrinsecamente, difundido em diversos estudos, mas conformam dois grupos distintos: (i) teses e dissertações enfatizam a dimensão ambiental da sustentabilidade; (ii) artigos científicos têm foco maior em aspectos econômicos e sociais. Afirmam os autores que se discute sustentabilidade “com ênfase em apenas uma dimensão ou situação específica. A maior parte dos trabalhos citam barreiras arraigadas nos mercados agrícolas, a necessidade de apoio técnico e de políticas públicas nas três dimensões” (SERAMIM; LAGO, 2016, p. 134) apresentadas por Elkington (2012).

Mesmo que o tripé da sustentabilidade (TBL) tenha sido originalmente proposto por Elkington (2012) para estudar sustentabilidade na indústria, entende-se que as três dimensões por ele apresentadas são válidas também para estudar o meio rural, pois permitem estabelecer relações com a viabilidade econômica da propriedade rural, as estratégias de comercialização dos produtos, a dinâmica social entre vizinhos, parentes e agregados e a natureza, ou seja, o meio ambiente natural. Essa afirmação encontra-se ancorada nos argumentos teóricos de Kageyama (2008), quando afirma que o desenvolvimento rural é um campo teórico dos estudos sobre desenvolvimento que ganhou força a partir de 1990 pelo fortalecimento da agricultura familiar e que recebeu a contribuição dos estudos sobre sustentabilidade ambiental.

Nessa dimensão analítica, a referida autora enfatiza a importância da diversidade de práticas locais e sociais que conferem autonomia técnica e produtiva ao agricultor familiar. Assim, a sustentabilidade rural alinha-se à sustentabilidade empresarial, pela necessidade de a agricultura familiar combinar os aspectos econômicos, sociais e ambientais nas atividades produtivas e diversidade de atividades que geram renda (pluriatividade), reconfigurando as funções das propriedades rurais familiares (KAGEYAMA, 2008) ao contexto contemporâneo.⁵

⁵ Contexto contemporâneo, nesta dissertação, refere-se ao maior contato/internalização do rural com o urbano, momento em que o rural passa por processo de mercantilização e externalização, repassando para o urbano o excedente da produção rural (VAN DER PLOEG, 2006).

Como afirma Mattei (2007, p. 1071), há transformações produtivas em curso no espaço rural, em especial aquelas relativas às funções econômicas e sociais desempenhadas pelo “mundo rural”, o qual deixou de ser um lugar onde produzem-se alimentos e matérias primas. O rural, afirma o autor, é um “espaço de reprodução de identidades, de cultura, de moradia, de lazer, de preservação da natureza”, multidimensional e multifuncional. Portanto, configura-se como um campo complexo de investigação onde não é aconselhável encorajar a diversificação agrícola sem considerar a degradação ambiental (ZHANG; SONG; CHEN, 2012), discutir a lógica da produção familiar sem considerar a extensão da família rural (grupo de vizinhos, parentes, compadres, agregados) que formam os grupos solidários, as equipes de trabalho e os “companheiros de luta” que representam a coletivização (ALMEIDA, 1986). Essa dinâmica representa diferentes lógicas familiares e contribui com a formação de dois focos analíticos da agricultura familiar que se entrecruzam, o (extra)econômico, os quais conferem relevância ao debate sobre capacidades dos agricultores familiares para inovar e empreender considerando a pluriatividade e a multifuncionalidade como estratégias para a sustentabilidade.

Pluriatividade, diversificação produtiva e multifuncionalidade são considerados modos de produção que auxiliam a inserção econômica, a representação social e as reflexões sobre questões ambientais das pequenas propriedades rurais familiares envolvendo (ir)racionalidades produtivas ao contemplar os saberes e as capacidades inovativas e empreendedoras dos agricultores (SCHENEIDER, 1994; TEDESCO, 1999; SOARES, 2000/2001; SCHENEIDER, 2001; VEIGA, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHENEIDER, 2003; TEDESCO, 2003; WANDERLEY, 2003; LOSH, 2004; WANDERLEY, 2004; ABRAMOVAY, 2007; KAGEYAMA, 2008; RATHMANN et al., 2008; CANDIOTTO, 2009; GAZELLA; BONNAL; MALLUF, 2009; NASCIMENTO, 2009; RICARDIO, 2011; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; CRUZ, 2012; KLEIN; SOUZA, 2013; ESCHER et al., 2014). No conjunto, pluriatividade, diversidade e multifuncionalidade representam “novo formato” de gestão dos recursos da pequena propriedade rural e de fora dela também, para mantê-la inserida na economia globalizada e no mundo capitalista.

Apoiando-se em Wanderley (1999; 2012), afirma-se que se trata de desenvolvimento rural sustentável, no qual os agricultores familiares são reconhecidos como modernos e adotam práticas e controles de administração profissional. Também adotam inovações (sociais, tecnologias de produção e de gestão), estão conectados ao mercado e reconhecem a importância das trocas, mas continuam tendo o passado como referência para determinar suas práticas.

Os estudos internacionais sobre sustentabilidade rural também se desenvolvem pelo debate integrado das três dimensões apontadas por Elkington (2012). Na **dimensão econômica**, as temáticas estudadas perfazem o contexto do uso da terra (FARROW; WINOGRAD, 2001; KAMUSOKO et al., 2009; LIU; WANG; LONG, 2010; ROOIJ et al., 2014) como um fator basicamente econômico, provocando ambiguidades ao traçar novas trajetórias para o produtor rural, pois há reconhecimento da perda de terras aráveis (LIU; WANG; LONG, 2010) e novos usos dos espaços rurais (MURA; SHARIF, 2015) num contexto pós-neoliberal (SHUCKSMITH; RONNINGEN, 2011). Nessa direção, surgem questionamentos nas famílias rurais: permanecer no meio rural ou migrar para os centros urbanos? De acordo com Shucksmith e Ronningen (2011), são as dificuldades econômicas no meio rural que provocam esses questionamentos, os quais são válidos para a realidade em diferentes países.

As tensões referenciadas podem questionar e silenciar, também podem encorajar e desenvolver novas ideias que relacionam o potencial das áreas rurais e os novos meios de subsistência (AKOIJAM, 2013; LU; LORA-WAINWRIGHT, 2014) das famílias rurais, como a diversificação produtiva (ZHANG; SONG; CHEN, 2012) e o turismo rural (MURA; SHARIF, 2015). Essas novas formas de subsistência têm gerado produtividade, renda e contribuído para reduzir a pobreza rural, mas também são resultados de políticas públicas que subsidiam o crédito rural (AKOIJAM, 2013; SILVA; BERNARDES, 2014) e propõem novas formas de estruturação do rural pelo uso (futuro) da terra.

Na **dimensão social**, os estudos internacionais sobre sustentabilidade rural contemplam a dinâmica dos territórios trazendo temáticas como qualidade de vida (FAWAZ; VALLEJOS, 2011) e saúde da população residente nas áreas rurais (FARMER; PRIOR; TAYLOR, 2012). Não obstante a isso, a construção de redes sociais no território conduz a uma ressignificação do conceito de rural, problematizando as desigualdades e os desequilíbrios, potencializando o uso da terra, o manejo dos recursos naturais e as relações humanas (FAWAZ; VALLEJOS, 2011; AGUIAR; MUNARETTO, 2016). O incremento do capital social⁶, envolto no conhecimento tecnológico e nas capacidades dos produtores envolvidos, encoraja novas ideias num contexto de mutação da vida cotidiana e familiar (FARMER; PRIOR; TAYLOR, 2012). Nesse debate, emerge a multifuncionalidade da agricultura familiar (GAZELLA; BONAL; MALLUF, 2009), a modernização dolorosa descrita por Graziano da Silva (1982), a reconstrução da agricultura

⁶ Capital social – conjunto de elementos subjetivos das relações estabelecidas num território, como “confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 67); bem público, subproduto de outras atividades sociais, fundado em redes de cooperação horizontais e nas relações sociais; é resultado dos processos de comunicação e/ou das relações envolvendo indivíduos e sociedade, num contexto de desenvolvimento territorial (CUNHA; CALLOU, 2013).

na América Latina (FARROW; WINOGRAD, 2001), mas, principalmente, uma proposta de desenvolvimento como “liberdade” (SEN, 2000).

Na **dimensão ambiental**, a preservação do meio ambiente (XU et al., 2014), o desmatamento (FARROW; WINOGRAD, 2001) e o uso da terra de forma consciente (FARROW; WINOGRAD, 2001; KAMUSOKO et al., 2009; LIU; WANG; LONG, 2010) têm suscitado pesquisas internacionais, que, em sua maioria, apoiam a dinâmica do cultivo racional da terra, a diversificação produtiva desde que considerando a degradação ambiental (ZHANG; SONG; CHEN, 2012) e modelos de produção em padrão sustentável. Apoiados na conscientização ambiental e no ambiente a ser deixado às futuras gerações, os estudos internacionais propõem indicadores que recomendam sinergia entre reflorestamento, cultivo da terra e criação de animais (FARROW; WINOGRAD, 2001; LIU; WANG; LONG, 2010; FAWAZ; VALLEJOS, 2011).

No contexto brasileiro, os debates sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade rural encontram-se dispersos nos campos econômico e social, com maior ênfase nas políticas públicas (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011; SILVA; BERNARDES, 2014; GRISA; SCHNEIDER, 2014), na transferência de tecnologias (FREITAS et al., 2012), nas múltiplas funções do uso da terra e na dinâmica das comunidades rurais (GAVIOLI; COSTA, 2011), no uso racional dos recursos naturais (CARNEIRO NETO et al., 2008; BRANDENBURG, 2010), nos desafios da sustentabilidade econômico-ecológico (SANTOS; MITJA, 2012; AGUIAR; MUNARETTO, 2016) e na agroecologia (SANTOS et al., 2014).

Segundo Tedesco (2007), a sustentabilidade rural no Brasil tem sido discutida sob diferentes perspectivas teóricas, como desenvolvimento rural ou sinônimo de desenvolvimento sustentável. Quando os estudos versam especificamente sobre sustentabilidade rural, o debate refere-se à agroecologia⁷ (CAMPOS, 1999; TEDESCO, 2006; GALVÃO et al., 2011) e à dinâmica das comunidades rurais, analisando em conjunto os aspectos biofísicos, sociais e microeconômicos (VIDAL; SANTOS, 2014) do rural. Aguiar e Munaretto (2016), no entanto, investigaram as práticas sustentáveis adotadas nas propriedades rurais e, no contexto do município de Campo Novo, no estado do Rio Grande do Sul, identificaram que os agricultores familiares têm conhecimento sobre o tema sustentabilidade e que a maioria deles adota práticas sustentáveis nas atividades rurais, como de energia, de água, de coleta seletiva de lixo, sistema de esgoto e mata nativa nas propriedades.

⁷ Por agroecologia, entende-se a “agricultura menos agressiva ao meio ambiente” promovendo a inclusão social e proporcionando melhores condições econômicas aos agricultores familiares (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A diversidade de práticas que conferem autonomia técnica e produtiva ao agricultor familiar, as transformações produtivas em curso no mundo rural reconfigurando as funções econômicas e sociais da pequena propriedade rural, a demanda por agricultores familiares modernos num contexto de desenvolvimento rural sustentável, o acesso à terra e o fenômeno da pluriatividade, entre outras questões complexas que conformam o campo de investigação (“o mundo rural”) revelam que pouco tem sido escrito sobre as capacidades dos agricultores familiares. Se, por um lado, os rendimentos rurais dependem da diversificação agrícola, ou seja, do melhor desempenho econômico num padrão sustentável, por outro lado, os resultados rurais são afetados pelas capacidades do agricultor familiar.

Entre outras capacidades, a literatura anteriormente apresentada aponta para um agricultor familiar capaz de combinar recursos, adotar tecnologias de informação e de comunicação (TICs), saber ler os sinais do mercado e compreender a sua dinâmica, preservar e valorizar o “patrimônio sociocultural” (WANDERLEY, 1999). A mesma literatura também aponta ser necessário empreender para se afastar da precariedade estrutural, valorizar a socialização dos membros da sua família rural e reconhecer nela os novos formatos de família já presentes na sociedade urbana; preservar o passado e as tradições, mas também transformar a propriedade rural num empreendimento atraente aos investidores, definido por Schneider (1999) como “modelo ideal”, sem que isso represente rupturas e/ou descontinuidades, mas apenas um conjunto de capacidades individuais requeridas no perfil do agricultor familiar moderno com vistas à sustentabilidade da pequena propriedade rural.

Para tanto, toma-se o agricultor familiar como um agente da mudança no uso da terra capaz de conjugar elevada produtividade a espaço da “riqueza social de natureza pública”⁸, cuja unidade familiar se reproduz no ciclo geracional de acordo com a lógica do parentesco (aquela que perpetua na família via nascimento, casamento, morte e herança).⁹

⁸ Riqueza social de natureza pública refere-se às informações, aos espaços públicos, a conhecimento sob a forma digital e a bens coletivos (CORDEIRO, 1995).

⁹ Para maiores informações sobre família rural, ver Almeida (1986).

1.2 PROBLEMA

As capacidades dos agricultores familiares em manter a propriedade rural e a sua família é uma questão pouco explorada na literatura gerencial. Encontra-se na sustentabilidade a base teórica necessária para colocar a temática em evidência e contribuir para o avanço do conhecimento científico em administração rural.

A sustentabilidade rural é tema que provoca inquietações científicas e dificuldades práticas em pensar o rural no contexto contemporâneo, em razão da proliferação das práticas do capitalismo industrial e a resignificação do rural (TEDESCO, 1999; CARNEIRO, 2001; VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2004; ABRAMOVAY, 2007; KAGEYAMA, 2008; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). É preciso reconhecer que há um limite para o uso dos recursos naturais, já amplamente descrito na literatura sobre o uso dos recursos naturais não renováveis (EHLERS, 1999; SACHS, 2009; VIDAL; SANTOS, 2014), bem como não se pode ignorar que esses recursos naturais são parte integrante do mundo moderno, assim como foi em outras eras. A questão central, no entanto, volta-se a compreender como fazer com que as famílias rurais se mantenham no campo e com que elas se conscientizem da necessidade de utilizar de forma racional os recursos naturais, provocando externalidades positivas (menor impacto ambiental possível) com suas práticas produtivas, tudo isso em um contexto no qual as capacidades dos agricultores familiares não sejam discutidas.

A problemática ganha mais relevância no contexto das pequenas propriedades rurais, que utilizam mão de obra familiar cada vez mais escassa. Nelas, o processo produtivo em geral é artesanal e a escala de produção é pequena, cuja leitura de cenário leva-os a tentar reproduzir as práticas produtivas das grandes propriedades (agricultura intensiva), numa tentativa de auferir ganhos/renda maior. As grandes propriedades rurais não enfrentam as mesmas condições de contexto, pois encontram amparo na legislação, no mercado e na disponibilidade de recursos financeiros para usar diferentes tecnologias (de produção intensiva, modificação genética e gestão estratégica). Por conseguinte, conseguem maior produtividade, dispõem de mão de obra assalariada e de recursos financeiros para subsidiar as atividades produtivas e manter a família. Nelas, o proprietário apresenta perfil de empresário rural. A pequena propriedade rural é dependente das capacidades individuais do agricultor e dos membros da sua família (esposa/o, filhos/as, genros/noras) para compreender a complexidade do sistema agroindustrial que envolve as atividades rurais e a gestão dos recursos, localizando-se entre o mercado de insumos e a sua (infra)estrutura instalada para o processamento, distribuição e comercialização do produto rural (UECKER; UECKER; BRAUN, 2005). Soma-se a isso o

baixo nível de instrução do agricultor familiar (ALVES; MANTOVANI; OLIVEIRA, 2006), que limita sua compreensão do referido sistema agroindustrial.

Como afirma Wanderley (1999), a agricultura familiar não é uma categoria social recente, mas estudar as capacidades do agricultor familiar, sim. Para compreender a colonização do mundo rural, a emergência de novos atores, a racionalidade ambiental ou ecológica de distintas ruralidades, bem como o rural na formação e na evolução do Brasil contemporâneo, remontam-se fatos históricos. Na emergência do crescimento econômico, o Brasil, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, marca sua história pela expansão de territórios agrícolas (BRUM, 1997; FURTADO, 1998). Naquela oportunidade, com a economia em crescimento, incentivos à abertura de novas fronteiras agrícolas e exploração das riquezas naturais, a agricultura foi fundamental para o país pela ocupação de terras inexploradas. Por conseguinte, observam-se transformações demográficas pela migração inter-regional dos agricultores, mas também a migração do meio rural para o meio urbano, por acreditarem que na cidade vive-se melhor (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011). Algumas pressuposições dos agricultores familiares levam à compreensão de que na cidade não são enfrentados problemas com intempéries e cultivares, nem há necessidade de fontes de recursos para aquisição de sementes, fertilizantes e maquinário para gerar renda/recursos para seu autoconsumo saciado¹⁰. Como explica Wanderley (2010, p. 19), na cidade, se ganha a vida “só na saliva”.

Na década de 1970, o solo das lavouras brasileiras já se encontrava degradado pelo uso indiscriminado da terra (MATOS; PESSÔA, 2011). Foi nesse período que o melhoramento genético das sementes, o uso de fertilizantes, a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e fertilizantes surgiram como uma resposta para o problema de degradação do solo, obrigando o pequeno produtor rural a corrigi-lo com produtos químicos, o que tornou inviável a produção agrícola em pequena escala (VEIGA, 2002; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; VAN DER PLOEG, 2006; WANDERLEY, 2009) de culturas tradicionais, como soja.

Se naquele contexto a alternativa era a produção intensiva, hoje, a preocupação está na preservação, conservação e/ou proteção dos recursos naturais, o que recoloca o tema ao debate pela perspectiva da administração rural, do empreendedorismo e da sustentabilidade. Assim abrem-se espaços em outros fóruns além da sociologia rural, como nos EORs brasileiros, com vistas a debater a agricultura familiar não apenas para explicar o “lugar do rural”, como afirmou Wanderley (2010), mas para mostrar uma dimensão desse rural pelas capacidades dos sujeitos

¹⁰ Gerar alimentos para o autoconsumo por meio da “reprodução relativamente autônoma”, destinando o excedente ao mercado e garantindo uma base de recursos autocontrolada (VAN DER PLOEG, 2006).

(e também atores sociais) que o habitam, sejam elas capacidades organizativas, produtivas, inovativas, empreendedoras ou tantas outras que talvez formam o seu perfil e contribuem para permanecer no rural.

No contexto do século XXI, o agricultor familiar está mais consciente de que a lógica econômica – da família e da pequena propriedade rural como uma unidade que se reproduz submissa à racionalidade do setor industrial ou da grande propriedade rural – apresenta limitações quando se insere nesse debate a questão da sustentabilidade. Almeida (1986) afirma que a família rural adota estratégias micro (casamento entre primos, por exemplo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preservação da unidade territorial, por exemplo) com vistas a ter maiores rendimentos rurais e, ao mesmo tempo, atender aos objetivos sociais (cuidar dos pais/sogros) e ambientais (atender às exigências do Código Florestal), ou seja, garantindo a sustentabilidade da propriedade e da família rurais.

No **nível federal**, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹¹ manifesta tal preocupação por meio de chamadas públicas, que visam à sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, a exploração das potencialidades agrícolas regionais, a publicização dos resultados de estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead). O objetivo do MDA é estimular o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais com enfoque na organização e estruturação das propriedades, diversificação de atividades de produção e de renda, uso racional dos recursos naturais, segurança alimentar e nutricional das famílias rurais.

Em **nível estadual**, o governo trabalha com esse propósito por meio da Emater/RS-Ascar¹². Essa associação civil tem vencido as licitações das várias chamadas públicas, tornando-se a representante natural do serviço oficial de extensão rural do estado (EMATER/RS-ASCAR, 2016).¹³ A referida organização atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, num contingente de 250 mil famílias, 9.550 comunidades, 480 municípios e 12 regiões. O propósito central é o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-

¹¹ Maiores informações da política para a agricultura familiar estão disponíveis na página eletrônica da Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, no *link*: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/safseaf/apresenta%C3%A7%C3%A3o>.

¹² A Emater/RS-Ascar é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, mantida pela ASCAR, que recebe recursos públicos para a realização de ações públicas.

¹³ Em 28 de dezembro de 2012, a Emater/RS-Ascar firmou o Contrato nº 119/2012 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a promoção da agricultura familiar sustentável em municípios do estado do Rio Grande do Sul, atendendo à Chamada Pública nº 10/2012.

ASCAR, 2016). Para realizar os projetos das chamadas públicas, a Instituição delimitou sete lotes, agrupando 100 municípios do Rio Grande do Sul, com 22.600 famílias que integram a agricultura familiar e que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cuja adesão ao programa é voluntária.

Em **nível municipal**, a Emater/RS-Ascar desenvolve o projeto “Sustentabilidade”, oriundo de uma chamada pública. Suas atividades contemplam 240 famílias de nove comunidades (Lajeado Seco Caravággio, Lajeado Seco Fátima, Lajeado Seco Santa Lúcia, Araçá Sant’Ana, Araçá São Brás, Araçá Santo Antônio, Linha Visconde, Linha Zatti e Linha Cachoeira Branca) do município de Rondonia. O propósito é a melhoria da qualidade de vida nas pequenas propriedades rurais e a permanência do “homem” no campo, orientado pelo planejamento das ações produtivas, econômicas e ambientais de cada propriedade. Os temas que recebem maior atenção são: o manejo do solo e da água, a produção de base ecológica e orgânica, a comercialização dos produtos, o acesso a políticas públicas, a implementação de agroindústrias e a regularização ambiental.

Os técnicos da Emater/RS-Ascar realizam o diagnóstico da propriedade, prestam serviços de assistência técnica e extensão para as famílias rurais por meio de encontros nas comunidades, dias de campo, excursões, seminários, oficinas, demonstrações técnicas. Também incentivam a implementação de atividades de turismo rural para diversificar as fontes de renda e para evitar a ampliação do êxodo rural¹⁴.

Entre os temas contemplados em políticas públicas, programas e projetos em todos os níveis da administração pública (federal, estadual, municipal) encontram-se ausentes os debates sobre as capacidades dos agricultores familiares. Capacidades – termo que designa o ser e o fazer do agricultor familiar no campo do saber da Administração – poderia ser contemplado no projeto de sustentabilidade desenvolvido pelos técnicos da Emater/RS-Ascar para além da diversificação. Saber cooperar e, por meio do processo de cooperação, ser capaz de transformar o local em que vive faz do agricultor um empreendedor. Quando essa capacidade amplia a competitividade da pequena propriedade rural por meio das inovações que o agricultor introduz nos diferentes processos (produtivo, organizativo, administrativo, de comercialização, outros) diz-se que ele possui capacidades inovativas.

¹⁴ Por diversificação, os extensionistas da Emater-RS/Ascar entendem a diversidade de atividades produtivas (cultivo de grãos, produção de leite, suínos e “miudezas”) que produzam rendas em diferentes períodos do mês e ano para além da concepção tradicional de safra. São pequenas rendas e de diversas fontes que reduzem o grau de vulnerabilidade da família rural.

A respeito, Wanderley (2010, p. 18) relata o desejo de um homem que desejava apenas ter um galinheiro com 50 galinhas, cuja análise, pela lógica econômica, representava um “ponto de partida” de um grande empreendimento, para o qual “ele se sentia preparado e motivado”. Apoiando-se em Degen (2010), afirma-se que se trata de um agricultor familiar proativo, capaz de empreender para melhorar a eficiência produtiva da sua propriedade, a qual depende de um saber herdado (patrimônio sociocultural) (WANDERLEY, 1999; DEPONTI, 2007) e de um saber técnico desenvolvido de forma combinada, por exemplo, pelos técnicos da Emater/RS-Ascar. Em muitas famílias rurais, o jovem é o detentor das capacidades inovativas e empreendedoras, sendo, dessa forma, provocando e/ou estimulando a adotar estratégias diversas para a sustentabilidade econômica da pequena propriedade rural.

A migração rural se apresenta como um fenômeno social crescente em diferentes lugares, como ocorre em Rondinha, *lócus* do presente estudo. Segundo dados do IBGE (2015), a população de Rondinha tem apresentado decréscimo constante desde a década de 1990. Em 1970, havia 8.308 habitantes, dos quais 7.592 moravam na zona rural e 716 pertenciam à zona urbana. Em 1991, a população passa a ser de 7.126, dos quais 5.182 residentes na zona rural e 1.944 na área urbana. Em 2010, a população rondinhense constitui-se por 5.518 habitantes, o que representa 66,42% da população existente em 1970. A população rural ainda é a maioria (58,01%), representada por 3.201 habitantes e 965 pequenas propriedades rurais.

De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2016), a matriz produtiva do município de Rondinha está concentrada na agropecuária (50,98%) e serviços (45,07%) na sua maioria vinculados à agropecuária (transporte de leite, assistência técnica, outros). A participação da indústria está em apenas 3,96%. De qualquer modo o produto interno bruto (PIB) gerado em 2013 foi de R\$ 131.354,00, o que coloca o município na posição 251 entre os demais no Rio Grande do Sul; o PIB *per capita* foi de R\$ 23.473,00 e a participação da agropecuária de Rondinha no valor adicionado bruto (VAB) do estado foi de 0,22%. As atividades de destaque da agricultura e sua produção anual são a produção leiteira (37.200.000 litros), a produção de soja (500.000 sacas), milho (280.000 sacas), trigo (100.000 sacas) fumo (200.000 kg) e suínos (98.780 cabeças) (IBGE, 2016; FEE, 2016).

Assim, Rondinha se configura como um espaço social de pesquisa (território) recortado geograficamente para estudar as capacidades dos agricultores familiares. A exemplo de outros territórios no Brasil com configurações semelhantes. Tratam-se de territórios onde a pequena propriedade rural familiar tem dificuldades em manter-se produtiva, seja pelo êxodo rural crescente, pela pobreza rural e degradação ambiental, seja pela diminuição gradativa da rentabilidade obtida pelos agricultores familiares com as atividades produtivas tradicionais

(cultivo de cereais, por exemplo), pelo avanço crescente das grandes extensões de terras com elevados índices de produtividade ou pelas exigências legais relativas à preservação ou à recuperação dos recursos naturais empresas pelo Código Florestal. Mesmo assim, se pressupõe que agricultores familiares são capazes de superar tais dificuldades inerentes à sustentabilidade de suas propriedades rurais por meio de características que o identificam como empreendedor e com capacidade criativa de (re)inventar suas práticas.

1.3 RAZÕES PARA INVESTIGAR CAPACIDADES INDIVIDUAIS

Durante muito tempo, os agricultores buscaram rendimentos rurais sem medir o impacto que suas práticas produtivas causavam no meio ambiente natural e na sociedade (WANDERLEY, 2009). Os rendimentos e os lucros eram os grandes protagonistas, até o momento em que a sustentabilidade emerge como conceito que traduz os problemas de uso de recursos naturais em propriedades rurais. Considerar que a sociedade vivencia problemas relacionados à modernização agrícola, que produz “pobres do campo” (GRAZIANO DA SILVA, 1993) e amplia o êxodo rural provoca reflexões sobre as capacidades dos agricultores familiares e sobre a ruralidade, o processo de racionalização da vida social e biológica sem ignorar a combinação da família rural, da propriedade da terra e dos recursos econômicos, ou seja, a agricultura familiar.

A pequena propriedade rural vivencia os efeitos das transformações na sociedade (BRUNDENBURG, 2010). Dizer que as pessoas no mundo necessitam de alimentos não justifica grandes propriedades de terras produzirem *commodities* com uso intensivo de produtos químicos, dizimando recursos naturais, provocando problemas sociais no espaço urbano decorrentes do êxodo do rural (MATOS; PESSÔA, 2011). Estudar a pequena propriedade rural com ênfase nas capacidades empreendedoras e inovativas do agricultor familiar é uma tentativa de compreender seus modelos mentais e resgatar seu entendimento sobre qualidade de vida e bem-estar social para a família rural.

O TBL foi concebido como modelo para auxiliar os gestores a integrar os três pilares da sustentabilidade (ALVARENGA et al., 2013) no processo decisório. Contudo, a consulta na literatura não evidenciou a utilização do TBL como perspectiva analítica da sustentabilidade em propriedades rurais; as evidências indicam que no Brasil, os estudos sobre sustentabilidade das pequenas propriedades rurais são escassos. A ausência de estudos que contemplem a sustentabilidade no nível da propriedade rural evidencia uma lacuna teórica para estudá-las como um tipo organizacional específico (FARROW; WINOGRAD, 2001; KAMUSOKO et al.,

2009; LIU; WANG; LONG, 2010; VEIGA, 2010; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; FARMER; PRIOR; TAYLOR, 2012; ESCHER et al., 2014; KLOSTER; CUNHA, 2014; MURA; SHARIF, 2015).

O estudo também reveste-se de importância de ordem prática no *locus* da pesquisa, Rondinha, no estado do Rio Grande do Sul. A economia local é dependente das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar e se observa crescente migração dos jovens do espaço para o urbano. A sustentabilidade dessas propriedades rurais pode contribuir para retenção desses jovens nas atividades produtivas rurais e na manutenção da sua família no campo, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do território. Pelo recorte geográfico realizado para o presente estudo, a abordagem de território segue os pressupostos teóricos dele (o território) como espaço social, na interpretação de Kloster e Cunha (2014), no qual ocorrem relações de trocas econômicas e sociais, constituído pelo estado e por uma série de atores que constroem e desconstroem relações de poder (SANTOS, 1978; SACHS, 1988).

Nesse sentido, o estudo representa avanço teórico no que tange à sustentabilidade por colocar as capacidades individuais do agricultor familiar no centro do debate e contextualizado no local onde ocorrem as trocas. Compreender a contribuição das capacidades individuais dos agricultores familiares para a sustentabilidade de suas propriedades também representa uma lacuna teórica nas pesquisas sobre empreendedorismo, cujo contexto está centrado no meio urbano. Os resultados podem confirmar a agricultura familiar como um objeto social complexo, servindo como um instrumento para orientar políticas públicas, programas e projetos para o agricultor e não para a agricultura. Espera-se que os resultados desta pesquisa auxiliem agentes locais na construção da sustentabilidade rural, incorporando de forma dinâmica as três dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) de um território e combinado com atividades de capacitação do agricultor familiar com capacidades empreendedoras e inovativas.

Na trajetória profissional da autora deste estudo, a pesquisa se justifica em razão de que a mestrandia é membro de uma família rural (família Banaletti). Também, é filha de agricultores familiares (família Potrich) que ainda residem na mesma região geográfica (região Nordeste do Rio Grande do Sul) e contexto sociocultural (município de Sarandi), no qual se observam problemas de gestão e de capacitação comuns aos agricultores familiares e dilemas das famílias rurais no que tange ao uso da terra e ao futuro da família rural.

O tema (capacidades empreendedoras e inovativas) se insere no campo de estudos do Grupo Multidisciplinar de Estudos Organizacionais (GMEORG), do qual a autora faz parte. Na linha de pesquisa “empreendedorismo, desenvolvimento e empresa familiar” desse grupo de

pesquisa busca-se compreender a gestão de negócios familiares tendo as propriedades rurais como um dos objetos de investigação no sentido de identificar e analisar as dinâmicas das famílias rurais, a profissionalização de seus membros, o desempenho das atividades produtivas (resultados rurais), bem como as práticas, as estratégias, os conflitos geracionais e a tridimensionalidade da sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O campo de construção do conhecimento sobre sustentabilidade das pequenas propriedades rurais permeia um esquema conceitual envolvendo indivíduos e suas capacidades, território e utilização do espaço social. No presente capítulo, apresenta-se o referencial teórico inerente à temática, iniciando-se pela teoria das capacidades individuais. Em seguida, a abordagem teórica da agricultura familiar, suas definições e questões de contexto que representam a complexidade sobre sustentabilidade no meio rural por meio da nova ruralidade. Na última parte, são apresentadas a sustentabilidade e as três dimensões que representam uma das vertentes teóricas.

2.1 TEORIA DAS CAPACIDADES INDIVIDUAIS

A teoria das capacidades tem sua origem no campo da estratégia, a qual busca explicar como as empresas absorvem as informações no ambiente externo e as transformam em inteligência competitiva (teoria da inteligência de mercado) e como as empresas se adaptam estrategicamente buscando inovar produtos e serviços a fim de obter vantagem competitiva (teoria das capacidades dinâmicas). Com base nos estudos desenvolvidos por Nelson e Winter (1982), nas rotinas e na capacidade de “variação” que mantêm a economia evolutiva, emergiram as discussões das capacidades das organizações de se adaptar aos novos contextos, de absorver novos conhecimentos (aprendizagem organizacional) e de inovar.

Mais tarde, a teoria das capacidades recebe a contribuição de Cohen e Levinthal (1990) sobre a capacidade das organizações em reconhecer o valor de uma nova informação externa, assimilá-la e aplicá-la. Trata-se da capacidade absorptiva que os referidos autores desenvolveram para estudos no nível individual. Afirmam que a habilidade para explorar o conhecimento externo é um componente crítico da capacidade inovativa, ou seja, a organização necessita conhecimento prévio para utilizar novos conhecimentos. Portanto, tratam-se de *drivers* internos, modelos mentais dos empreendedores que atuam como direcionadores das capacidades absorptivas.

Assim, a teoria das capacidades se insere na área da cognição e da ciência comportamental no nível do indivíduo e abre espaço para estudar capacidades individuais dos agricultores familiares. Seguindo os estudos de Chauvet (2003), as dimensões da capacidade

absortiva são a aquisição, a assimilação, a transformação e a *exploitation*. Essa última trata da habilidade das pessoas em aplicar novos conhecimentos para fins comerciais (capitalizar conhecimentos e esforços de interpretação). É uma capacidade organizacional baseada nas rotinas que permitem empresas aperfeiçoar, ampliar competências existentes e criar novas (ZAHRA; GEORGE, 2002), mas também é uma capacidade individual que designa o ser e o fazer de alguém num determinado campo do saber. O empreendedor, seja ele urbano ou rural, é alguém com capacidades empreendedoras, que sabe cooperar para alcançar seus objetivos e, por meio do processo de cooperação, transforma o local em que vive.

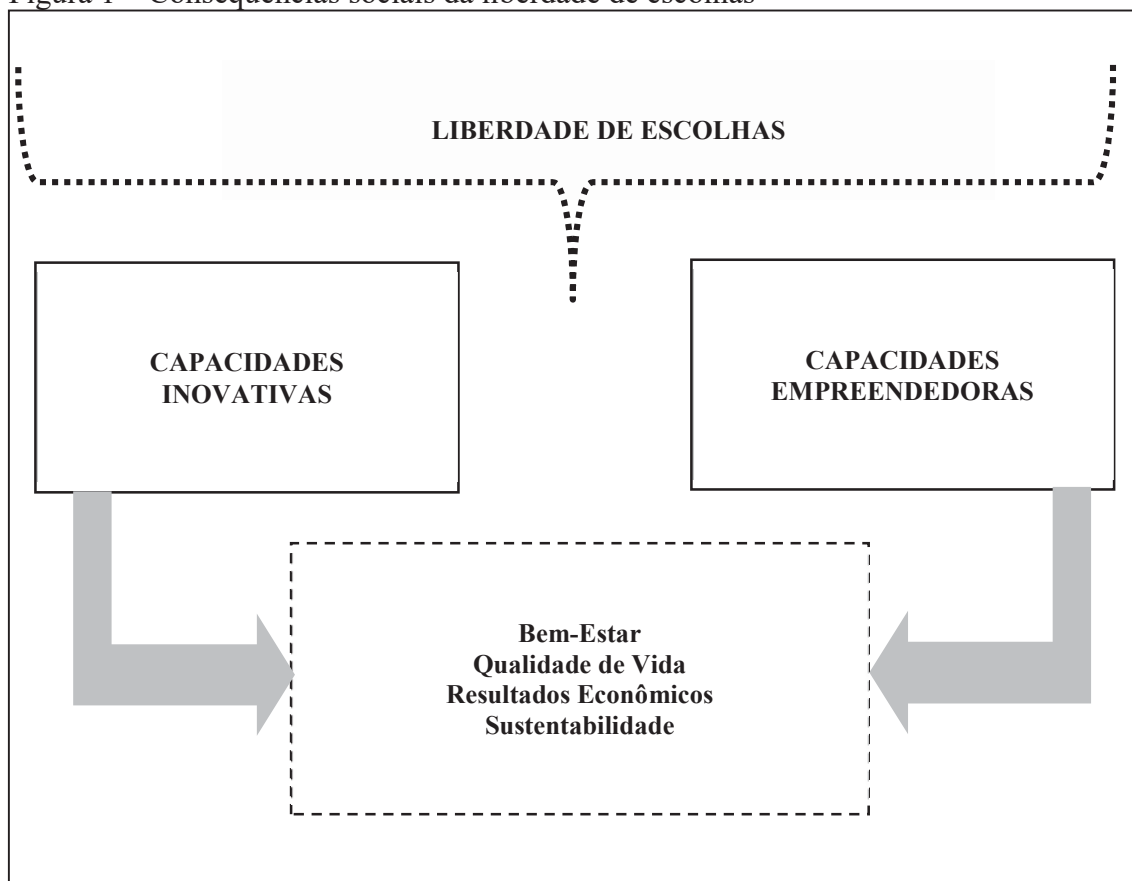
O agricultor com capacidade de introduzir inovações nos diferentes processos (produtivo, armazenagem, organizacional, comercialização), de alterar os processos existentes, modificar ou substituir culturas ou desenvolver iniciativas que exigem novas tecnologias e de usar logística adequada é inovador. A constante busca por conhecimentos é uma estratégia das famílias rurais para expandir negócios rurais, inovar e transformar a pequena propriedade rural. A competitividade da propriedade rural será o resultado medido pela inovação em processos e produtos que o agricultor empreendedor realizar. O agricultor pode abandonar as pressões internacionais de uma *commodity* e optar por cultivar produtos que melhor se encaixam no perfil da sua propriedade (FARINA, 1999).

Estudos das capacidades individuais para além do nível organizacional e da ideia de vantagem competitiva são encontrados na obra de Amartya Sen. Para ele, as capacidades referem-se a um estado de bem-estar, cuja base está na liberdade de escolha das pessoas na sociedade, pelo empoderamento resultante da sua formação educacional e das condições gerais do lugar em que vivem. Essa concepção de liberdade apresentada por Sen (1993) refere-se à dimensão coletiva do bem-estar e diz respeito às pessoas terem uma vida saudável, a poderem fazer aquilo que desejam, bem como a participar da comunidade de forma efetiva, num contexto que leve em consideração o meio ambiente além da qualidade de vida. Tais estudos encontram-se no campo teórico do desenvolvimento humano, os quais, contudo, sofrem críticas por não reconhecerem apropriadamente as relações e os acordos sociais como componentes diretos de bem-estar, tidos apenas como instrumentos para alcançar o bem-estar individual.

Por essa perspectiva teórica, ao ter liberdade de escolha entre produzir com ou sem agrotóxicos, por exemplo, o agricultor já se apresenta empoderado. Conforme Sen (2000), é a partir dessa liberdade de escolha sobre o que e como produzir e sobre como viver num contexto de racionalidade produtiva (TEDESCO, 1999) que se tornam latentes as **capacidades empreendedoras**, cujo resultado contribui para o bem-estar e uma maior qualidade de vida,

além de produzir resultados econômicos e gerar sustentabilidade, como representado na Figura 1.

Figura 1 – Consequências sociais da liberdade de escolhas



Fonte: A autora

Uma das seis dimensões da capacidade empreendedora é ser proficiente no uso de habilidades, talentos e ideias dos outros. Churchill e Musyka (1996) definem **capacidades empreendedoras** e **inovativas** como um processo individual de identificação de oportunidades no mercado que agregam valor de mercado ao produto ou à organização, tendo por base a inovação. No contexto da pequena propriedade rural, um tipo organizacional, as capacidades empreendedoras e inovativas consistem nas efetivações do agricultor em ser e fazer, buscar e integrar conhecimentos com vistas a descobrir novas formas de produzir e comercializar seus produtos, motivado pelo espírito empreendedor e pela intenção de empreender, visando não somente a sustentabilidade econômica mas sobretudo desenvolver efetivações que os conduzem ao atendimento de suas necessidades e à busca por qualidade de vida e bem-estar. Por mais que seja uma questão complexa (SEN, 1993), a noção de qualidade de vida humana está relacionada, por esse trabalho, ao alcance das capacidades empreendedoras e inovativas.

A intenção empreendedora é entendida como sendo um conjunto dos elementos crenças, intenções comportamentais e autoavaliação, que indicam uma intenção de ingressar em atividades inovadoras no segmento de atuação, diferenciando-se das práticas tradicionais. No entendimento de Santos et al. (2009), trata-se do “potencial empreendedor”, ou seja, algo que precisa ser despertado, desenvolvido e aprimorado para que aconteça, compreendendo traços ou características comportamentais similares às das pessoas de sucesso.

Sob a ótica das capacidades empreendedoras, os empreendedores desenvolvem certas características, apreendendo e praticando um ofício (FILION, 1999). Também, são reconhecidos por assumirem os riscos associados às atividades, atuando de modo criativo aproveitando as oportunidades (FILION, 1999). Por conseguinte, agricultores familiares com capacidades empreendedoras e inovativas são aqueles que sabem aproveitar as oportunidades de mercado, atuam como líderes nos espaços da família e da comunidade, são criativos, tolerantes e motivados pela intenção empreendedora e comportam-se como pessoas independentes nas suas realizações. Em termos de comportamento humano, revelem-se persistentes, comprometidos consigo mesmos, com suas famílias, grupo de vizinhos, parentes e compadres. Ainda, são pessoas com iniciativa (proativos) e costumam buscar novos conhecimentos em organizações de apoio às atividades rurais (Senar, Sescoop, Sebrae, Emater-RS/Ascar).

No Quadro 1, são apresentadas as variáveis de análise das capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares.

Quadro 1 – Capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares

Capacidades	Variáveis de análise
Empreendedoras	Atuar como líder nos espaços da família e da comunidade Ser tolerante com as pessoas Estar motivados pela intenção de empreender Sentir-se independente nas suas realizações (ter liberdade nas escolhas) Ser persistente Demonstrar comprometido com o trabalho Ter iniciativa (proatividade)
Inovativas	Saber aproveitar as oportunidades Ter capacidade de criar e/ou ser criativo Introduzir inovações nos diferentes processos Alterar os processos existentes Modificar ou substituir culturas, variedades, genética Implementar novas tecnologias

Fonte: A autora.

Agricultores familiares empreendedores e com capacidades para inovar processos e práticas transformam as pequenas propriedades rurais familiares tradicionais em empreendimentos contemporâneos bem-sucedidos (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000; COSTA, 2005; CARMO; SILVEIRA, 2015; PIENING; SALGE, 2015). Eles utilizam tecnologias avançadas, possuem patrimônio diversificado, gerenciam o processo produtivo e a logística para escoamento da sua produção como se fosse uma empresa rural. Por trás de cada uma dessas ações, há uma família rural formada por pessoas que pensam e agem de forma inovadora e proativa. Tais características refletem-se na gestão da pequena propriedade rural, na forma de viver desses agricultores familiares e nos resultados obtidos nas dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade da propriedade rural (TEDESCO, 1999; SANTOS; FONTOURA, 2006; SCHNEIDER, 2010; BRANDENBURG, 2010; WANDERLEY, 2012; AGUIAR; MUNARETTO, 2016).

Cada ser humano desenvolve capacidades para que, no ambiente em que vive, possa ter qualidade de vida e bem-estar (SEN, 1993). Para Sen (1993), essa capacidade é uma “noção derivada” que uma pessoa apresenta, podendo ser também conceituada pelas “várias combinações de efetivações”. Efetivações são “elementos constitutivos da vida”, representando simbolicamente o que a pessoa é capaz de fazer ou ser perante as circunstâncias vividas. Atividades e modos de ser são capacidades individuais, representadas pela “liberdade pessoal de realizar várias combinações de efetivações” (SEN, 1993). Nesse sentido, as capacidades que contribuem para que agricultores desenvolvam qualidade de vida e bem-estar são as capacidades empreendedoras e inovativas, mas elas não estão dissociadas das questões de contexto que determinam o território.

No contexto do “novo rural”, as capacidades dos agricultores são mais importantes que suas competências, mas não prescindem dessas. Ao contemplar o sistema racional de produção (agricultura moderna), que combina a irracionalidade produtiva (TEDESCO, 1999; ABRAMOVAY, 2007) com o sistema camponês de produção (subsistência), o “rurbano” relaciona um novo cenário de integração do rural com o urbano. A produção, o consumo interno e a comercialização evidenciam um novo modelo econômico, o autoconsumo saciado. É nesse contexto que as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares se apresentam como estratégia para a pequena propriedade rural ser sustentável, gerar qualidade de vida à família rural e promover transformações nas relações do trabalho no “novo rural”. No entanto, os agricultores familiares precisam compreender o que significa ser agricultor familiar no contexto do século XXI, bem como o que é ser proprietário de pequena propriedade rural.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

2.2.1 Definição de pequenas propriedades rurais familiares

As pequenas propriedades rurais familiares são analisadas por diferentes perspectivas teóricas, desde a sociologia e antropologia, que inferem na importância das expectativas e liberdades individuais (SEN, 2000), passando pelo olhar econômico e ambiental da Teoria do Desenvolvimento Sustentável, que propõe um desenvolvimento sem destruir a natureza (VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2004; KAGEYAMA, 2008) e pelo olhar da Geografia e da História, que configuram os conceitos de território (KLOSTER; CUNHA, 2014) em detrimento da proposta original de fronteiras físicas.

A base que compõe a estrutura das pequenas propriedades rurais tem herança no campesinato, que não se refere apenas à produção, vista pelo modo capitalista, mas um ambiente socialmente construído (MARX, 1983). A agricultura racional ou moderna considera essa herança como uma forma de produção ineficiente, resquício de retração do progresso técnico, social e econômico, porém, a visão unilateral desse pensamento capitalista se traduz num custo para a sociedade que o crescimento econômico não justifica (WANDERLEY, 2003; ABRAMOVAY, 2007).

No Brasil, **pequenas propriedades rurais familiares** são definidas pela Lei Federal nº11.326/2006 como sendo aquelas com área de quatro módulos fiscais, com utilização predominante de mão de obra familiar e renda proveniente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. Por tais características, a pequena propriedade rural compreendida comumente é denominada **agricultura familiar**, a qual se contrapõe à agricultura patronal, caracterizada pelas grandes propriedades e pelo emprego de mão de obra assalariada ou volante (EHLERS, 1999).

O potencial endógeno que a agricultura familiar exerce sobre o território (BORBA; GOMES; TRUJILLO, 2004) é expoente dos aspectos produtivos e econômicos, que são referidos ao se usufruir dos recursos disponíveis localmente (GAVIOLI; COSTA, 2011), contribuindo para o novo padrão de consumo da sociedade atual. Desse contexto, fazem parte novas oportunidades de inserção no mercado do produto rural produzido em pequenas propriedades, desde que façam referência a alimentos orgânicos, ecológicos, nutracêuticos, funcionais, buscando gerar vida sustentável dentro dos recortes sociais e econômicos em que estão inseridos (VILELA, 1998).

Nesse universo de inserção rural/urbana se insere o debate sobre sustentabilidade das pequenas propriedades rurais. O agricultor, como protagonista da transformação no meio rural, requer desenvolvimento de capacidades que transitam pelos temas empreendedorismo e inovação, mas tais temas não se encontram dissociados da preservação dos recursos naturais e da rentabilidade resultante do uso da mão de obra familiar e dos conhecimentos acumulados pelo agricultor e sua família.

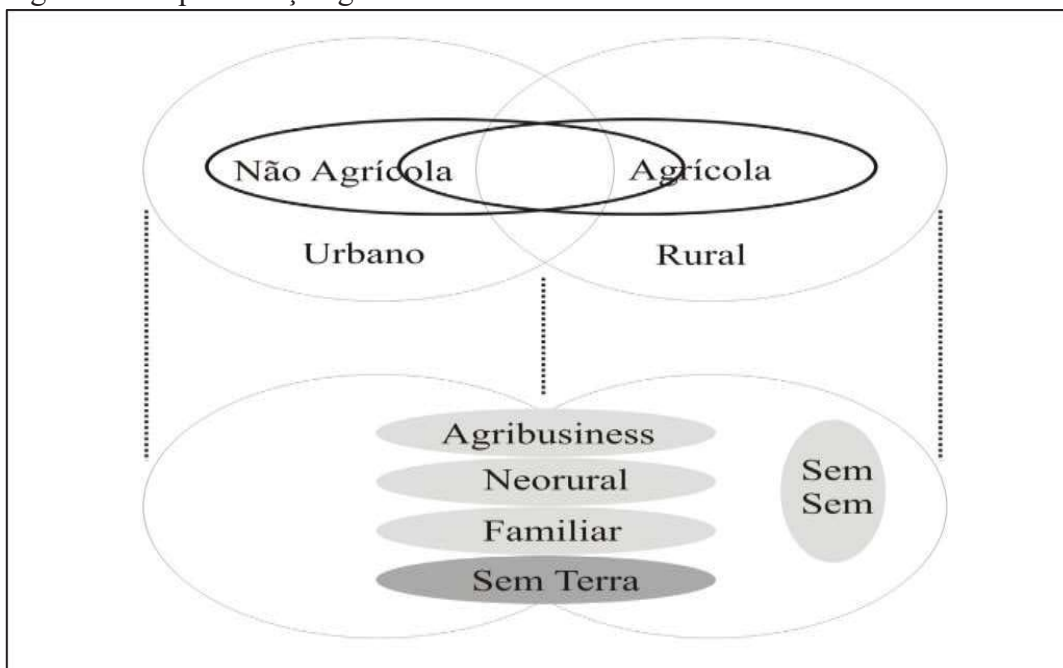
2.2.2 A nova ruralidade

A nova ruralidade tem seu conceito introduzido na agricultura na metade dos anos de 1990 (ESCHER et al., 2014), sendo tema emergente na agricultura familiar. Assim estabelecem-se reflexões que enfatizam as emergentes formas de organização territorial, revitalização do espaço rural quase exclusivamente agrícola, novas formações econômicas e sociais do “rurbano” (GRAZIANO DA SILVA, 2001), numa lógica que evidencia traços tanto da racionalidade quanto da irracionalidade produtiva; é uma tentativa de superação do rural que se opõe à modernidade, por tantas vezes considerado sinônimo de atraso.

Na Figura 2, a complexidade inerente ao debate sobre sustentabilidade no meio rural é desvelada por Graziano da Silva (2001). As diferenças entre o urbano e o rural, entre as atividades agrícolas e não agrícolas, entre os com e sem (sem terra, sem saúde, sem emprego, sem casa, sem educação) se revelam integradas e num contexto onde a separação torna-se quase impossível. Se, por um lado, na década de 1990, o acesso à energia elétrica e aos serviços básicos fundamentais e o nível educacional no meio rural conformavam um território atrasado, hoje conformam os “pobres urbanos”. O cenário de mercantilização da agricultura e as mudanças dos espaços sociais evidenciam a necessidade de um debate mais profundo sobre o que é rural e o que é urbano com vistas à sustentabilidade.

Nesse debate, são apresentadas variáveis (diversificação produtiva, pluriatividade e multifuncionalidade) decorrentes da exploração e da vivência dos atores sociais no espaço que o compõe (TEDESCO, 1999; CARNEIRO, 2001; VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2004; ABRAMOVAY, 2007; KAGEYAMA, 2008; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; ESCHER et al., 2014). Mesmo que a nova ruralidade não seja tema central do presente estudo, ao reconhecer a complementariedade da diversificação, da pluriatividade e da multifuncionalidade, tem-se aporte para o desenvolvimento de estudos do novo rural.

Figura 2 – Representação gráfica do “novo rural”



Fonte: Graziano da Silva (2001, p. 38).

No Quadro 2, são apresentadas as formas de produção agrícola. A nova ruralidade desvela a diversificação já presente na produção irracional do campesinato, a multifuncionalidade superando a produção para subsistência e de escala de produção, bem como a pluriatividade evidenciando uma alternativa de manter-se no meio rural, mas também de atuar no meio urbano, configurando-se como “rurbano” (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Nesse novo rural, as formas de organização territorial (GRAZIANO DA SILVA, 2001) permitem que os sujeitos (membros familiares) desempenhem diferentes atividades, tanto na propriedade quanto em ambiente externo a esse espaço. A alocação da mão de obra familiar não está restrita à propriedade ou às atividades agrícolas, uma vez que o advento das tecnologias permitiu a liberação de mão de obra para outros afazeres, ou até mesmo para o trabalho urbano. Tal pensamento alinha-se aos estudos de Tedesco (1999), Schneider (2003), Camargo e Oliveira (2012) e Escher et al. (2014) quando afirmam que o conceito de pluriatividade refere-se às atividades agrícolas e não agrícolas que os membros da propriedade exercem. Com isso, trabalhar “fora” e morar “dentro” da propriedade é uma forma de obter ganhos financeiros, auxiliando a viabilidade econômica da propriedade, como também significa poder usufruir da qualidade de vida e bem-estar presentes nesse meio (CRUZ, 2012).

Quadro 2 – Formas de produção agrícola.

Variáveis	Produção racional, modernização, <i>agrobusiness</i>	Produção irracional, campesinato	Nova ruralidade
Quantidade de terras	Grandes áreas de terras	Pequenas áreas de terras	Pequenas áreas de terras
Estilos de produção	Produção elevada de <i>commodities</i>	Diversificação produtiva	Diversificação de produtos e busca de economia de escopo
Agricultor	Agricultores como empresários agrícolas	Camponês	Pequeno produtor rural
Quantidade produzida	Aumento de escala de produção	Produção para subsistência	Produção com novas atividades, dando especial atenção aos recursos internos, multifuncionalidade
Insumos de produção	Intensificação de uso de insumos e agrotóxicos.	Pouca utilização de insumos e não utilização de agrotóxicos	Produção ambientalmente mais adequada
Mercado	Produção para o mercado externo	Produção para o mercado interno	Produção para o mercado externo e interno
Mão de obra	Utilização de pouca mão de obra	Utilização de mão de obra intensiva	Utilização mediana de mão-de-obra e introdução de práticas de cooperação e pluriatividades como forma de absorção da mão de obra.
Aquisição de insumos	Dependência do mercado externo para insumos	Utilização do mercado interno, para os poucos insumos que eram comprados	Diminuição de insumos do mercado externo e maior utilização dos recursos naturais

Fonte: Adaptado de Kageyama (2008).

Com base no exposto, afirma-se que a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares reside na gestão de recursos e conhecimentos reconhecidos nas dimensões ambiental, econômica e social, como também em políticas públicas voltadas para a permanência do pequeno produtor rural no campo e a valorização do autoconsumo saciado. Tal compreensão implica compreender o sentido da diversificação, da pluriatividade e da multifuncionalidade da pequena propriedade rural, como apresentado a seguir.

a) Diversificação

A diversidade da produção agrícola, no Brasil, tem relação histórica com o sistema empregado pelos portugueses na administração das terras cultiváveis desde o século XVII, com a exploração da cana-de-açúcar e do café (SCHNEIDER, 2010). Desde então até meados dos anos 1960, a diversificação era comum na gestão dos recursos nas propriedades rurais. A partir da década de 1960, com o aprimoramento da tecnologia e o incentivo do Estado, a diversificação produtiva passou a ser ainda mais importante nas pequenas propriedades rurais,

tendo em vista que estavam com sua sobrevivência comprometida se fosse incentivada a produção intensiva de *commodities* (SCHNEIDER, 2010).

Com isso, a diversificação da produção “diz respeito aos incentivos a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela” (SACCO DOS ANJOS, 2003). Essa estratégia de produção contribui para a viabilidade econômica das pequenas propriedades rurais familiares, pois enquanto a especialização produtiva gera dependência e instabilidade, a diversificação corresponde à autonomia da propriedade, que não se mantém refém de apenas um cultivar (KAGEYAMA, 2008), reduzindo riscos e incertezas que são oriundos de apenas um mercado (KON, 1999).

O dinamismo da diversificação produtiva gera crescimento econômico com efeitos positivos no PIB *per capita*, no IDH e impacto considerável na disponibilidade de renda, na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que compartilham de relações sociais diversas (RATHMANN et al., 2008). No âmbito territorial estudado, a vocação regional agrícola pode estimular a diversificação produtiva do território, impulsionando as potencialidades de seus recursos, garantindo melhoria no sustento rural, com um nível de qualidade de vida socialmente aceitável (KAGEYAMA, 2008). Salienta-se que a diversificação produtiva é um elemento importante para as economias de escopo¹⁵.

Nesse sentido, a diversificação produtiva apresenta-se como um aporte para o desenvolvimento territorial e para a sustentabilidade rural, elencando aspectos naturais, físicos, humanos, financeiros e capital social, com a capacidade de adaptar-se e o objetivo de sobreviver (ELLIS, 2000) e superar os gargalos pertinentes à produção agrícola (AZEVEDO, 2000). Rathmann et al. (2008) afirmam que, utilizando-se de políticas públicas e de iniciativas dos agricultores com capacidade empreendedora, a diversificação produtiva é introduzida no ambiente das pequenas propriedades rurais familiares, permitindo agregar o ambiental (qualidade do solo, água e florestas), o social (melhoria na qualidade de vida, redução do êxodo rural) e o econômico (aumento da renda, redução do impacto da sazonalidade das atividades produtivas sobre a renda familiar).

¹⁵ Economia de escopo relaciona-se à redução dos custos médios de produção, ocasionados quando a “produção conjunta de uma única firma é maior do que a produção que poderia ser obtida por duas firmas diferentes cada uma produzindo um único produto”(PINDYCK; RUBINFELD, 1992).

b) Pluriatividade

Além da diversidade produtiva, a pluriatividade é uma das variáveis que influenciaram as mudanças socioeconômicas e estruturais da agricultura familiar, surgindo na França nos anos 1980, como um auxílio para a crise de superprodução agrícola dos anos 1970. O tema tornou-se importante como viabilidade econômica para as pequenas propriedades rurais, que, devido à monopolização das produções agrícolas e a premissa da racionalidade capitalista, recorriam à representação social (KAUTSKY, 1980) para permanência no campo (CRUZ, 2012). O conceito de pluriatividade refere-se às atividades agrícolas e não agrícolas que os membros da propriedade exercem, onde atividades agrícolas são aquelas desempenhadas na agricultura, e atividades não agrícolas englobam qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento agrícola (TEDESCO, 1999; SCHNEIDER, 2003; CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; ESCHER et al., 2014).

A diversificação das atividades laborais e econômicas (ESCHER et al., 2014) e a multiplicidade de enfoques que a pluriatividade apresenta, interliga-se com a dinâmica dos territórios e do mercado de trabalho, propondo uma trajetória analítica e particular, que resulte em fontes de receita e qualidade de vida para os agricultores familiares (CRUZ, 2012). Contudo, de acordo com o autor a pluriatividade provoca críticas entre os intelectuais, pois credita-se sua identificação direta com o capitalismo, devido à “precarização e a instabilidade nas relações de trabalho”, generalizando e comercializando as relações por meio do assalariamento (MARX, 1983; LENIN, 1982; KAUTSKY, 1980).¹⁶ Em contrapartida, a pluriatividade preenche uma lacuna ocasionada por problemas sociais decorrentes do alto grau de urbanização (TEDESCO, 2003). Na interpretação de Cruz (2012), para que ocorra mudança efetiva na estrutura econômica/social familiar, é necessário ampliar o escopo das políticas públicas compensatórias contemplando o pequeno produtor rural. Explicitamente significa dizer que é preciso estimular a geração de serviços para que o agricultor seja empregável em atividades não agrícolas.

¹⁶ Karl Kautsky foi um teórico marxista dos mais notáveis em sua época, que, segundo Lenin, “conhecia de cor o Capital” (Nota do editor, p. 3). Escreveu “A questão agrária” a partir das discussões e necessidades surgidas dentro do Partido Social Democrata Alemão, em fins do século passado. Dois anos depois, complementa-a, escrevendo um outro livro: *O programa agrário do Partido Socialista Alemão*.

c) Multifuncionalidade

A multifuncionalidade agrega significado à agricultura familiar ao reconhecer que o espaço agrícola pode servir para outras funções que não envolvam exclusivamente o cultivo da terra para a produção de alimentos (CANDIOTTO, 2009). De acordo com o referido autor, a produção de alimentos combinada com ações de crescimento econômico, conservação ambiental e justiça social, produtos equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade em geral (LOSH, 2004). Trata-se de um novo olhar da agricultura familiar que permeia a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica da reprodução social, contemplando políticas públicas (GAZELLA; BONNAL; MALLUF, 2009).

A multifuncionalidade reconfigura o uso dos recursos tradicionais nas propriedades rurais, como a terra, trabalho e natureza (KAGEYAMA, 2008), incluindo conhecimento tácito e empírico. Entre outras possibilidades, encontra-se a exploração do turismo rural e o incentivo, por meio de política pública, para a instalação de agroindústrias (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). Trata-se de um novo formato de ação administrativa no uso do conhecimento no meio rural, traduzido por Wanderley (2004) como a nova ruralidade.

A multifuncionalidade emerge na Europa, em 1990, pela incorporação de uma nova forma de pensar a agricultura familiar retratando-a não apenas como uma simples produtora de alimentos, mas como responsável pela qualidade dos produtos rurais produzidos, conservação dos recursos naturais, reprodução socioeconômica das famílias rurais e preservação do patrimônio cultural (WANDERLEY, 2003). No Brasil, a multifuncionalidade é entendida como um agregador de recursos contributivos para a sustentabilidade da pequena propriedade rural (SOARES, 2000/2001).

O estudo da multifuncionalidade na agricultura surgiu como uma alternativa para os problemas ocasionados pela implementação da Revolução Verde, na agricultura brasileira e mundial, pelo modelo agrícola produtivista, pela degradação do meio ambiente, e como forma de demanda para a segurança alimentar (LOSCH, 2004; CANDIOTTO, 2009). A base para a incorporação dessa temática na agricultura reside na combinação do crescimento econômico, com a conservação ambiental e a justiça social (CANDIOTTO, 2009; KLEIN; SOUZA, 2013), alinhando-se, dessa forma, ao tema principal desta dissertação.

Configurar a agricultura sob o padrão de homogeneização dentro dos moldes comerciais contrapõe a ideia de reprodução/preservação das condições das famílias rurais e desintegra a identidade de território rural (CARNEIRO; MALUF, 2003). A agricultura não representa apenas um ambiente comercial, pautado em prática capitalistas e produção intensiva.

Contempla, sim, a diversidade e dinâmicas próprias de um território, na concepção de Milton Santos (1978), bem como a legitimação de funções que respaldam o desenvolvimento.

O meio rural é um espaço social complexo, assim como é o meio urbano, mas na perspectiva do capital apresenta limitações. Há outras possibilidades teóricas de ampliação do escopo analítico pela perspectiva do território. A noção de **território** amplia o debate para questões relacionadas à liberdade e ao bem-estar, descritas na obra de Amartya Sen, que inferem importância às expectativas e às liberdades individuais, bem como às capacidades de o agricultor alcançar estados que considere desejáveis, por sentir-se livre em escolher entre possíveis estilos de vida (SEN, 2000).

Duas críticas teóricas levam em conta essa realidade complexa do rural e da gestão da pequena propriedade rural familiar. A primeira refere-se à **abordagem positiva**, que trata a multifuncionalidade apenas como um produto econômico. A segunda refere-se à **abordagem normativa**, que tem como premissa enfatizar as múltiplas funções e atividades que contribuem para a viabilidade econômica, social e ambiental da propriedade rural familiar de pequeno porte (ROOIJ et al., 2014). Para fins da presente dissertação de Mestrado, entende-se que a abordagem normativa da multifuncionalidade é mais pertinente, pois, com base nela, é possível contemplar aspectos do empreendedorismo e das capacidades empreendedoras e inovativas do agricultor familiar.

2.3 SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES RURAIS

A sustentabilidade tem sua vertente teórica no desenvolvimento sustentável, que apresenta como marco principal a preocupação com os problemas relacionados ao meio ambiente (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). A emergência da expressão desenvolvimento sustentável é decorrente da Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972 (DINIZ, 2015), cujas discussões pautaram o crescimento populacional, o processo de industrialização e a tecnologia envolvida na industrialização (DINIZ, 2015). A preocupação com a degradação do meio ambiente, e como isso poderia comprometer as necessidades das futuras gerações, chama a atenção dos líderes mundiais (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014; DINIZ, 2015). Em 1987, a CMMAD/ONU, em seu relatório, explica de forma simples essa expressão, afirmando que a humanidade é capaz de garantir atendimento às “necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas” (COMISSÃO..., 1998). Apesar de inúmeros conceitos (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014), o desenvolvimento sustentável retoma o debate

sobre os problemas que o crescimento econômico acarreta para as pessoas e ao planeta, tendo como objetivo final a sustentabilidade.

Nesse contexto, a sustentabilidade se apresenta a partir de três pilares, quais sejam: **(a) ambiental**, que condiz com uma visão de preservação ecológica, expressa pela “maneira com que os seres humanos devem agir em relação à natureza” (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014); **(b) social**, que trata da busca por igualdade das pessoas do meio rural ao urbano, enfatizando as disposições que a sociedade estabelece, como forma substantiva do indivíduo viver melhor (SEN, 2000); e, **(c) econômica**, que condiz com a renda individual, familiar e da propriedade rural (ALVARENGA et al., 2013) e com o crescimento e o desenvolvimento econômico (VEIGA, 2010) numa perspectiva mais ampla, traduzida em melhores condições de vida (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). A interligação e o equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade trazem uma ideia de bem-estar (VEIGA, 2010) e qualidade de vida (SEN, 2000) para o planeta e para a sociedade.

Por essa razão, no campo de estudo das propriedades rurais, segue-se a mesma perspectiva teórica da sustentabilidade tridimensional. Na dimensão ambiental, a conservação e a melhoria do ambiente natural percorrem um caminho no qual a análise de fatores, como preservação das nascentes, uso de agrotóxicos, áreas de preservação permanente, reserva legal, controle da erosão do solo, rotação de culturas, práticas de manejo do solo são particularmente importantes para a sinergia do uso racional dos recursos para a agricultura. Na dimensão econômica, os estudos enfatizam aspectos da viabilidade da propriedade, de forma que diversificação e produtividade, tipos de culturas e insumos são determinantes nos resultados da propriedade. Na dimensão social, equidade e melhoria da qualidade de vida são os elementos de análise. É por meio de aspectos situacionais, como assimetria na distribuição da renda e da riqueza, inclusão social, preservação da cultura e tradições que reproduzem o ambiente social. A análise conjunta dessas três dimensões é definida como sustentabilidade.

A sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares é, no entanto, descrita pela sua tridimensionalidade, porém, dependente das capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores. Como argumenta Sen (1993, p. 7), o interesse “no conjunto de capacidades resume-se ao fato de que oferece à pessoa oportunidades para alcançar várias situações desejáveis”. As pessoas, contudo, também precisam de conhecimentos, como apontam Aguiar e Munaretto (2016).

Numa tentativa preliminar de representação da lógica anteriormente descrita, propõe-se a seguinte função:

$$SPPR = f(CE+CI)$$

onde:

SPPR = sustentabilidade das pequenas propriedades rurais

CE = capacidade empreendedora

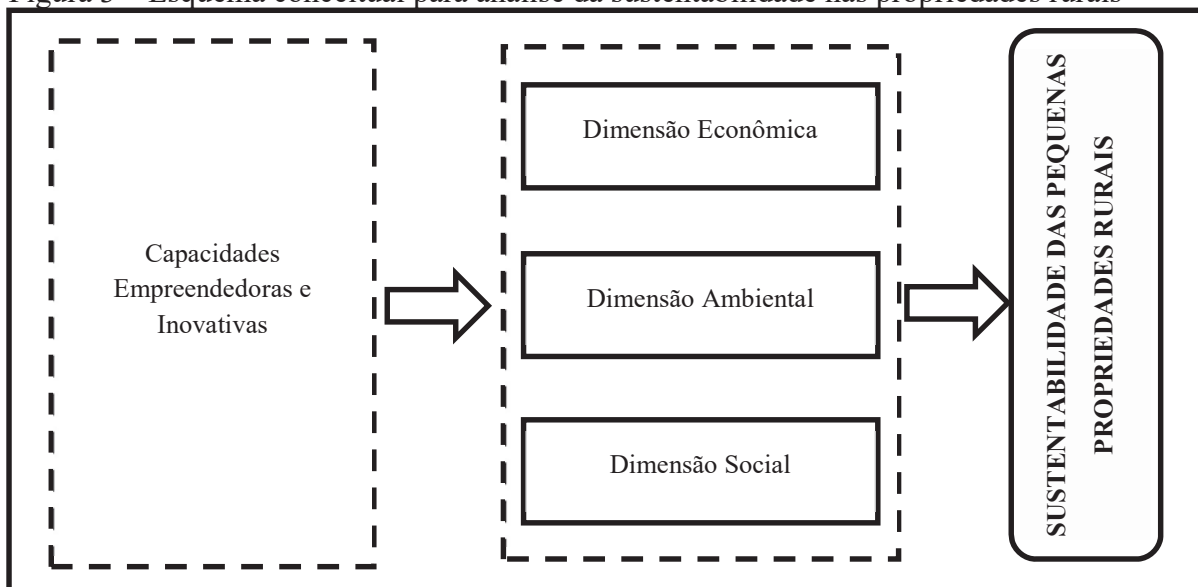
CI = capacidade inovativa

A ação dos agricultores pautada na diversidade de atividades para a geração de renda implica em sinergias entre ecossistemas, bens e serviços e alocação do trabalho familiar rural nas atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade). Tal compreensão teórica da sustentabilidade das pequenas propriedades rurais envolve a multifuncionalidade dos recursos vinculados à terra, ao trabalho, ao conhecimento acumulado (saber) do agricultor e à natureza (KAGEYAMA, 2008), nem sempre identificados/percebidos pelas limitações cognitivas do produtor rural. Nesse sentido, as capacidades empreendedoras e inovativas do produtor rural se apresentam como fatores limitantes e/ou mediadores da sustentabilidade nesse tipo organizacional.

Na Figura 3, apresenta-se um esquema conceitual para estudar sustentabilidade em pequenas propriedades rurais familiares e que englobam o sistema racional de produção (agricultura moderna), mas também cultivam aspectos da irracionalidade produtiva (TEDESCO, 1999; ABRAMOVAY, 2007), composta pelo sistema camponês de produção (subsistência). A agricultura intensiva ou produção racional aparece como vilã na análise das dimensões social e ambiental da pequena propriedade rural familiar, enquanto que a produção irracional é relevante na análise da dimensão econômica.

Em síntese, afirma-se que a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais é composta pelas mesmas dimensões da sustentabilidade empresarial, contudo, seus elementos de análise e sua compreensão dependem das capacidades empreendedoras e inovativas do produtor rural pela complexidade que permeia o sistema agroindustrial que cerca a gestão da pequena propriedade rural (UECKER; UECKER; BRAUN, 2005).

Figura 3 – Esquema conceitual para análise da sustentabilidade nas propriedades rurais



Fonte: A autora

É da complexidade da gestão das pequenas propriedades rurais familiares que emerge um debate produzido pela teoria do desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008). Trata-se da emergência de um “novo rural”, que, como afirma Graziano da Silva (2001), é composto por novos sujeitos sociais (neo-rurais, moradores de condomínios rurais de alto padrão loteamento clandestino de empregados domésticos e aposentados, agricultores familiares e pluriativos e os “sem-sem”), nem sempre caracterizados como “produtores rurais”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na investigação empírica. Inicia-se pela classificação e pelo delineamento da pesquisa e pela caracterização do espaço da pesquisa dos casos, bem como a caracterização dos objetos do estudo. Também, é descrito todo o processo do qual os dados foram coletados e analisados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de um estudo transversal orientado pelo **paradigma interpretativista** (BURREL, 1998), o qual parte do princípio de que o mundo social não existe em termos concretos, mas é resultado de experiências (inter)subjetivas dos indivíduos. Assim, seus fundamentos estão na visão construída pelas pessoas, pelos aspectos simbólicos e sociais de sua própria realidade (SILVA; ROMAN NETO, 2006). Nesse paradigma, os fenômenos sociais são compreendidos a partir das experiências acumuladas pelo sujeito da pesquisa, memórias e expectativas contextualizadas, reconstruindo a realidade por meio da lente do observador (BURREL, 1998).

Quanto ao método, optou-se pela **fenomenologia**, que compreende a realidade como emergente da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno, o qual permite compreender, interpretar e comunicar (GIL, 2016). Portanto, parte-se do cotidiano, da investigação do modo de viver das pessoas, resgatando os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto de investigação (SILVA, 2006; GIL, 2016). Conforme recomenda Silva (2006), a experiência vivida é o ponto de partida e o ponto de chegada, orientado pela abordagem qualitativa da análise dos dados (YIN, 2016).

O estudo foi desenvolvido no **nível descritivo**, tendo em vista que o objetivo foi estudar as características de um grupo específico (agricultores familiares) num território (Rondinha) e descobrir a existência de relações entre capacidades e sustentabilidade (GIL, 2016).

A estratégia de pesquisa é **estudo de casos múltiplos** (YIN, 2001), que confere profundidade analítica por limitar o contexto de análise e ampliar a compreensão da complexidade da situação vivida pelos sujeitos. O mesmo autor destaca que essa estratégia de pesquisa conduz a um estudo robusto, pois se caracteriza por apresentar maior abrangência dos resultados, ultrapassando a singularidade de dados referentes a uma única unidade. Também é

adequada para pesquisas cujas questões de investigação têm o propósito de identificar o “como” e o “porquê” dos fenômenos estudados (YIN, 2001).

Optou-se pela **triangulação de fontes** para conferir a robustez metodológica que um estudo de caso requer (YIN, 2001), coletando dados por meio de **entrevistas, observação e pesquisa documental**. Conforme sugere Yin (2016), a pesquisa qualitativa lida com a diversidade e desafia o pesquisador a estudar o significado, as representações, as condições contextuais em que as pessoas vivem e, ao mesmo tempo, contribuir com a revelação de conceitos existentes/emergentes de forma que as múltiplas fontes de evidências são condições de qualidade da pesquisa em busca da generalização teórica. Para Vergara (2005), a triangulação das fontes permite que os métodos de investigação se complementem, oferecendo várias perspectivas de um mesmo fenômeno, com diferentes compreensões, permitindo, assim, validade interna e externa dos dados e, portanto, conferindo **robustez analítica**.

Quanto à análise dos dados, optou-se pelo método análise de conteúdo (BARDIN, 2009, MOZZATO; GRYBOVSKI, 2011). Trata-se de uma técnica para tratamento de dados tanto qualitativos quanto quantitativos, ou ambos, e se dedica a descobrir evidências empíricas (VERGARA, 2005), submetidas à limitação da subjetividade humana, pois a interpretação dos dados decorre da visão de mundo do pesquisador (BARDIN, 2009; MOZZATO; GRYBOVSKI, 2011).

3.2 ESPAÇO DA PESQUISA E CASOS ESTUDADOS

O município de Rondinha, no estado do Rio Grande do Sul, foi definido como espaço da pesquisa pela perspectiva teórica de território, ou seja, um espaço social no qual ocorrem trocas econômicas e sociais, formado por atores que (des)constroem relações de poder (SANTOS, 1978; SACHS, 1988).

Rondinha é município de pequeno porte situado ao norte do estado do Rio Grande do Sul e foi selecionado para o estudo em razão da sua representatividade entre os demais municípios desse porte na região, da ocorrência do fenômeno social migração rural desde 1990, do empobrecimento da família rural, dos problemas de rentabilidade da propriedade rural e da ausência da mão de obra familiar para realização do trabalho rural (POTRICH; GRZYBOVSKI; PASQUALI, 2015).

Os casos selecionados para estudo seguiram os critérios definidos pela Emater/RS-Ascar para propriedades consideradas sustentáveis e as determinações da Lei Federal nº 11.326/2006 para o critério de porte, os quais são assim descritos:

- É um local em que se concentram as práticas e inovações tecnológicas e que servem de unidades de demonstração de resultados para facilitar o processo de adoção, por parte dos demais agricultores do grupo e mesmo do município (Informações verbais do agrônomo/extensionista da Emater-Ascar/RS, em Rondinha);
- Área de até quatro módulos fiscais, com utilização predominante de mão-de-obra familiar e renda proveniente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

Dessa forma, foram identificadas quatro propriedades rurais, sendo que uma delas foi reservada para desenvolver o estudo de caso piloto. As demais são identificadas a seguir.

- a) **Propriedade A** – constituída por 24 hectares divididos entre produção de grãos (13 hectares), mato (2,5 hectares), pastagens, milho para silagem, plantação de produtos para o autoconsumo e benfeitorias (8,5 hectares), localizada na Linha Cachoeira Branca, distante 15 km da cidade de Rondinha. Trata-se de uma propriedade com ênfase na produção leiteira, sendo a área reservada para produção de grãos arrendada. De sua renda, sobrevivem os cinco membros da família. Para este estudo, essa propriedade será intitulada de família 1.
- b) **Propriedade B** – está localizada na Linha Lajeado Seco Santa Lúcia, distante 4 Km da cidade de Rondinha, e possui 13,5 hectares de terra, divididos entre plantação de soja (5 hectares), mato (2,5 hectares) milho para silagem, pastagens, olericultura, plantação de produtos para o autoconsumo e benfeitorias (6 hectares). A mão de obra é familiar, e composta por cinco membros familiares, os quais compõem a família, que, nesse caso, será denominada de família 2.
- c) **Propriedade C** – conta com 26,6 hectares de terra própria, divididos entre grãos (9 hectares), mato (3,6 hectares), pastagens, milho para silagem, plantação de produtos para o autoconsumo e benfeitorias (14 hectares). Vinculada a esta propriedade encontram-se outros 21 hectares de terra arrendada, nos quais são produzidos grãos. A propriedade está situada na Localidade de Araçá São Brás, distando 12 km do centro urbano de Rondinha, e a terra arrendada encontra-se localizada em uma comunidade vizinha. A mão de obra dessa propriedade é realizada por três pessoas, sendo que a família é composta por quatro membros. Essa propriedade é, nesta dissertação, intitulada família 3.

Conforme consta na Tabela 1, as propriedades estão localizadas em diferentes comunidades rurais, contudo, a área ocupada por mata é equivalente, apesar de possuírem extensões territoriais diferentes.

Tabela 1 – Informações das pequenas propriedades rurais

Itens analisados	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Localização	Linha Cachoeira Branca	Linha Lajeado Seco Santa Lúcia	Linha Araçá São Brás
Distância do centro urbano do município	15 km	4 km	12 km
Área total	24 hectares	13,5 hectares	26,6 hectares
Área ocupada com cultivos e benfeitorias	21,5 hectares	11 hectares	23 hectares
Cultivos produzidos	Leite, grãos, e miudezas ¹⁷	Olericultura, leite, grãos e miudezas	Leite, grãos e miudezas
Área ocupada por matas	2,5 hectares	2,5 hectares	3,6 hectares
Número de membros da família	5 membros	5 membros	5 membros

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quanto à infraestrutura local para o escoamento da produção, todos agricultores e propriedades rurais estão expostos às mesmas condições de estradas não pavimentadas.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são os proprietários de pequenas propriedades rurais em exercício de atividades rurais, aqui denominados “agricultores familiares”, e os membros de sua família, os quais encontram-se identificados no Quadro 3.

¹⁷Miudezas são cultivos (mandioca, batata doce, batata inglesa, abóbora, moranga, pipoca, amendoim, ervilha, olerícolas e frutíferas, dentre outros) produzidas para o autoconsumo e que, quando há excedente, este é vendido para os vizinhos e para consumidores do centro da cidade, ou de outras cidades.

Quadro 3 – Membros das famílias rurais participantes do estudo

Código	Relação de parentesco	Idade (anos)	Gênero	Escolaridade	Profissão
FAMÍLIA 1 (Código de Identificação F1)					
F186	Matriarca	86	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Aposentada
F147	Filho	47	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor
F146	Nora	46	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora
F124	Neta 1	24	Feminino	Ensino Superior completo	Enfermeira
F115	Neta 2	15	Feminino	Ensino Médio Incompleto	Estudante
FAMÍLIA 2 (Código de Identificação F2)					
F275	Patriarca	75	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Aposentado
F272	Matriarca	72	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Aposentada
F243	Filho	43	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor
F236	Nora	36	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora
F218	Neto	18	Masculino	Ensino Superior Incompleto	Estudante/Agricultor
FAMÍLIA 3 (Código de Identificação F3)					
F389	Patriarca	89	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Aposentado
F351	Filho	51	Masculino	Ensino Médio	Agricultor
F348	Nora	48	Feminino	Ensino Médio	Agricultora
F324	Neto	24	Masculino	Ensino Superior Completo	Médico veterinário
F323	Neta	23	Feminino	Ensino Superior Interrompido	Agricultora

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O agricultor familiar e os membros de sua família são considerados no conjunto como “família rural”. Cada família participante do estudo foi identificada pela letra “F”, de família, seguida pela ordem do estudo:

F1 – Família 1

F2 – Família 2

F3 – Família 3

Também foram considerados sujeitos da pesquisa os atores sociais relacionados direta ou indiretamente à gestão das pequenas propriedades rurais, como:

- a) técnicos da Emater/RS-Ascar que atuam na unidade local, identificados como: Ana (EA) e Luciano (EL);
- b) presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondinha, identificado como Fabiano Fumagalli (PF);
- c) prefeito Municipal de Rondinha, Ezequiel Pasquetti (PE).

De acordo com a necessidade de ilustração das falas dos sujeitos da pesquisa, diálogos, questionamentos e comentários da pesquisadora estão identificados pela letra “P”.

Na Tabela 2, consta o número do total dos sujeitos participantes do estudo, por grupo, sendo os agricultores e seus familiares o mais representativo.

Tabela 2 – Quantidade de sujeitos participantes da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Quantidade
Agricultores e familiares	15
Técnicos da Emater/RS-Ascar	2
Prefeito Municipal de Rondinha em exercício	1
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	1
TOTAL	19

Fonte: Dados da pesquisa

Os técnicos da Emater/RS-Ascar representam fonte de informações relevante para compreender as práticas nas propriedades rurais, pois foram os responsáveis pela implementação da política pública federal relativa à sustentabilidade rural (MDA, 2016). Também são eles quem prestam serviços de assistência técnica e extensão rural em Rondinha. Suas ações são encontrados nas comunidades rurais, dias de campo, excursões, seminários, oficinas e demonstrações técnicas com o objetivo de planejar as ações produtivas, econômicas

e ambientais de cada pequena propriedade rural. Nessas atividades, são contempladas práticas como manejo do solo e da água, produção ecológica e orgânica, formas de comercialização dos produtos e de acesso às políticas públicas, instalações de agroindústrias e regularização ambiental.

Os sujeitos participantes do estudo tiveram sua presença formalizada por meio da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice F, a qual ocorreu após apresentação dos objetivos do estudo.

3.4 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de entrevistas (TRIVINÕS, 1987; GIL, 2016), observação (GIL, 2016; YIN, 2016) e pesquisa documental (GODOY, 1995). O instrumento para coleta dos dados com os produtores rurais, técnicos da Emater-RS/Ascar, sindicato e prefeitura foram roteiros de entrevistas (apêndices A, B, C e D), as quais renderam 7h37min de gravação e 40 páginas de transcrição.

As entrevistas com os agricultores familiares foram realizadas nas propriedades rurais no período de setembro a novembro de 2016, com duas visitas da pesquisadora. As visitas duraram em média duas horas em cada propriedade, as quais foram agendadas previamente com os agricultores e foram gravadas com o consentimento dos envolvidos. Após a transcrição, as gravações foram destruídas.

Os dados relativos à produção agrícola de cada propriedade foram coletados em documentos disponibilizados pela família rural, como o “caderno de anotações” das operações de compra e venda de produtos, insumos e gastos da família. Na família 1, foi possível coletar informações mais qualificadas e organizadas em planilhas eletrônicas manipuladas pelas filhas dos agricultores. Essa família apura indicadores econômicos das atividades produtivas e de gestão, como custo operacional, preço médio, margem líquida por hectare, outros. Dessa forma, referente à família 1, são apresentados mais dados comparativamente às famílias 2 e 3, mas de forma similar.

As entrevistas com os técnicos da Emater/RS-Ascar ocorreram no período de agosto de 2015 a outubro de 2016, as quais também foram gravadas, transcritas e posteriormente destruídas. Além desses encontros formais, foram realizadas visitas à sede para esclarecimento de dúvidas e ou coleta de dados adicionais.

Na Prefeitura Municipal de Rondinha, foram coletados materiais bibliográficos documentos históricos. Também foram realizadas duas entrevistas, sendo uma delas com o prefeito municipal e outra com um historiador, para conhecer aspectos históricos do lugar.

Somam-se a essas a entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondinha, em setembro de 2016, com duração de 1h30min. Não houve necessidade de agendamento e o depoimento foi gravado com o consentimento do entrevistado, seguindo todos os passos de formalização anteriormente descritos.

A observação foi realizada no mesmo dia das entrevistas e foi desenvolvida da seguinte forma: (a) chegando à propriedade, a pesquisadora fez a observação seguindo o roteiro especificado no Apêndice E; (b) após realização da entrevista, faziam-se novas observações da propriedade com vistas a confirmar as evidências citadas pelos sujeitos da pesquisa; (c) as observações foram registradas no caderno de campo e em forma de imagens (fotografias); (d) posteriormente transcrição em arquivo eletrônico (*software* Word®).

Os procedimentos de observação estão de acordo com as orientações de Trivinhos (1987), Gil (2016) e Yin (2016), os quais entendem que observar não significa apenas olhar, mas prestar atenção a um conjunto que envolvem características que representam um fenômeno social, abstraindo dele as dimensões singulares, seus atos, atividades e relações, que contribuem para compreender os propósitos da ação e o cenário da situação.

A pesquisa documental foi realizada de acordo com as orientações de Godoy (1995). Às famílias rurais foram solicitados documentos (“caderno de anotações”, planilhas eletrônicas, fotografias da família, bloco de produtor) nos quais constam dados sobre produção, comercialização e gastos decorrentes das atividades realizadas na gestão da propriedade e manutenção da família proprietária. Na Secretaria Municipal da Agricultura de Rondinha, Emater/RS–Ascar, sindicato rural e IBGE, foram solicitadas cópias de projetos implementados em Rondinha, relatórios e base de dados relevantes ao estudo. Nesses documentos, foram coletados dados sobre produção agrícola e aspectos econômicos, ambientais e sociais de Rondinha e das propriedades rurais.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados realizada com base no método **análise de conteúdo** e seguiu as recomendações Bardin (2009) e Mozzato e Grzybovski (2011) para a técnica análise categorial.

As **categorias analíticas** foram definidas *a priori*, sendo as seguintes: viabilidade econômica, conservação e melhoria do ambiente natural, equidade e melhoria da qualidade, pluriatividade, multifuncionalidade, diversificação, capacidades empreendedoras, capacidades inovativas.

A sustentabilidade das pequenas propriedades rurais foi analisada pelas dimensões sugeridas por Elkington (2012), quais sejam a ambiental, econômica e social, com as variáveis apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Dimensões da sustentabilidade e variáveis analíticas

Temas	Dimensões analíticas	Variáveis
Agricultura familiar	Produtividade	Quantidade produzida. Mão de obra empregada. Área de terra com produção
	Diversificação produtiva	Variedade de cultivares e de produção
	Multifuncionalidade	Presença na propriedade rural de agroindústrias. Atividades de turismo rural. Outras funções da terra que não seja agrícola
	Pluriatividade	Sujeitos que trabalham fora da propriedade. Sujeitos aposentados
Capacidades individuais	Capacidade empreendedora	Atuar como líder nos espaços da família e da sociedade. Ser tolerante com as pessoas. Estar motivado pela intenção de empreender. Sentir-se independente nas suas realizações. Ser persistente. Demonstrar comprometimento com o trabalho. Ter iniciativa (ser proativo)
	Capacidade inovativa	Saber aproveitar as oportunidades de trabalho. Ter capacidade de criar e/ou ser criativo
Sustentabilidade	Sustentabilidade ambiental	Conservação de fontes e matas. Destinação correta das embalagens de agrotóxicos. Cumprimento por parte dos agricultores da legislação ambiental
	Sustentabilidade Econômica	Viabilidade econômica financeira da propriedade. Equipes de trabalho. Estratégia de recrutamento de mão de obra. Lógica econômica da família. Estratégia de comercialização do produto. Fontes de renda
	Sustentabilidade Social	Convivência em família. Divisão da propriedade. Estratégias de convivência em comunidade. Estratégias de manutenção da família. Tipo de relacionamento com vizinhos

Fonte: A autora

As evidências empíricas de cada dimensão da sustentabilidade foram deduzidas e produziram saberes de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica, ambiental e cultural. No conjunto, tais saberes são apresentados em forma de texto e quadros ilustrativos e contextualizados às condições de sua produção.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O conteúdo deste capítulo está organizado em duas partes, constituídas da caracterização do espaço da pesquisa e da apresentação e descrição das pequenas propriedades rurais familiares estudadas. Cada propriedade é descrita a partir da história da família rural, cuja estrutura familiar é apresentada no genograma. Na sequência, são descritos a dinâmica produtiva, os processos de produção e de comercialização dos produtos rurais e, por fim, os aspectos das dimensões ambiental, social e econômico produzidos pelas atividades rurais realizadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DA PESQUISA

O município de Rondinha é formado por um território de 252,2 km² na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Limita-se geograficamente com os municípios de Constantina, Novo Xingu, Engenho Velho, Sarandi e Ronda Alta e está distante 341 km de Porto Alegre, capital do estado. Pertence à mesorregião geográfica do Noroeste do estado e microrregião geográfica de Passo Fundo, ao Corede Rio da Várzea e à Associação dos Municípios da Zona da Produção. Na Figura 4, apresenta-se a localização geográfica do município de Rondinha no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 4 – Localização geográfica do município de Rondinha

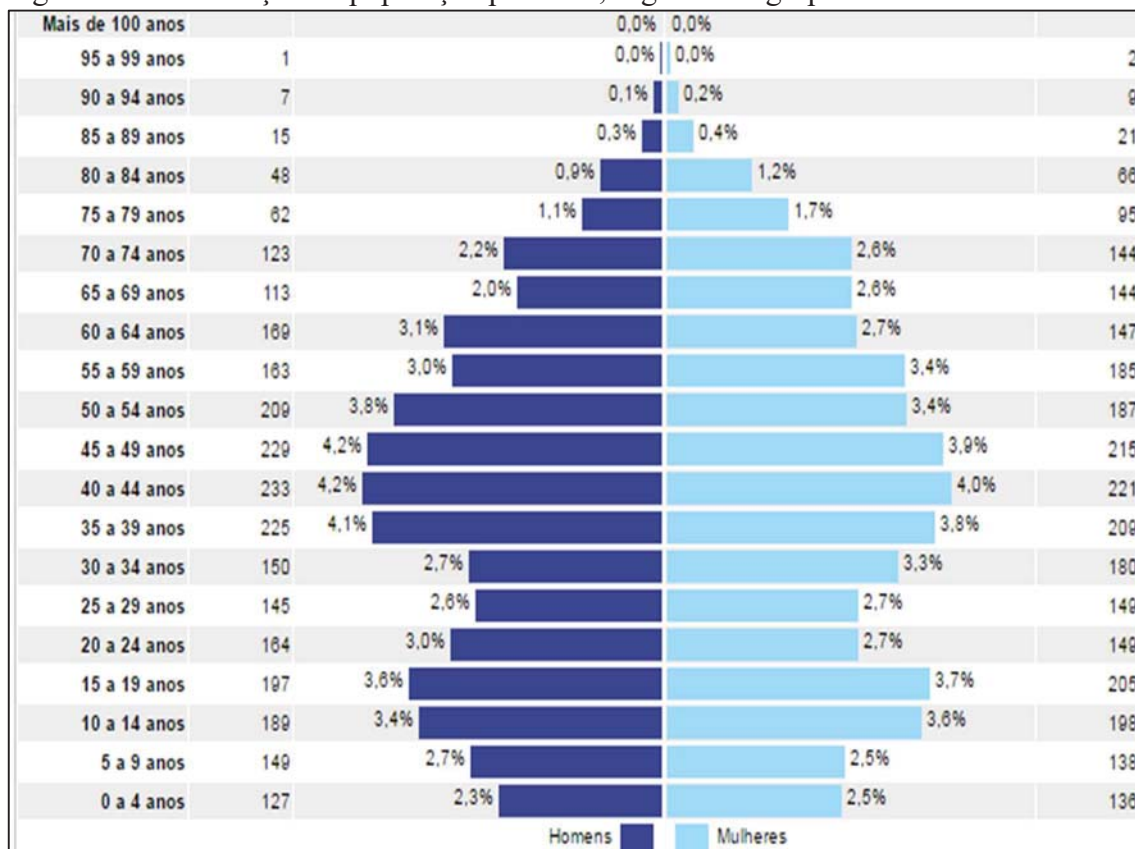


Fonte: A autora

De acordo com o IBGE (2015), Rondinha apresenta relevo acentuado e irregular, com pedregosidade, banhada pela bacia hidrográfica do Rio da Várzea, bioma da Mata Atlântica com cobertura vegetal remanescente de 8,56% da área do município. Quanto ao clima, a predominância é do clima subtropical úmido, umidade relativa do ar de 72%, temperaturas médias variando de 13,2°C a 23,6°C, altitude de 491 metros, latitude de 27° 49' 59'' sul e longitude 52° 54' 6'' oeste. Por ser de origem vulcânica, o solo do município é fértil, próprio para plantação de milho, soja, frutíferas, cana-de-açúcar e pastagem para o gado leiteiro.

Quanto à população, a pirâmide etária (Figura 5) mostra maior concentração de habitantes na faixa etária de 40 a 44 anos, sendo 233 homens e 221 mulheres (IBGE, 2016). A densidade demográfica é de 21,88hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,764 em 2010 (IPEA, 2016), o qual caracteriza Rondinha como um município de alto desenvolvimento humano.¹⁸

Figura 5 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade.



Fonte: IBGE (2016)

¹⁸ Esse índice leva em consideração importantes aspectos do município, como a longevidade, a educação e o acesso ao estudo e à renda, e pode variar de 0 a 1. O município de Rondinha tem um alto índice de desenvolvimento humano.

Quanto aos **aspectos culturais**, é marcante a presença de descendentes de imigrantes oriundos das “velhas colônias”, resultado de um processo de migração interna ocorrida no Rio Grande do Sul no período de 1870 a 1930, como descrevem Grzybovski e Pereira (2013). Rondinha, antes de ser colonizada pelos migrantes, havia sido “descoberta” pelos tropeiros atraídos ao local pela fonte de água pura e cristalina, local em que paravam com suas tropas no caminho a Sorocaba (SP) para saciar a sede e descansar.

Naquele tempo, Rondinha fazia parte da rota secundária dos tropeiros (MAESTRI, 2010), que tinha início nas missões jesuíticas argentinas, seguia por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, cruzava o rio Uruguai, no Passo do Goio-ên, para entrar no estado de Santa Catarina e seguia até Ponta Grossa, no estado do Paraná, local onde se encontravam os tropeiros que seguiam pelas outras duas rotas apresentadas na Figura 6, a qual foi desenhada pelo historiador Carlos Roberto Solera.¹⁹

Figura 6 – Mapa do caminho dos tropeiros



Fonte: Antonelli (2013)

¹⁹Carlos Roberto Solera é escritor, historiador e pesquisador sobre a História Geral e Tropeirismo. Atuou também como odontólogo, produtor rural e consultor em turismo rural. Foi presidente da Associação Brasileira de Turismo Rural – Abraturr. É Comendador da Ordem Couto Magalhães. Firmou o convênio entre a ONG Nata e a Universidade de Girona, na Espanha, para o reconhecimento junto à Unesco do tropeiro brasileiro como patrimônio da humanidade. Foi homenageado com o prêmio Rodrigo de Melo Franco, da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Minas Gerais. A homenagem é o reconhecimento à sua dedicação ao nosso Patrimônio Cultural, em especial pelos trabalhos realizados à frente do Movimento dos Tropeiros e toda sua História.

Rondinha é nome associado a lugar de fontes de águas cristalinas, onde pássaros revoam em seu entorno (*rondinéles*), atraindo outras pessoas além dos tropeiros. Impressionados com a abundância de água (pura e cristalina), solo com condições de fertilidade e boas condições do clima, por volta de 1919 imigrantes italianos passam a ocupar o seu território (FERRI, 1988; DI DOMENICO, 2015).

A chegada dos imigrantes italianos dá início a um aglomerado de casas, que mais tarde se configuraria como a sede do município de Rondinha (Figura 7). A ocupação da terra foi seguida pelo seu cultivo para produzir culturas de subsistência, como mandioca, milho, feijão, trigo, batata, cevada, dentre outros (TEDESCO, 1999).

A divisão das terras deu-se por meio de lotes com até 50 hectares, adquiridos pelos imigrantes, que formaram famílias e comunidades. Se naquela época os lotes eram utilizados como divisão das terras, hoje, os mesmos lotes configuram um espaço de trabalho e de vivência de 965 pequenas propriedades rurais familiares, as quais estão distribuídas em 29 comunidades. Tais propriedades ocupam cerca de 98,4% (18.474 hectares) e cultivam cultura de inverno/verão, perene e temporárias.

Figura 7 – Primeiras casas no município de Rondinha



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Rondinha

Quanto à **economia** produtiva, Rondinha destaca-se pela produção de leite (3.100.000 litros/mês). Esse dado alcança expressividade quando confrontado com a área territorial, o número de habitantes e a quantidade de pequenas propriedades rurais do município. Como consta na Tabela 3.

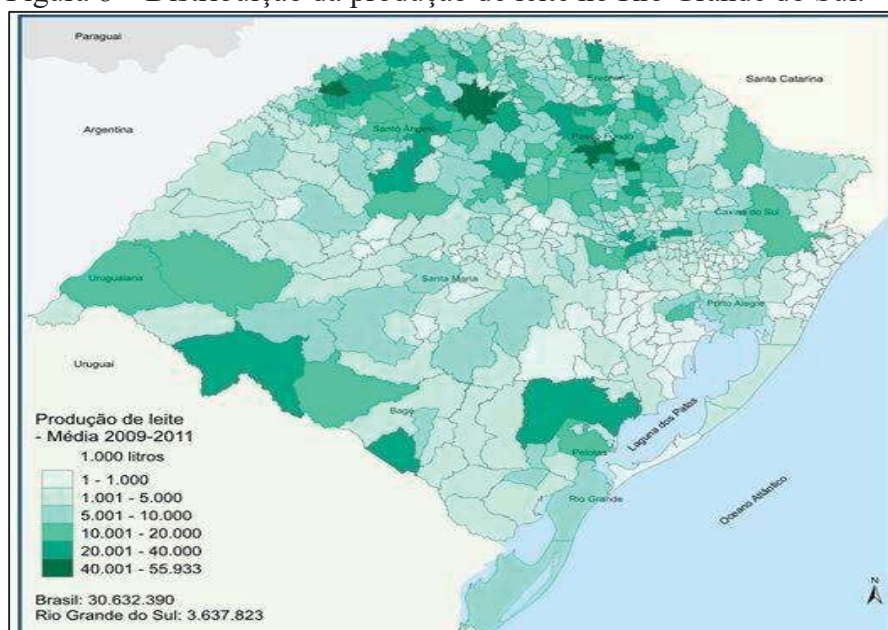
Tabela 3 – Panorama da produção leiteira no município de Rondinha

Números de habitantes	5.518 habitantes
Área territorial	252,2 km ²
Densidade demográfica	21,88 hab/km ²
Número de propriedades rurais do município	1.002
Grandes	37
Pequenas	965
Pequenas propriedades que produzem leite	640
Número de vacas em lactação	7.800
Quantidade de litros de leite anual	37.200.000 litros/ano
Média de litros por vaca/ano município	4.769,23 litros/vaca/ano
Média de litros por vaca/ano estado	3.034 litros/vaca/ano
Média de litros por vaca/ano país	1.525 litros/vaca/ano

Fonte: IBGE (2016); Emater/RS-Ascar (2016)

Como consta na Figura 8, a produção leiteira é uma vocação agrícola do norte do estado, área geográfica que abrange o município de Rondinha.

Figura 8 – Distribuição da produção de leite no Rio Grande do Sul.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2016)

Além da produção leiteira, Rondinha se destaca na produção de suínos, com 98.780 cabeças/ano. A produção de grãos está condicionada na produção de soja (500.000 sacas/ano), milho (280.000 sacas/ano) e trigo (100.000 sacas/ano). As culturas frutíferas evidenciadas são a produção de laranja e uva. Outra cultivar que é desenvolvida nas pequenas propriedades rurais do município é o fumo, com 200 mil kg/ano.

No que diz respeito à **educação**, o município dispõe de cinco escolas, duas municipais e três estaduais, que recebem alunos da área rural e urbana, correspondendo a cerca de 100% das crianças e adolescentes que devem estar frequentando a escola.

Quando se trata de transferência de tecnologia para os agricultores em Rondinha, uma das organizações que tem importância na ação é a Emater/RS-Ascar. Nesse município, atua um grupo de três profissionais: uma secretária, uma extensionista e um engenheiro agrônomo.

Rondinha foi colonizada por migrantes italianos e, por conseguinte, a maioria de seus habitantes tem essa etnia, e conservam os costumes de seus antecessores, sejam ligados ao linguajar – ao falar o “talian” –, à religiosidade, à culinária – com hábitos que mantêm pratos como a polenta, o codeguim e o salame –, seja em ações culturais de lazer, com jogos de carta e de bochas, realizados nas “bodegas”. A gestão das propriedades também lembra o costume dos migrantes de “esparanhar” (poupar) recursos, como também o hábito de “juntar dinheiro e bens” para “se tornar importante” na sociedade.

É nesse contexto de cidade interiorana e economicamente agrícola, cuja estrutura das propriedades rurais é caracterizada como de pequeno porte e familiar, que se encontra os agricultores familiares selecionados para o estudo.

4.2 PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES ESTUDADAS

A seguir, são apresentadas as três pequenas propriedades rurais selecionadas para o estudo, as quais são identificadas a partir de sua família proprietária. Inicialmente, a propriedade é caracterizada pela estrutura da família rural e a descrição dos diferentes processos de sua consolidação. Na sequência, são descritos os processos produtivos e a dinâmica produtiva, familiar e social.

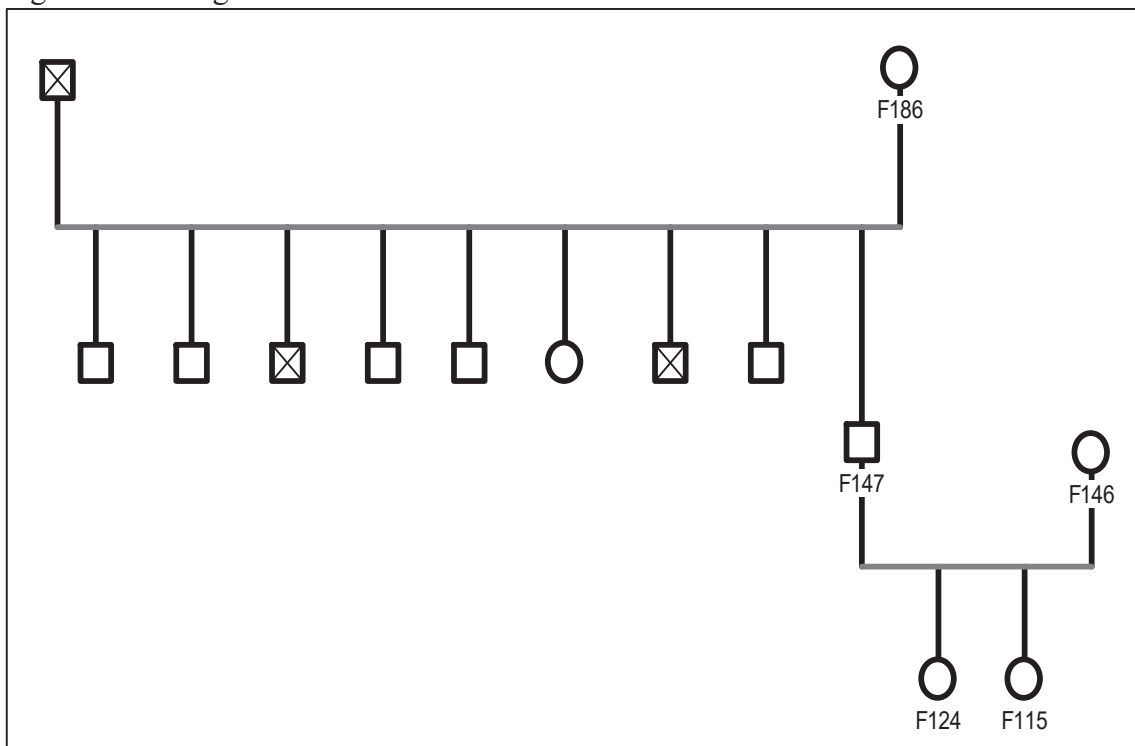
4.2.1 Família 1

4.2.1.1 Caracterização, história e estrutura familiar

A família rural 1 é formada por cinco pessoas e ocupa uma área rural de 24 hectares, em Cachoeira Branca, localidade distante 15 km da cidade de Rondinha. A origem da família está em F186 e seu esposo já falecido, cujo casamento gerou nove filhos, como consta na Figura 9. F186, a matriarca, reside com o filho mais novo F147, a nora F146 e as netas F124 e F115.

A origem étnica dessa família é de imigrantes italianos, que ainda preservam a cultura de, na ocasião do casamento de um dos filhos ou posteriormente, os pais doarem a este um lote de terra. Assim ocorreu com F186 e seu esposo, que, após o matrimônio, passam a residir na mesma casa dos pais do esposo. Eles permanecem assim por nove anos, período no qual o casal trabalhou na propriedade da família para gerar renda suficiente com vistas a adquirir sua propriedade rural.

Figura 9 – Genograma da Família 1



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Legenda:

□ Masculino

○ Feminino

⊠ Falecido

Inicialmente, o jovem casal passava a maior parte do dia na lavoura, cultivando principalmente soja, milho, mandioca e abóbora. Muitos desses produtos eram destinados à alimentação de suínos, como “lavagem”²⁰, o que gerava muito trabalho braçal. As atividades eram diversas: “Tinha que dobrá milho, lavrá, cortá soja com a foicinha... Tinha que fazê tudo” [F186]. Nesse contexto, o nascimento de filhos tradicionalmente representava a garantia da mão de obra familiar nas atividades rurais. Nas famílias rurais de imigrantes italianos, desde muito cedo os filhos eram recrutados para trabalhar na lavoura junto com os pais (TEDESCO, 1999).

No entanto, com os filhos crescidos e casados, um a um foi deixando a propriedade e a falta da tão sonhada mão de obra familiar comprometeu as atividades produtivas. Coube a F147 a tarefa de permanecer na propriedade para “cuidar dos pais”, pois era o filho mais novo. Por tradição, o último filho nascido permanece com os pais, cuidando-os na velhice, como relata o casal de agricultores da segunda geração de membros da família 1:

F147– [Eu sou] o último [dos filhos]. Daí [risos] acabei ficando junto [com os pais].

F146 – Foram saindo os outros e daí teve que ficá.

F147 – É... geralmente o último ficava junto, cabemo ficando nós.

F146– E logo! Não foi muito tempo depois que nós casamo, que o Deuclides saiu. Ele foi trabalhar pro restaurante e não voltou mais.

A recompensa material que a família oferece ao cuidador é o direito de propriedade da terra dos pais. De qualquer modo, há um processo de partilha da terra entre os irmãos (homens) enquanto os pais estão vivos, pois “cada um ganhou a sua parte”. A matriarca, que ainda continua viva, não tem, contudo, mais a posse dos bens e vive com F147. Também por tradição, as mulheres não recebem terras de herança dos pais, apenas o “enxoval”²¹. A esse respeito, F147 e F146 relatam que:

²⁰A lavagem era produzida com mandioca e abóbora, dentre outros produtos, os quais eram cozidos em grandes recipientes que, depois de frios, serviam de alimento para os porcos.

²¹ Enxoval é a expressão usada para um baú contendo roupas de cama, mesa e banho e utensílios domésticos (bacias, baldes, talheres, outros), máquina de costura, aviamentos, objetos de decoração da casa. Geralmente, as filhas mulheres confeccionam as peças, com bordados feitos à mão ou recebidos em forma de presente de suas madrinhas e tias.

F147 – É que daí, iam comprando [lotes de terra para os filhos]. Que nem pro Josmar, tinham dado a parte dele, pro Joel, Noé.

F146 – Pro Noé a gente comprou, depois que nós casamô.

F147 – E pro Daniel, nós não tinha dado a parte. Daí ele aceitou passar a terra aqui pra mim. Daí foi comprado um terreno [na cidade].

F146 – Porque na roça ele não ia voltar.

F147 – Daí foi comprado um terreno lá em Veranópolis prá ele. [E, prá menina] deram o enxoval. Ela não ganhou terra.

Além da posse da terra, F147 também é o gestor da propriedade da família, que, juntamente com sua esposa (F146), realizou mudanças no sistema de produção e substituiu produtos, como a suinocultura pela produção leiteira, mas manteve a produção de grãos; o milho passou a ser alimento para o gado leiteiro.

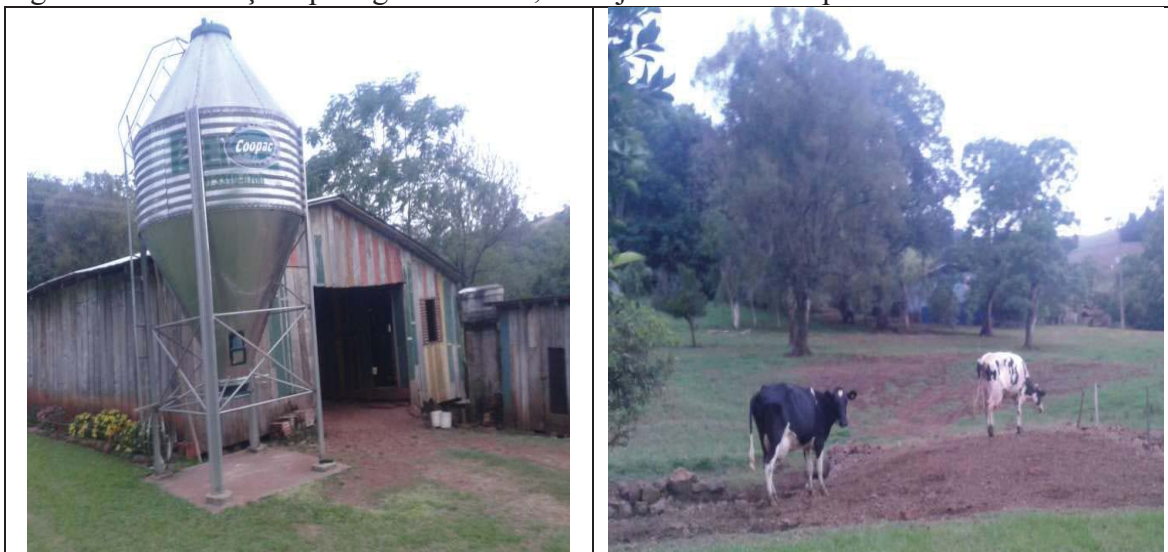
Sob a gestão do filho, a propriedade da família 1 passou a ter a produção leiteira como principal fonte de renda e principal atividade produtiva. A mudança tem origem no curso de capacitação realizado pelo casal (F146 e F147) no Senar, ofertado por intermédio da Prefeitura Municipal de Rondinha, no qual o casal aprendeu a “administrá a propriedade, criar terneira, descartá as vaca que davam pouco [leite]...” (F147).

A área de terra da propriedade é ocupada com a produção (grãos, milho para silagem, leite e miudezas) e benfeitorias (21,5 hectares) e 2,5 hectares coberta por mato. Há diversidade produtiva, pois a terra é ocupada para produzir soja (13 hectares arrendado), milho (2 hectares para silagem), gado de leite (pastagem perene 3 hectares, pastagem de inverno 4 a 5 hectares). A produção leiteira é a geradora da principal receita da propriedade. Com um plantel de 18 vacas em lactação, são produzidos cerca de 12 mil litros de leite/mês, os quais são entregues à Cooperativa Coopac, situada na cidade vizinha de Constantina.

Na Figura 10, é possível visualizar a adequação da infraestrutura para ordenha e alimentação do gado leiteiro de acordo com a determinação da legislação estadual.²² Nessa propriedade rural, a dimensão ambiental da sustentabilidade está contemplada pelo respeito à lei estadual, mas também representa uma gestão ecológica prudente, como argumenta Sachs (2008) quando menciona o “aproveitamento sensato da natureza” (p. 70).

²² Lei estadual nº 14.378, de 26 de dezembro de 2013, institui o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul – PRODELEITE/RS – e cria o Sistema Integrado de Pesquisa e de Inovação Tecnológica da Cadeia Produtiva do Leite. Um dos objetivos dessa lei consiste em acompanhar o controle, a inspeção e a fiscalização da produção de leite e de produtos lácteos.

Figura 10 – Instalações para gado leiteiro, manejo de ordenha e plantel leiteiro.



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando questionados sobre o trabalho na propriedade, F147 e F146 destacam que “tem sempre alguma coisinha prá fazê, se não é na roça é com as vacas, a horta, a casa... Ah, e tem que corta a grama”. Relatam ainda que a participação da família no desenvolvimento das atividades rurais se dá de forma coletiva, ainda que as principais tarefas sejam realizadas pelo casal, como ilustra o Quadro 5. F124 exerce a profissão de enfermeira na Secretaria Municipal da Saúde de Rondinha; F115 é estudante e cursa o primeiro ano do ensino médio, numa escola na cidade de Rondinha.

Quadro 5 – Características dos membros da Família 1.

Membros da família	Idade (em anos)	Gênero	Grau de escolaridade	Descrição das funções
F186	86	Feminino	Ensino fundamental incompleto	Limpar o pátio. Recolher os ovos. Alimentar os frangos.
F147	47	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Fazer os piquetes. Cortar a grama. Cuidar do trato alimentar e da reprodução do gado leiteiro. Tratar o gado leiteiro. Administrar a propriedade. Realizar os financiamentos. Adminsitrar os custos. Auxiliar na plantação de soja e das miudezas.
F146	46	Feminino	Ensino fundamental incompleto	Ordenhar as vacas. Higienizar a sala de ordenha. Cuidar da horta, jardim, casa, comida e roupas. Plantar as miudezas. Auxiliar na gestão.
F124	24	Feminino	Ensino superior (Enfermeira)	Enfermeira com emprego formal fora da propriedade rural. Organizar o fluxo de caixa da propriedade. Auxiliar nos serviços domésticos. Auxiliar na mensuração dos custos/despesas/receitas das atividades produtivas.
F115	15	Feminino	Ensino médio incompleto	Estudante. Auxiliar nos serviços domésticos e na ordenha.

Fonte: Dados da pesquisa (20016)

O casal tem muito apreço pelo lugar em que vive. F147 relata que “a grama precisa ser cortada toda semana, para que fique bonito, e só, geralmente, eu que corto”. F186 cuida da limpeza do pátio, enquanto que F146, com ajuda “das ‘meninas’, cuida do jardim e da horta. O resultado desse trabalho coletivo consiste em uma propriedade com belos jardins e horta com produtos orgânicos para o consumo da família, como se observa na Figura 11.

Figura 11 – Jardins e horta na propriedade da Família 1.



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A diversidade etária entre os membros da família não compromete a realização das atividades rurais. As diferentes formas de pensar são superadas por meio da capacidade individual de tolerar e respeitar a opinião do outro, elementos do comportamento humano considerados fundamentais por essa família rural para o convívio familiar em harmonia.

A pequena propriedade rural apresentada é caracterizada pela agricultura familiar seguindo os parâmetros da legislação que regulamenta tal prática, com 24 hectares de terra e mão de obra familiar. Desenvolve a diversificação produtiva com cultivares como o milho, soja e principalmente a produção de leite. Nessa propriedade, foram identificados traços da reprodução das famílias migrantes de italianos, que se apresentam na forma de administrar a propriedade, uma vez que a viabilidade econômica financeira é protagonista na gestão, no convívio familiar, com duas famílias convivendo no mesmo espaço e, por consequência, há administração de conflitos gerados pelo diferentes sujeitos presentes nesse espaço, com diferentes idades e formas de pensar. Além disso, a forma como eram tratadas as mulheres no ato da divisão ou não das terras é elemento expressivo nesse contexto. Geralmente, suas

heranças consistiam em um enxoval e uma vaca de leite, as terras eram destinadas somente aos homens.

4.2.1.2 *Produção e dinâmica produtiva*

Na família 1, o espaço agrícola é dividido entre diferentes espécies. A diversificação produtiva promove o autoconsumo e gera excedentes para a comercialização, gerando ganhos financeiros e contribuindo para a sustentabilidade econômica da pequena propriedade rural.

De acordo com F146, na sua propriedade rural, são cultivados:

Miudezas assim, mandioca, batata, amendoim, o que é de coisas assim que dá, [...] algum pouco se vendê. [O que é cultivado é] pra nós [para nosso consumo] e se vende. Uma parte sempre sobra...Sempre sobra, amendoim, mandioca, pipoca, a gente produz pro gasto e o que sobra se vendê, e a procura é bastante. Na maioria [se vende] no município, na cidade, é que nem pipoca as vezes vai no interior também, mas que nem amendoim, mandioca é mais na cidade.

Para a produção de grãos, F147 descreve problemas operacionais decorrentes das condições climáticas e da falta de máquinas e equipamentos (trator, plantadeira, colheitadeira, dentre outros):

A gente não tinha máquina, a gente trabalhava, não tinha máquina, daí, o sol, 2, 3 anos praticamente [deu seca] coiso, só dava prejuízo, e daí pensemô em arrendar, pelo menos o que ganha é livre.

A solução encontrada para superar essa dificuldade foi o arrendamento de parte da área de terra para pessoas que tivessem condições (maquinário) de cultivar grãos. Como remuneração, recebem um percentual do lucro obtido pelo arrendatário pela produção.

A produção leiteira é a atividade rural que apresenta maior contribuição financeira para a sustentabilidade dessa propriedade, como destaca F147: “o sustento da família é o leite”. Ao contrário da produção de grãos, a leiteira não necessita dos mesmos equipamentos para sua produção, mas a atividade requer mão de obra diária, tanto para o trato dos animais, a ordenha das vacas, a organização dos piquetes, entre outros afazeres. O processo produtivo é realizado pelos membros da família, cujas tarefas iniciam com o “nascido do sol”, como relata F146:

A gente levanta cedo, cinco horas da manhã. Daí lá pelas cinco e meia, cinco e quarenta a gente vai lá pra[estábulo] tirá leite. Daí tirá leite, fecha as vacas se trata onde que se tira leite, daí trata lá, tira leite, e depois larga prá roça, larga elas... Elas ficam ali, vão toma água e de manhã elas vão para a roça e daí, ficam... Que nem agora no inverno, agora que elas desceram e tão ali, se não, elas ficam lá pra cima na roça. De tarde ficam por ali e de noite ali prumas quatro e meia, cinco horas, daí se fecha de novo, trata elas, e tira leite e daí de noite ficam em volta por aqui. Agora plantemo pasto esses dias ali na grama, se não quando tem grama, toda noite se faz um piquete e daí elas ficam no piquete. Uma noite cada piquete, nunca ficam no mesmo se fosse, agora sim elas têm que ficá, não é muito grande o espaço, até o pasto vim, porque daí larga no meio? Que [o pasto] tá nascendo agora.

Nessa família, a renda das atividades agrícolas não é única fonte. F186 é aposentado e F124 é empregado urbano. Ambos usam seus rendimentos para os gastos da família rural: “Ela ajuda bastante... Ajuda com o ‘rancho’ [compras efetuadas no supermercado durante o mês]. Ah, desde coisas prá casa, ela compra bastante, e os gastos dela. Ela também ‘se vira’”.

Tais relatos permitem afirmar que nessa propriedade ocorre a diversificação produtiva e a pluriatividade, as quais contribuem significativamente para a sustentabilidade econômica da família. Há distribuição clara de atividades entre seus membros, contudo, para a definição dessas atividades, são consideradas a disponibilidade de tempo de cada um (respeito à individualidade) e a capacidade física.

Sobre a divisão das atividades na propriedade, a família rural descreve:

Eu e o F147, mais, a gente toma conta de tudo, mais que nem tirá leite... Toma a frente é tudo nós dois. Daí depois, a nona (F186), que nem, o serviço dela é limpá o pátio, ela ajuda a limpá o pátio. [...] O pátio é com ela. Ela faz, daí ela gosta. [...] As meninas, as vezes ajudam, a F115 mais. A F124 agora tá com o emprego dela, daí é menos. [...]As tarefas domésticas], quem fais mais so eu. As meninas também ajudam, limpá a casa, faze almoço, lavá ropa. O que eu faço, elas fazem também. [A plantação das miudezas], mais so eu. O F147 ajuda também. A nona (F186), as vezes, também planta as coisinhas dela. (F146)

Ajuntá ovo. [...] Cuidá das galinhas [...]. (F186)

Eu que faço os financiamento. Eu ajudo na hora de plantá o soja, cuidá a plantadeira. [...] Tocá as vacas sô sempre eu. Se eu não tô, F146 vai. Ordenhá as vaca é mais com ela; eu e ela, má é mais com ela. [...] Dar comida prá vacas sou eu, se eu tô, se não é ela. (F147)

Os relato revelam segregação de gênero na distribuição das atividades entre os membros da família. Também constata-se que os filhos, os quais representam a nova geração no meio rural, têm maior grau de instrução e assumem novo papel na família, qual seja o de alimentar os membros da geração anterior com informações gerenciais geradas por meio dos controles

formais, tornando a gestão da propriedade mais profissional. F124, que é o membro da família com maior grau de instrução, é o responsável em realizar o controle financeiro da propriedade, utilizando a ferramenta gerencial fluxo de caixa, seguindo a orientação dos técnicos da Emater, como descreve F147: “Quem passô [as planilhas do Excel] foi os [técnicos] da Emater. [Eles] passaram pra F124 e daí foi ela que foi lá e eles deram as dicas pra ela”.

A dinâmica dos gastos/custos da propriedade, igualmente ao trabalho, é compartilhada. Aqueles que dispõem de renda individual colocam-na num “cesto de rendas” da família. Após apurar o resultado e relacionar os insumos necessários para manutenção das atividades, F147 realiza as compras. Quando necessário, cabe a ele também contrair empréstimos em bancos e/ou decidir sobre financiamentos de bens, como relatam:

Eu recebo o dinheiro do leite e pago as conta, que nem água, luz, financiamento. [...] luz e água a nona paga. [F147]

E o rancho também uma parte a nona faz, e o que falta durante o mês, daí é nois que fizemô. [...] A [F124] ajuda financeiramente. O carro dela é ela que abastece, faz o que precisa, roupa, comida. Ah, essas coisa! [F146]

Na realização de algumas atividades rurais, a família também conta com ajuda de vizinhos e membros da comunidade local numa dinâmica social de “troca de favores”. A silagem de milho, por exemplo, importante alimento do gado leiteiro, é uma atividade que “sempre tem que depender dos vizinhos” (F147) “prá vim socar” (F146), pois a mão de obra dos membros da família não é suficiente.

É nessa atividade produtiva que novamente aparece o compadrio e a dimensão coletiva do trabalho entre as famílias rurais. Primeiro, uma família rural recebe ajuda de seus vizinhos e depois concede a mesma ajuda, para retribuir; é uma “troca de dias trabalhados”, afirma F146.

Essa entreaajuda no contexto das pequenas propriedades rurais ocorre pela falta de mão de obra e pelo número limitado de máquinas agrícolas, como tratores. Os vizinhos não vêm sós, mas com seus filhos, tratores e vontade de ajudar, retribuir e aprimorar o processo de transformação do milho para silagem e/ou outras atividades rurais necessárias, como no abate de animais (gado e suíno, especialmente). Nesses casos, há um pagamento simbólico pelo trabalho prestado pelos vizinhos, que é a partilha de um pedaço de carne para cada família. A ação torna-se coletiva e a prática produtiva transforma-se num momento de interação social e de trocas simbólicas que estreitam laços sociais e geram comprometimento. De acordo com

F146, “quando a gente carneia porco, gado, sempre a gente troca. [...] É dois [família] que a gente se troca. Daí, quando eles carneiam, a gente vai ajudá e quando é nós. Aí eles vêm!”.

O mesmo ocorre nos espaços sociais da comunidade local (clube, cancha de bocha, igreja). A participação dos agricultores é efetiva, seja ocupando cargos na diretoria da capela ou trabalhando nos dias em que realizam eventos sociais (galeto com massa, baile, outros). A sede da comunidade é um lugar de encontro, de confraternização e de realizar novas trocas “simbólicas”, práticas de religiosidade, atividades de lazer e diversão entre vizinhos:

Eu acho que tem que ter uma comunidade prá participar, sem comunidadeee... Nos finais de semana tem um lugar pra ir, já vai na igreja rezá, se encontra com os amigos, sai em festas, sempre com a comunidade, com a comunidade (F146).

Diante do exposto, constata-se que a dinâmica produtiva familiar e social na propriedade da família 1 se configura pela produção familiar com o apoio dos vizinhos que formam uma extensão da família rural. Trata-se de uma estratégia micro em razão de que, com o tempo, a família original reduziu o número de filhos, que eram recrutados pela família como mão de obra. Continua vigorando no rural a lógica da produção familiar distinta da lógica capitalista para que a pequena propriedade rural seja sustentável, considerando-se, em especial, o tamanho da família e a mão de obra disponível e valorizando sua história no contexto rural.

4.2.1.3 Processos de produção e comercialização dos produtos rurais

Quanto às práticas produtivas, a família 1 reconhece que os recursos ambientais são expoentes para a produção agrícola, razão pela qual realiza práticas sustentáveis no manejo do solo, contudo, a degradação é crescente. Os agricultores relatam que, nas ladeiras, plantaram pastagem perene (grama) para não precisar revolver o solo constantemente e na expectativa de que a natureza tenha condições de se regenerar.

Outra prática que contribui para a preservação dos recursos naturais é a mudança no padrão genético do rebanho leiteiro. As vacas da raça Holandesa estão sendo gradativamente substituídas pelas vacas Jersey, as quais têm menor estatura, provocam menos erosão no solo ao entrar ou sair da pastagem em terrenos mais íngremes, predominantes nessa propriedade.

A justificativa para essa mudança de raça do gado leiteiro é assim apresentada por F147:

A maioria [das vacas] é holandesa. E agora temo criando mais umas Jersey, que daí, prá elas subirem na roça, ali tem bastante moro e estrada meia ruim, a holandesa é uma vaca mais pesada. Daí temo colocando umas Jersey que seria umas vaca mais leve.

Outra prática que contribui para evitar a degradação do solo é a rotação de culturas na produção de grãos. “Esse ano planto milho num pedaço e daí planto soja no outro e daí no ano que vem a gente troca. Nunca planta [uma cultura na mesma área de terra]” (F147).

A prática de uso de agrotóxicos para controle de pragas na propriedade é adotada, mas, em pequena escala, pois a plantação de culturas que exigem esse insumo não tem grandes proporções na propriedade, uma vez que “não se usa muito (agrotóxicos) é pouco que se planta” (F147). No entanto, quando os agrotóxicos são utilizados, suas embalagens costumam ser devolvidas para o comércio que as vendeu, como afirma o agricultor “quando eles recolhem, a gente devolve”.

Na propriedade da família 1, há quatro fontes de água e somente uma delas é utilizada para matar a sede dos animais e é “muito conservada”. Diz F147 que a fonte “tá fechada e daí lá não vai nada dentro”. No entanto, as demais fontes de água não estão conservadas e o agricultor não as reconhece como recurso natural da sociedade. Ele pensa que “aquilo” (a fonte de água) é seu por direito e cabe a ele fazer o que lhe convier:

P– Com relação ao Cadastro Ambiental Rural o CAR, como que vocês estão vendo isso? E vocês já fizeram, aqui na propriedade, o CAR?

F147– Foi feito. Nós fizemo o cadastro, foi feito. Sei lá, por um lado é bom, que nem preservá, os rios, as águas, as mata e coisa... Uma parte de mata tem que ter porque né? Se destroem tudo...Só que eu achei, tem coisa que assim, que talvez tem uma valetinha de água alí que eles exigem de deixar.Aí eu acho que até que é demais, se fosse só que nem nos rios maior, nas sangas, nas vertente, alí é bom,alí tem que ter, mais as veis tem uma valetinha aí, se fosse de nós olhá teria que deixa.

P – E essas valetinhas muitas vezes será que não auxiliam o escoamento da água para um rio maior?

F147 – Que ajuda sim... (risos) É do pequeno que vira grande, vai se juntando. Só que nem nós alí, tem água quando chove bastante. Que nem no verão ela seca praticamente. Má daí, não sei como que vai ser que nem alí? Se a gente tem que fechâ ou deixâ aberto?

A produção rural nessa propriedade está baseada na diversificação rural e há práticas que valorizam os recursos naturais com vistas à manutenção das condições de vida na terra. A dinâmica produtiva evidencia valorização dos membros da família rural proprietária, bem como da vida em sociedade. De qualquer modo, a gestão da pequena propriedade rural, quando

relacionada à produção e à comercialização dos produtos, tende a ser complexa por exigir do agricultor familiar a realização de cálculos relativos aos custos de produção e rateios entre as diferentes culturas e atividades produtivas.

Os produtos cultivados na propriedade, em sua maioria, são cultivares temporários que necessitam ser replantados todos os anos, como é o caso do milho, das pastagens de inverno e da soja. Uma pequena área de terra é ocupada com pastagem perene (grama) que não necessita ser replantada, mas adubada constantemente. Tal prática produtiva é assim descrita por F147:

Temos três hectares que daí, é só de pastagem perene, que é grama e coisa... Que daí é direto, e que nem agora no inverno, daí se planta mais uns 4, 5 hectares daí de pasto de inverno [e no verão planta-se milho], se planta uns 2 hectares de milho, daí faz safra e safrinha de silagem.

Para o cultivo dessas culturas, como também da soja, é necessário utilizar máquinas e equipamentos (trator, plantadeira, lance, outras) que a família não possui. Optou-se por usar máquinas e equipamentos de terceiros para a produção das culturas. Para o plantio e a colheita da soja, a opção foi pagar para um vizinho fazer o serviço. Essa remuneração é feita por hora/máquina. “A gente paga prá fazê a roça [...] e a [lavoura de] soja a gente arrenda [a terra]”, diz F147.

O arrendamento da terra e o pagamento de horas/máquina são aspectos a serem considerados ao mensurar resultados econômico-produtivos. Essa mensuração primeiramente iniciou-se com um caderno (fluxo de caixa) e, posteriormente, com o auxílio da Emater/RS-Ascar e da Coopac, tendo sido incrementada com a inserção de planilhas do *software* Excel®, possibilitando visualizar gargalos produtivos, como remodelar práticas produtivas.

Essa forma de administração da propriedade rural tem suscitado nos agricultores familiares maior conhecimento técnico e capacidade produtiva, com vistas a realizar ações que reduzem os custos de produção, aumentam a produtividade e, assim, possam contribuir para tornar a propriedade viável economicamente.

Quando questionados sobre a implantação e os benefícios da administração profissional da pequena propriedade rural, F146 indica a relevância dos técnicos da Emater e da Coopac como responsáveis pela transferência da tecnologia para seu uso:

Eles que vieram até aqui. A gente aceitou. A gente não sabia, né? O que queee ia ser essa unidade de referência. Daí a gente aceitou [fazer] os controles dos gastos...Que nem ali das vacas, faz a medição do leite, tudo. As vacinas. Tudo.

Com vistas a melhor compreender o processo administrativo de controle, F146 afirma:

A gente pegá sempre na metade do mês [...], faz a medição do leite, cada vaca tem o taro de medidas. Daí pega uma por uma, daí pega duas ou três vacas, as vezes até quatro, depende a quantia de vacas que a gente tem. Daí vai tirando de uma, aí tu vai anotando. Cada uma, daí, tem um número, daí tu olha e anota no papel, daí tem o nome dela, daí coloca no lado o que deu de manhã. Depois de noite [faz o mesmo processo] tudo de novo a mesma coisa.

O leite é o principal produto da propriedade, uma vez que gera a maior renda líquida da propriedade, porém, o percentual do arrendamento da soja, a venda das miudezas e a confecção de artesanato por F146 geram receitas adicionais e garantem diversificação produtiva. Na Tabela 4, constam os dados das atividades produtivas e dos processos produtivos e da comercialização.

Tabela 4 – Resumo dos dados da produção

Aspectos da produção	Produção		
	Leite	Soja	Milho**
Maquinário utilizado	Ordeneira com três teteiras	Trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira	Trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira
Local de comercialização	Coopac	Agro cerealista e cooperativa da região	Agro cerealista e cooperativa da região
Mão de obra	F147, F146 e F115	F147	F147
Produção anual	144.000 litros	11.700 kg*	43.200 kg
Área ocupada	10 hectares	13 hectares	5 hectares
Custo de produção estimado	R\$ 0,38/litro	-----	R\$ 0,37/kg
Preço de venda	R\$ 0,93/litro	R\$ 0,875/kg	R\$ 0,533/kg
Margem líquida	R\$ 0,55/litro	R\$ 0,875/kg	R\$ 0,163/kg
Receita total	R\$ 133.920,00	R\$ 10.237,50	R\$ 23.038,56
Receita líquida	R\$ 79.200,00	R\$ 10.237,50	R\$ 7.041,60
Recita total anual			R\$ 96.479,10

(*) Quantidade de soja corresponde ao percentual ganho por F147 no arrendamento. (**) Na mesma área de terra, no inverno, é cultivada pastagem para o gado leiteiro e, no verão, milho.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ainda, outros produtos rurais são comercializados pela família gerando receitas, como é o caso do artesanato, o descarte de bovinos da produção leiteira, os suínos, as miudezas, como também as sacarias de fertilizantes, como consta na Tabela 5.

Tabela 5 – Outros produtos que geram receita na propriedade

Produtos	Receita anual (R\$)
Artesanato	255,00
Bovino	6.938,00
Miudezas	551,00
Suíno	3.190,00
Sacarias usadas	90,00
Total	11.024,00

Fonte: Dados da pesquisa

A pluriatividade semelhante à produção configura-se como receita para a propriedade. Não foi possível verificar em números ou percentuais a quantidade que essa variável auxilia na gestão econômica da propriedade, contudo, os sujeitos deixam claro que tanto a “aposentadoria da nona” quanto o “dinheiro da F124” são importantes para o pagamento das despesas/custos da propriedade rural: “Ela ajuda bastante! Ajuda com o rancho, desde coisas prá casa. Ela compra bastante e os gastos [pessoais] dela (F146). Também “Pagá a luz, água, é comigo. As vez a nona paga também” (F147).

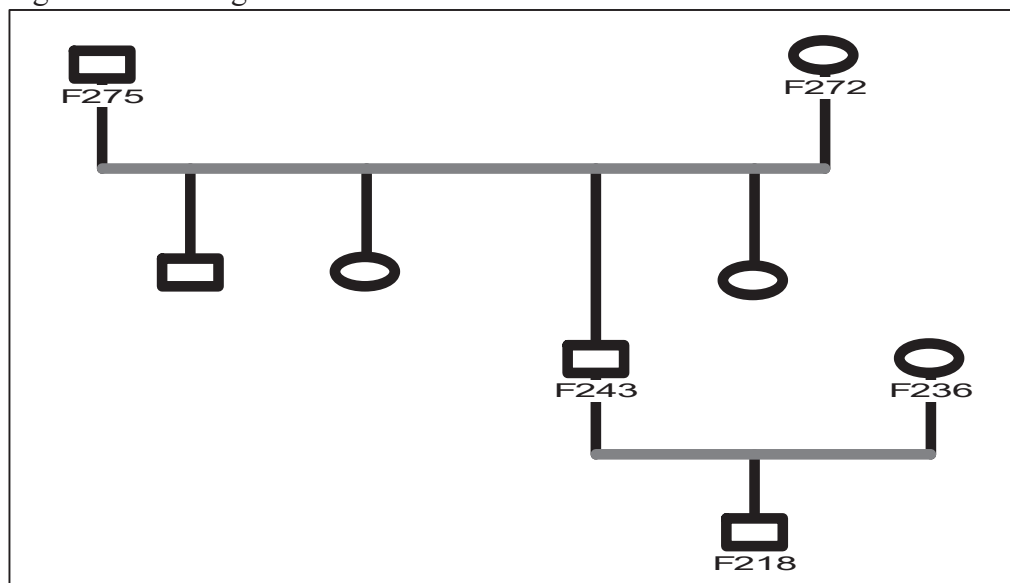
Com base no exposto, constata-se que a apuração dos resultados financeiros da família 1 foi aprimorada pelo uso de planilhas eletrônicas de dados e com o controle de gestão fluxo de caixa. Ambos geram maior informação e conhecimento para a tomada de decisão da família.

4.2.2 Família 2

4.2.2.1 Caracterização, história e estrutura familiar

A família 2 tem início com o casamento de F275 e F272, cuja união gerou quatro filhos. Como mostra a Figura 12, os progenitores estão vivos e seus filhos estão casados. Eles constituíram suas famílias e residem em suas próprias casas, fora da propriedade, exceto F243 e sua família, que residem com F275 e F272. F243, juntamente com sua esposa F236 e seu filho F218, o qual já completou 18 anos, formam a família 2 na configuração atual.

Figura 12 – Genograma da família 2



Fonte: Dados da pesquisa

Para melhor compreender a dinâmica e a estrutura dessa família, os progenitores foram instigados a falar sobre o início de sua vida e trabalho. F275 relatou que, junto com sua esposa, no primeiro ano de casamento residiu com sua família, “pra pagá as despesas do casamento. [...] Naquele tempo, se fazia casamento grande”.

A propriedade rural da família 2 tem 13,5 hectares e está localizada na Linha Lajeado Seco Santa Lúcia, distante 4 km da cidade de Rondonia. A origem da propriedade rural sob a gestão dessa família deu-se com F275 comprando-a antes de contrair matrimônio: “naquele tempo lá, nois era tudo soltero ainda. Quando compremo, era em sete irmãos. Conseguimo compra meia colônia de cada um”. Hoje, a propriedade da família é ocupada por pai, mãe, filho, nora e um neto, contudo, a propriedade (posse do bem) continua sendo do pai (F275), gerida pelo filho F243.

As aspirações de F243, assim como as de sua esposa e de seu filho, consistem em ter a posse da terra da família, o que só deve ocorrer com a morte do patriarca e após a finalização do inventário. Quando esse processo for iniciado, os demais herdeiros serão chamados a participar, segundo as orientações legais do direito de família na legislação brasileira, aspecto até então ignorado, pois a família considera superiores os valores morais e os acordos estabelecidos no seio familiar, como descrito pelo patriarca referindo-se ao seu filho F243:

Foi ele que ficou aqui com nois, com eu e ela (esposa – F272). [Os demais filhos não vão receber sua parte na propriedade], porque a gente já ajudou eles, do jeito que deu, mais nois ajudemo. Prás meninas demo o enxoval, era costume naquela época, e pro João a gente ajudou como deu.

Ao ser questionado sobre o direito legal à herança, F275 fica em silêncio por um instante e em seguida afirma desconhecer a lei: “má daí não sei como que é. [...] A terra aqui vou passar para o F243”. Os valores morais e os acordos familiares impressos nesse relato são transgeracionais e representam respeito à tradição familiar. É tradição entre os descendentes de migrantes italianos definir um dos filhos para ser o cuidador dos pais na velhice em troca da posse da terra da família.

F243, o filho escolhido pelos pais para representar o papel de cuidador, demonstrou que naquela oportunidade tinha outros planos para sua vida. As circunstâncias, no entanto, fizeram-no permanecer com os pais, como relata: “Eu vim prá casa do Rio e daí. Lá também não era fácil. Daí eu fiquei em casa. [...] Aqui tem menos gasto do que na cidade... e fiquei”.

No seu discurso, F243 omite alguns fatos ocorridos, os quais são relevados por sua esposa (F236): “naquela época, eu engravidei do F218. Daí nós casemo e viemo mora aqui”. Facilidades, oportunidades, conforto e abrigo fizeram parte da escolha de todos, pais, filho e nora. No contexto social e local da sociedade da época, gravidez fora do casamento representava desonra à mulher e compromisso ao homem. A oferta do pai/sogro confere legitimidade de filho/nora à sociedade, facilita a aceitação dos vizinhos e parentes; em troca, subserviência e trabalho na propriedade da família.

No Quadro 6, são apresentadas as características de cada membro da família 2 e a descrição de suas funções.

Quadro 6 – Características dos membros da família 2

Membros da família	Idade (anos)	Gênero	Grau de escolaridade	Descrição das funções
F275	75	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Cultivar as miudezas. Recolher os ovos. Alimentar os frangos e ovinos. Auxiliar no trato alimentar do gado leiteiro. Realizar a limpeza da área destinada a criação de ovinos
F272	72	Feminino	Ensino fundamental incompleto	Auxiliar nos serviços domésticos e fazer as refeições diárias
F243	43	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Administrador da propriedade. Nutrição dos animais. Fazer e cuidar os piquetes. Auxiliar na produção de silagem. Acompanhar e cuidar a reprodução do gado leiteiro. Analisar e decidir sobre os financiamentos e aquisição de bens, máquinas e equipamentos. Pagar os fornecedores. Plantar os cereais. Auxiliar na produção olerícola
F236	36	Feminino	Ensino fundamental	Ordenhar as vacas. Cuidar da horta, jardim, casa, comida e roupas. Higienizar a sala de ordenha. Auxiliar na produção olerícola e vende-los
F218	18	Masculino	Ensino superior incompleto	Cortar a grama. Administrar e realizar o cultivo olerícola. Vender os produtos da olericultura

Fonte: Dados da pesquisa.

As tarefas de cada membro da família na propriedade rural são compartilhadas entre si, mas a responsabilidade é individual. A forma como as tarefas foram divididas entre os membros da família caracteriza segregação de gênero, alocando atividades de cuidado, higiene, limpeza e produção leiteira para as mulheres e as atividades de gestão do patrimônio, recursos financeiros, produção de cereais, cultivo olerícola e cuidado com os animais para os homens. Aos mais idosos foram alocadas atividades simples, que exigem menor esforço físico, demonstrando cuidados especiais com a saúde e o bem-estar de filho/nora/neto com pais/sogros/avós.

A administração da propriedade, a cargo do de F243, apresenta traços de profissionalismo em detrimento do empirismo. As orientações gerais são de promoção e valorização do convívio da família e a sustentabilidade financeira com desenvolvimento de atividades que conferem o autoconsumo saciado. Nesse sentido, a prática é produzir para o consumo da família e vender seu excedente: “a gente produz prá nós. Daí o que sobra se vende. Isso ajuda, porque sempre entra um dinheirinho a mais” (F236).

Para a geração de alimentos para a família, criam-se suínos e ovinos, e a atividade tem como responsável o patriarca da família (F275).

A produção agrícola é exercida, em sua maioria, pelo gênero masculino, no entanto, a mulher se destaca pela delicadeza impressa no cuidado do lar, das refeições, das roupas, na ordenha e na organização dos arredores da morada. Com criatividade, a nora (F236) utiliza

materiais recicláveis para enfeitar os jardins que embelezam a propriedade. Tal atitude revela o protagonismo feminino e promove a autoestima dos demais membros da família. O trabalho de F236 soma-se aos cuidados de seu filho (F218) com o gramado, conforme mostra a Figura 13.

Figura 13 – Jardins e ornamentos produzidos com materiais reciclados



Fonte: A autora

A pequena propriedade rural da família 2 é formada por agricultores que valorizam as relações familiares, investem em tecnologia no processo produtivo, geram renda suficiente para terem qualidade de vida, acesso às modernidades e às facilidades disponíveis no meio urbano. A preservação dos valores morais e conhecimentos acumulados por gerações da família são indicativos orientadores do comportamento individual, os quais garantem a continuidade e a manutenção da família, sem ignorar questões de contexto.

4.2.2.2 *Dinâmica produtiva, familiar e social*

A família 2 foi constituída em uma época em que era comum, na região, o cultivo de feijão, trigo e milho e a criação de porcos. Atualmente, a terra é ocupada para produzir diversas culturas, como tomate, morango, repolho, pepino e pastagem para o gado leiteiro, milho para silagem, mas ainda é mantida a lavoura de soja (300 sacas por safra).

A produção leiteira é a principal receita da propriedade, com um plantel de 12 vacas em lactação e a produção média de 3.900 litros de leite/mês. Essa atividade iniciou a partir de uma oportunidade percebida por F243, ao receber de seu cunhado a tarefa de ser o responsável pela produção leiteira das vacas que possuía, tendo em vista residir em São Paulo, como relata:

Começamô vendê leite porque meu cunhado tinha umas vaca e daí, ele trouxe aqui pra nós cuidá, porque ele foi trabalha em São Paulo. E daí nos fomo tratando [as vacas], tirando o leite e vendendo.

Os ganhos financeiros da produção leiteira estimularam a realização de investimentos em tecnologia para o processo produtivo, melhoramento genético das vacas leiteiras e infraestrutura para a ordenha, como mostra a Figura 14.

Figura 14 – Infraestrutura de alimentação e ordenha do gado leiteiro



Fonte: A autora.

Na sequência, foram introduzidas outras culturas na propriedade. A introdução do cultivo de olerícolas também é resultado da percepção de oportunidade de mercado por parte de F243. Estimulado pelo espírito empreendedor, F243 inicia com a plantação tradicional de tomates, mas enfrenta várias dificuldades em razão do ataque de pragas. Em razão disso, seu filho F218 realizou pesquisas na internet na tentativa de resolver o problema, quando descobre que tomates produzidos em estufas têm menos problemas de invasão de pragas.

Nós já plantava tomate fora da estufa, só que daí sempre dava doença. Era murchadeira e outros tipo de doença. Daí eu olhei na Internet e vi que dava pra plantá tomate na estufa, nesse sistema de hidroponia. Daí eu falei prô pai.

O resultado dessa prática produtiva gerou novos ganhos para a família rural. Então, F243 decide explorar os recursos ociosos na propriedade e, usando de sua criatividade, transforma um velho armazém em nova estufa, agora para produção de alface.

A proatividade do neto associada à criatividade e ao espírito empreendedor do pai promove a diversificação produtiva na propriedade rural e, assim, amplia-se a olericultura com

a hidroponia, como retrata a Figura 15. Atualmente, a propriedade dispõe de três estufas para o cultivo de tomates, alface e morangos.

Figura 15 – Cultivo de olerícolas em estufas



Fonte: A autora.

O crescimento da importância da olericultura na propriedade da família 2 desestimulou pai e filho a manter a produção leiteira, como destaca F243: “a ideia é trocá [de cultura e] deixá o leite”. A produção olerícola gera mais recursos financeiros e produtividade por hectare ocupado, utiliza menos mão de obra, bem como promove menor desgaste do solo, afirma.

A família 2 tem na diversificação produtiva o pressuposto para a sustentabilidade econômica da propriedade. Sua produção está pautada na produção de grãos (soja 300 sacas/ano), leiteira (47.450 litros/ano), olerícolas (morango 800 kg/ano, tomate 8.000 kg/ano, repolho 3.000 kg/ano), miudezas e criação de suínos e ovinos. Tal formato de produção permite que a propriedade tenha renda todos os meses do ano com menos deficiência de produção e financeira nas ocorrências de estiagens e/ou problemas climáticos. F243 informa que, na propriedade, se produz “soja, milho, leite, tomate, repolho, tudo o que é cultura, moranguinho. Se trabalha também com suíno e ovelha”. Trata-se de uma pequena propriedade rural que tem a diversificação produtiva como uma estratégia para geração de renda e sustentabilidade.

A renda dessa família rural é incrementada por atividades realizadas “fora” da propriedade. F236 relata que “trabalhava na padaria do supermercado”, contudo, com o incremento da olericultura e o aumento na demanda por mão de obra, pediu demissão e retornou ao seu trabalho rural.

Para tomar essa decisão, F236 sentiu-se “obrigada a escolher” entre o trabalho pluriativo (parte realizado na propriedade rural e parte na empresa urbana) ou o trabalho exclusivamente

rural. Sua escolha pela propriedade foi incentivada pelos familiares e justificada por ela como a “melhor escolha”, uma vez que estaria cuidando “do que é nosso”, não teria horário para cumprir, tampouco teria “chefe que manda”.

A decisão de F236 contribuiu sobremaneira para o aumento da produção rural da família, principalmente na olericultura, mas também conferiu maior qualidade de vida e bem-estar à família. A esse respeito, EA relata:

A gente sempre se preocupa com o agricultor que precisa estar lá na propriedade, feliz, produzindo seu alimento, produzindo e comercializando seu alimento. [...] A gente trabalha com qualidade de vida da família, questão saúde da família, questão relacionamento da família, transporte, acesso à Internet, acesso à luz, acesso à telefone. Se a pessoa está feliz residindo naquele espaço, se ela tem necessidade de alguma coisa, dificuldade de acesso a propriedade. Então, é questão de estar feliz no local onde você vive e tentar auxiliar da seguinte forma: o social, a jardinagem pra mulher se sentir feliz, o artesanato né? E daí toda estas questões de políticas públicas, curso de culinária, curso de políticas públicas, primeiros socorros, palestras motivacionais, toda a questão social que é o que te faz bem, no local onde você reside e teria muitas outras questões.

Tais aspectos são inferidos como cruciais quando se trata de sustentabilidade da pequena propriedade rural. A extensionista da Emater-RS/Ascar de Rondinha (EA) fala sobre a importância das relações familiares e do “gosto” pelo trabalho, e considera tais aspectos como coadjuvantes para o alcance do bem-estar e da qualidade de vida, . Afirma, ainda, que as metodologias desenvolvidas por essa organização buscam contemplar no ambiente familiar condições para que os agricultores percebam isso e lá permaneçam, usando os recursos de que dispõem e preservando as condições de vida no Planeta com responsabilidade.

Na família 2, os recursos naturais são fundamentais no processo produtivo, em especial na olericultura, que demanda grande quantidade de água. Para garantir tal recurso natural, foi construído um açude, mas também foram adotadas práticas de cuidados com o manejo do solo e da mata. F243 declara que as práticas de sustentabilidade adotadas são: destinação correta das embalagens de agrotóxicos, preservação das nascentes de água, conservação do solo por meio de rotação de culturas, plantio direto. Por fim, ele declara que é favor das exigências impressas no CAR e que “foi um dos primeiros a fazer”.

Para a conservação dos recursos naturais, bem como para a diversificação produtiva, é necessário o auxílio da mão de obra de toda a família. As tarefas diárias nas diferentes culturas/produção são divididas entre os membros familiares. No momento em que a mão de obra familiar não é suficiente, os vizinhos são convidados a participar e passam a ser uma extensão da família, auxiliando na produção.

A respeito da entreajuda, F243 relata:

Ontem mesmo tinha o Gilmar que é o vizinho aqui, ajudando né? Ele tá ajudando nós e tá sem comida pro gado. Daí ele vem, ajuda nós e tá levando comida pro gado dele. Uma mão lava a outra. Daí agora vem as geadas. Ele se pega sem capim, sem nada.

Quanto à participação na comunidade local, o sujeito F243 afirma que “é mais caseiro”, mas que seu pai (F275) participa dos encontros na sede da comunidade quase todos os finais de semana. A justificativa pela pouca participação na comunidade do sujeito F243 está relacionada ao desinteresse do sujeito nas atividades de lazer desenvolvidas na sede da comunidade, pois não gosta de “jogar baralho”. Contudo, tanto ele quanto sua esposa (F236) não deixam de participar das atividades sociais na comunidade e afirmam: “nas festas, geralmente, todo final de semana que a comunidade vai, a gente vai junto. A gente sai, assim, qué dizê, todos, todos não! Alguns a gente fica por casa também”.

A propriedade da família 2 tem na diversificação produtiva a sustentabilidade econômica; nos cuidados e no manejo adequado dos recursos naturais, tem a sustentabilidade ambiental; e no relacionamento de entreajudas com os vizinhos e na dinâmica social da comunidade local, a sustentabilidade social. No entanto, há conflitos de ideias e de opiniões sobre determinados assuntos entre os membros familiares numa dinâmica que contempla disputas de espaço entre sogra e nora e entre avô e neto.

4.2.2.3 Processos de produção e comercialização dos produtos rurais

A missão de desenvolver produtos com qualidade que propiciem reconhecimento pelos consumidores e, por consequência, ganhos financeiros para a família usufruir são objetivos que impulsionam seus membros na busca por novos meios de produção e implementação de novas culturas, usando a infraestrutura disponível.

A mão de obra empregada na produção leiteira é exclusivamente familiar, compartilhada entre F236, F243 e F275, a qual representa 47.450 litros/ano e um rebanho leiteiro com 15 vacas em lactação.

A olericultura é a segunda fonte de renda mais importante na propriedade. Os produtos olerícolas (tomate, morango, repolho) são comercializados no atacado em lojas/minimercados

da região, e no varejo em residências do município, diretamente ao consumidor final, conforme descreve F236:

Nois tamô colocando um pouquinho em Ronda Alta, Sarandi, nos mercados, e Rondinha. No Wagner, em mercado pequeno, no Quide, alí no Mebal, na Salete... Tem vários mercados. E vendemô também nas casas. Pegamo, enchemo uma, duas, três caixas e passamo nas casas.

Todos os recursos gerados pelas atividades produtivas, bem como as técnicas de produção e de comercialização, são acompanhados pelos técnicos extensionistas da Emater/RS-Ascar. Já estão sendo realizados diferentes controles, desenvolvidos com a referida orientação técnica, como planilhas de controle de produção olericula, controle das receitas da produção. Para tanto, a ferramenta de registro consiste no tradicional “caderno de anotações”. Tais registros estão sendo importantes para a família 2 tomar decisões gerenciais, mesmo que representem registros embrionários, como descreve F243:

Ali nos tomate tem a Emater que tem uns formulários. [...] O Fabricio anota tudo, né? Iii, no leite, a gente já faz tempo que vem lidando assim. Não tem muito, não anota muito. Mais é ali nos tomate. E no soja e no milho, também é só na, ah, assim na cabeça.

No Quadro 7, é apresentado um panorama geral das atividades produtivas desenvolvidas pela família 2, entre outras informações relevantes para compreender a dinâmica produtiva e os respectivos processos, de produção e de comercialização.

Quadro 7 – Resumo dos dados da produção na propriedade da família 2.

Aspectos da produção	Produção		
	Leite	Olericultura	Grãos
Tecnologia utilizada	Ordeneira	Bomba d'água	Trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira
Local de comercialização	Laticínio da região	Mercados da região e residências no município	Agro cerealista e cooperativa da região
Desde quando é produzido?	Desde 1992	Desde 2010	Desde o início da propriedade
Quem é o responsável pelas atividades?	F275 – F243 – F236	F218 – F236 – F243	F243
Produção anual	47.450 litros	Tomate 8.000 kg/ano Morango 800 kg/ano Repolho 3.000 kg/ano	18.000 kg/ano
Área ocupada	4,5 hectares	1 hectare	5 hectares

Fonte: Dados da pesquisa

Na propriedade rural da família 2, constatou-se diversificação produtiva e pluriatividade como estratégias para a sustentabilidade. As rendas são provenientes da aposentadoria rural dos progenitores da família, as quais correspondem a dois salários mínimos mensais, cujos valores são utilizados para custear os custos fixos da propriedade, como água e energia elétrica, aquisição de produtos alimentícios e de limpeza não produzidos na propriedade.

4.2.3 Família 3

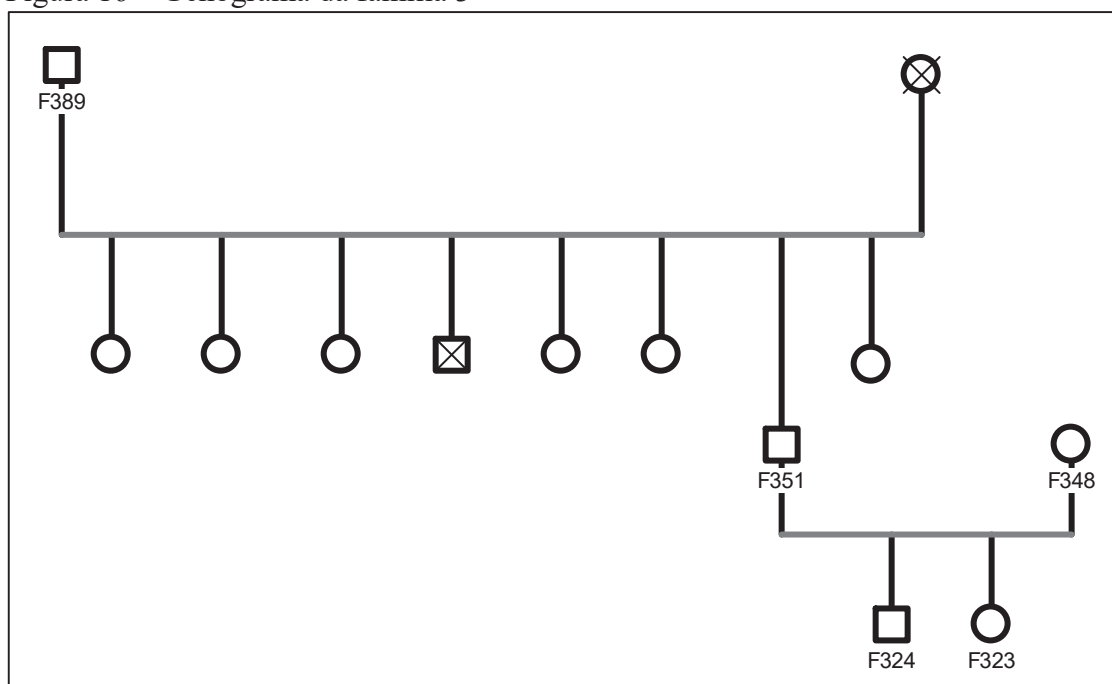
4.2.3.1 Caracterização e início das atividades na pequena propriedade rural

A família 3 é formada por cinco pessoas, cuja origem está no sujeito F389 e sua esposa, já falecida, como mostra a Figura 16. Dessa união, nasceram oito filhos, os quais estão casados, geraram seus próprios filhos e formaram suas próprias famílias. Contudo, o filho mais novo (F351) e sua respectiva família (F348 e F323) vivem na mesma casa dos pais.

A propriedade rural, formada por 26,6 hectares, está localizada na Linha Araçá São Brás, distante 12km da cidade de Rondinha. Parte dessa propriedade foi repassada a F389 como

herança de seu pai. O restante foi comprado dos vizinhos, como explica a nora: “O vô comprou uma partezinha lá nos fundos e uma outra parte [da terra] que a gente tem, daí aquela eu e o F351 compramos” (F348).

Figura 16 – Genograma da família 3



Fonte: Dados da pesquisa

As atividades agrícolas desenvolvidas naquela época eram a produção de grãos (milho) e a criação de suínos, as quais ocupavam exclusivamente a mão de obra da família. Com o casamento das filhas, que receberam o enxoval como herança, as terras passaram a ser de propriedade dos filhos homens. O filho mais velho (Altair) casou-se e então ganhou parte das terras da família. O filho mais novo (F351) que, mesmo casado, continuou morando com os pais, recebeu o restante das terras em usufruto sob a condição de “cuidar dos pais”. Com a morte de Altair, F351 comprou a terra dos herdeiros e recompôs a estrutura original da propriedade da família.

Trata-se de uma dinâmica própria da família 3 em torno das questões do direito à propriedade e de sucessão. F348 explica que, mesmo quando os pais são vivos, ocorre a partilha da terra entre os membros da família como “herança”:

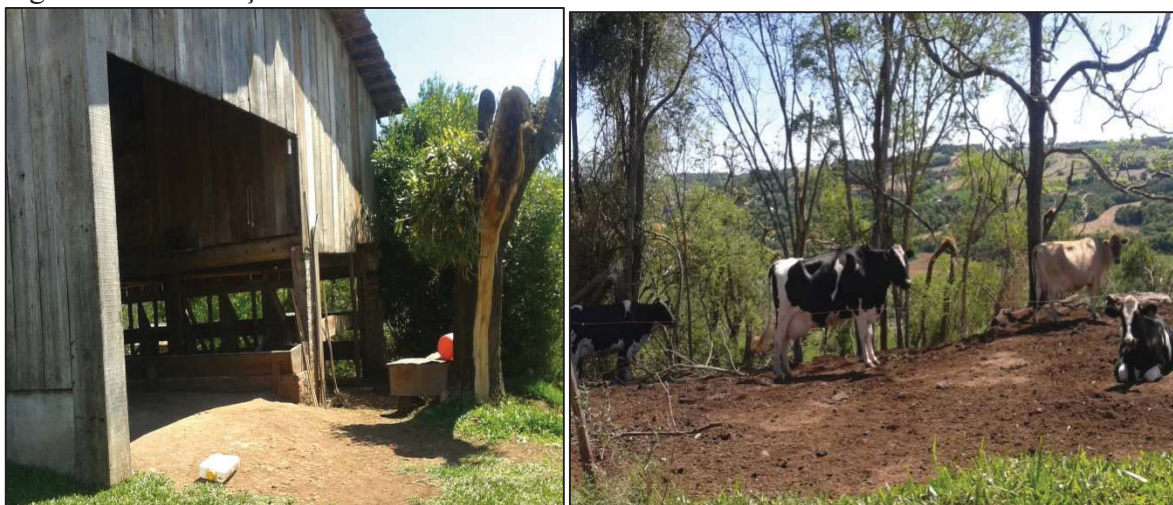
Pro [filho mais velho] sim, foi dado herança. Até assim, uma parte da nossa propriedade aqui é herança e daí agora nós compramos da viúva. Antigamente os homens ganhavam a herança e as mulheres não. As mulheres ganhavam o enxoval. Bem injusto isso, né? Mas era assim, porque o costume era assim.

Nessa dinâmica da família 3, observa-se que os agregados a ela não realizam escolhas efetivas. Conforme relata a nora (F348), permanecer na propriedade rural da família do marido não foi uma escolha sua ou do esposo, mas um costume: “Ele era o mais novo. Ele ficava... Sabe o costume da época?”. A estratégia de superação de ambos e subordinação de seus sonhos aos desejos da família foi imprimir um modelo de produção e organização que fosse relevante para ambos. F351 e F348 promoveram mudanças na produção agrícola orientados por uma leitura da demanda do mercado. A decisão foi aumentar o rebanho leiteiro de quatro para seis vacas em lactação, introduzir técnicas de reprodução (inseminação artificial) e promover melhorias genéticas no gado leiteiro. F348 assim descreve o processo de mudança:

Quando eu vim aqui tinha umas quatro vacas. Nós tirava leite à mão. Era ainda na época do taro. E daí, como a propriedade é pequena, a gente pensou em ir aumentando. Eu sei que a gente comprou duas vacas na época. Isso aconteceu a uns vinte anos. Aí, depois foi começado a inseminá.

Para expandir a produção leiteira na propriedade, os agricultores foram em busca de informação e conhecimento inerentes a essa prática. Órgãos como o Senar e a Emater/RS-Ascar propiciaram cursos aos agricultores, com temas diversos relacionados à produção leiteira, dentre eles destaca-se temas como a correta “criação da terneira” e a gestão da propriedade. Tais cursos possibilitaram mudanças e aumento na produção leiteira, resultado que agradaria os agricultores. A Figura 17 apresenta parte das instalações para a produção leiteira, como também parte do rebanho leiteiro.

Figura 17 – Instalações e rebanho leiteiro



Fonte: A autora.

Além da produção leiteira (168 mil litros/ano), produzem-se grãos, como soja (32.400kg/ano), milho (51.000kg/ano) e miudezas para o consumo próprio. O excedente é vendido para consumidores locais. Todas as atividades produtivas são desenvolvidas com mão de obra familiar, desempenhadas por F351, F348 e F323. A profissão de médico veterinário de F323 o fez sair da propriedade para exercer a profissão, e F389, em razão da idade avançada, não tem condições físicas de realizar atividades produtivas.

No Quadro 8, apresentam-se as características dos membros da família 3, bem como as funções de cada um na propriedade rural.

Quadro 8 – Características dos membros da família 3

Membros	Idade (anos)	Gênero	Grau de escolaridade	Descrição das funções
F389	89	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Incapaz para o trabalho
F351	51	Masculino	Ensino fundamental	Ordenhar as vacas. Fazer os piquetes para o gado leiteiro. Auxiliar na produção da silagem. Realizar os financiamentos. Efetuar pagamento dos custos fixos. Auxiliar na gestão da propriedade. Realizar a plantação dos grãos. Cortar a grama
F348	48	Feminino	Ensino médio	Higienizar a sala de ordenha. Alimentar o rebanho leiteiro. Cuidar da horta, jardim, casa, comida. Realizar a plantação das miudezas
F324	23	Feminino	Ensino superior interrompido	Auxiliar nos serviços domésticos e na higiene das roupas. Auxiliar no trato alimentar do gado leiteiro
F323	24	Masculino	Ensino superior	Médico Veterinário. Não atua na propriedade da família

Fonte: Dados da pesquisa

Os jardins e os arredores da residência da família 3 destacam-se pela beleza e pelo cuidado. Isso é possível, em virtude do esmero e da criatividade do sujeito F348, que relata “sentir prazer em arrumar os jardins, eu gosto”. Tal beleza influencia o bem-estar dos demais membros da família, como é o caso da filha, que utiliza as redes sociais para divulgar as imagens da propriedade. F348 afirma, ainda, que “foi arrumando aos poucos”, partindo de informações adquiridas em programas de televisão. A Figura 18 representa parte dos jardins da propriedade.

A pequena propriedade da família 3 está alinhada com os demais casos apresentados, quando se refere a questões étnicas relacionadas à herança da propriedade e ao convívio familiar. É similar também o formato de produção fundamentada na diversificação produtiva e mão de obra familiar.

Figura 18 – Jardins na propriedade



Fonte: A autora.

4.2.3.2 *Produções e sustentabilidade rurais*

A família 3 investe na diversificação produtiva com produção de grãos e miudezas, porém, é na produção leiteira que a pequena propriedade tem viabilidade econômica.

Orientados pelas diretrizes estabelecidas pelo governo estadual para os produtores de leite, os gestores da propriedade investiram em melhorias na infraestrutura de ordenha e alimentação do gado leiteiro, bem com na genética do rebanho. Para tanto, receberam capacitação técnica dos extensionistas da Emater/RS-Ascar, por meio cursos, dias de campo, palestras e visitas na propriedade.

O relato da extensionista da Emater/RS-Ascar de Rondinha revela que, de um modo geral, os agricultores desse município buscam informações técnicas e conhecimentos

específicos sobre práticas produtivas e controles de gestão para administrar profissionalmente a propriedade rural. Contudo, a dificuldade institucional é ter técnicos em número suficiente para atender a todas as demandas, como afirma EA:

Tem famílias que nos procuraram. Chega de manhãzinha, ou a primeira hora, sempre tem, a demanda, né? Agricultores que chegam aqui com créditos, DAP, cursos, palestras, enfim, muita demanda, pedidos, orientações, né? Tanto a questão ambiental, como econômico, como o social, ou também as nossas visitas que a gente realiza assistindo o produtor.

É na produção leiteira que a mão de obra familiar, na família 3, tem sua maior demanda. Seja na ordenha do leite, ou até mesmo na alimentação do rebanho leiteiro, os membros familiares aptos à realização dos trabalhos, esmeram-se para a obtenção de bons resultados. F348 e F351 relatam tal dinâmica.

F348 – O ordenhador oficial é o F351 (risos). Ele faz a ordenha e eu e a F323, a gente é responsável para tratar os animais.

F351 – Acostuma, vicia. Eu vo lá na sala de ordenha e tiro e aí, as vacas vão saindo pra fora, e vão lá onde é alimentado e tal. Elas chegam e se fecham sozinhas, tem os canzil né? Daí elas (F348, F323) já prepararam a comida prá vacas lá, daí, antes dessas vacas tem novilha e vaca seca, que se alimenta no mesmo espaço, aí, conforme elas vão saindo, vai entrando as vacas que foi ordenhado.

A produção de grãos é realizada por F351, cujos maquinários dispensam maior número de pessoas. A produção de miudezas é de responsabilidade de F348. As demais tarefas da propriedade são divididas entre os membros da família, como relata F348.

A F323 é mais de lava a roupa, além do que tem lá no fundo, e aí, quando eu não to ela faz almoço, se não sobra prá mim e que nem o F351 é pra plantâ, que nem essas coisa, as miudezas sou eu que plantô e a horta eu que cuido, e quem em volta casa, quando a gente tinha uma máquina mais pequena, sobrava sempre pra mim e daí, agora o F351 compro uma maior, daí é ele que corta, vitória (risos). É limpeza [na casa] é conforme, as duas fazem.

Quanto à conservação dos recursos naturais, os sujeitos relatam que, nas atividades agrícolas, são utilizadas medidas protetivas de cuidado com a degradação do solo, com a destinação correta das embalagens de agrotóxicos e com a preservação das fontes, assim descrito por F351:

No galpão, nós guardamô [as embalagens] separado, num cantinho lá no galpão. Faz a tríplice lavagem no caso, na hora que usa mesmo e depois guarda lá. Uma vez por ano, quando eles fazem aquela campanha, sabe? Nós sempre devolvemô. [...]Tomô tentando fazê o possível tipo [para diminuir o pisoteio do solo]. Nós plantamô aveia no meio da grama, a tiftom, aí tipo, que nem esse ano quase não precisou porque não choveu. Nos dias de mais umidade, nois largava as vaca naquela grama, mas daí tem a aveia no meio, ou então as partes mais altas, pra evitar o pisoteio. Mas tipo o ano passado nós tinha o pasto no meio da grama que era igual o da pastagem o da roça, e aí naqueles dia nós ia largando na grama, daí ela come, má ela não judia da terra.

Também como medida de preservação do solo é realizada a rotação de culturas. Outro aspecto importante da dimensão ambiental da sustentabilidade aplica-se à realização do CAR pelo agricultor familiar. Sobre isso, o sujeito F351 afirma já ter realizado o mesmo e demonstra certa consciência ambiental quando relata a necessidade dos cuidados com os recursos ambientais, pois “temos que pensá pros que vêm depois, né?”.

Nesse sentido, o sujeito PF acredita que o CAR é uma medida que fiscaliza e coíbe os crimes ambientais e que, por tais motivos, desperta nos agricultores familiares a consciência da preservação ambiental, como destacado por ele no seguinte relato:

O cara não pode pensar tanto nisso [somente na lei], o cara tem que pensar que tem que preservar para ter. Ao mesmo tempo que você tá preservando a natureza, tá preservando a pessoa também, né? Porque não adianta, né? Vai virar um deserto! Não vai sobrar mais nada! Não sobra mais mato, então o que vai virar.

Na dimensão social da sustentabilidade, constatou-se que família 3 tem, na relação com os vizinhos, a extensão da sua própria família. “O relacionamento é ótimo, é como se fôssemos irmãos”, comenta F351, cujo maquinário para a produção agrícola é compartilhado. Essa entreajuda viabiliza a produção de grãos, pois “um, sozinho, é difícil comprar tudo o que precisa, todas as máquinas pra plantá. Elas custam caro! Assim, em mais pessoas, é mais fácil”.

Quando questionado sobre os conflitos que tal prática pode gerar, F348 afirma que a tolerância e a paciência são fundamentais nesta relação:

Hoje, a gente queria levar embora um adubo que tinha ali, um esterco. E daí, precisava o trator e a caçambinha, né?, Mas aí, o vizinho tava usando, aí o F351 ligou para ele, e ele disse: “agora eu tô usando, quando eu acabô eu dou uma ligadinha”. Aí, ele acabou era alí pelas três horas. Daí ele ligou e disse: “se tu quiser buscar eu já acabei”.

O sentimento de compartilhamento, amizade e participação são expressos pelo sujeito F348 quando se refere à dinâmica social com a comunidade local. Tais sentimentos são desenvolvidos pelos encontros e trocas de experiências com os demais indivíduos na sede da comunidade local. Esse também é o espaço onde os membros familiares exercem lideranças, uma vez que F351 desempenha atividade contábil da comunidade local e F348 é líder religioso:

F348 – É importante participar da comunidade, porque tu não pode viver isolado. Tu passa a semana toda trabalhando né? Aí tu vai lá, tu conversa com os demais. Me parece que se tu não vai, aquela semana fica comprida, é bom né! O F351 é responsável pelas finanças

F351 – E ela é ministra também, aí tem que ir.

A viabilidade econômica dessa propriedade rural está nos resultados obtidos com a produção leiteira combinada com a produção de grãos. Com vistas a evitar a degradação do solo e preservar o potencial do capital natureza²³ na sua produção de recursos naturais, o agricultor afirma adotar práticas conforme orientação da legislação brasileira.

Na dimensão social da sustentabilidade, evidenciou-se que a família 3 tem relações de amizade com os vizinhos, bem como de pseudocondomínio rural pela prática de compartilhamento de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados no cultivo de grãos.

No ambiente familiar, convivem membros de três gerações numa mesma residência. A convivência entre sogra e nora (membro “estranho” à família original) é permeada por conflitos e compromete as decisões sobre o que realizar com o dinheiro gerado pelas atividades produtivas, quais investimentos são prioritários à família e também na orientação educacional dos pais aos seus filhos, na estrutura das festas da família, entre outras decisões.

4.2.3.3 Processos de produção e comercialização dos produtos rurais

A família 3 investe na produção leiteira há mais de vinte anos, sempre aprimorando conhecimentos e implementando tecnologias que possam auxiliar na melhoria da qualidade do produto, bem como na diminuição da mão de obra. Tal atividade exige dedicação diária e muito trabalho da família rural.

²³ Expressão utilizada por Sachs (2008) para descrever a dimensão ecológica da sustentabilidade.

Sobre a rotina do trabalho na produção leiteira, o diálogo reproduzido a seguir evidencia as práticas do cotidiano rural e, ao mesmo tempo, apresenta evidências do compadrio e entreatjada entre os membros da família:

F351 – Primeira que levanta é ela (risos)

F348 – Assim, tipo seis horas a gente levanta, aí, eu tomo café o F351 toma o chimarrão e aí a gente vai pra estrevaria. E aí, acorda a F323 e volta a chamar de novo (risos). E daí, a gente vai pra ordenha né?

F351 – Ali por seis e meia a gente vai pra ordenha, e daí a gente faz a ordenha né? Termina em torno de oito e meia por aí. É uma hora de ordenha, é que assim demora porque elas só vão comer depois que são ordenhadas, daí vai demorar mais.

F348 – Mas assim, depois elas vão pro pasto, ficam até meio dia ou onze horas, onze e meia por aí. Aí voltam, aí elas ficam ali, onde tem a água, até de tarde a hora de serem ordenhadas de novo. Aí tem sombra onde elas ficam. Aí por quatro e meia ou um pouco mais, aí a gente começa de novo tira a silagem e tal, o mesmo processo.

A produção leiteira é refrigerada até o momento da coleta pelo transportador terceirizado do laticínio. A produção de grãos ocupa menos mão de obra familiar em relação à produção leiteira e o trabalho na produção de grãos demanda menos horas e esforço físico, mas a produtividade gera menos receita por hectare e há maior degradação do ambiente natural com a utilização de defensivos agrícolas. No que diz respeito à plantação de miudezas, F348 afirma que estas são importantes para a sustentabilidade financeira da propriedade, pois a produção supre o consumo da família e ainda gera excentes para comercialização semanal.

Tais processos produtivos geram gastos e custos, mas também geram receitas que tornam a propriedade sustentável economicamente. Sobre a dinâmica financeira da propriedade, os agricultores revelam que anotam os gastos e as receitas em um caderno, no entanto, não realizam as apurações financeiras (lucro, prejuízo), o que prejudica as tomadas de decisão e a permanência de gargalos produtivos. A respeito, F351 afirma:

Nós tamô anotando... Nós temo um livro, um caderno, só que agora já faz um mês que não tamô [anotando], mas tem que colocar. [No caderno anotamos] mês por mês, o que entra e o que sai, tudo, desde conta de energia, tudo, o mercado. E aí, no caso depois tem uma planilha que daí com os da Emater é outra história. A gente tem uma planilha que vai no computador e eles tem acesso, eles lá só eles, eles não podem modificá nada do que nós colocamô aqui. Mas daí isso, tamô começando agora, mas daí no caso o quê é gasto de entrada e saída, tá tudo no caderno. Só que nós, até agora, não foi feito uma entrada e saída aí tu vê o quanto sobrou? Nós tamô só anotando porque eles pediram pra fazê isso aí, aí nós começamô, só que o bom é alguma hora chegá e fazê pra vê como é que tá entrada e saída. Com o leite tinha algumas coisas que nós usava e deixamo de usar, porque nois achava que era um gasto a mais, e aí tu pode até tentar pará um tempo se não muda muito o resultado, tu deixa.

No Quadro 9, são apresentados os principais aspectos produtivos das três produções com maior relevância econômica para a pequena propriedade. Cabe destacar que a produção de miudezas também gera renda à família rural, mas, pela insignificância no conjunto das atividades produtivas realizadas, não foram contempladas no referido quadro.

Quadro 9 – Resumo dos dados da produção na propriedade da família 3

Aspectos da produção	Produção		
	Leite	Soja	Milho
Maquinário utilizado	Ordeneira	Trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira	Trator, plantadeira, pulverizador, colheitadeira
Espaço/local de comercialização	Laticínio da região	Agro cerealista e cooperativa da região	Agro cerealista e cooperativa da região
Início da atividade	Desde 1990	Alguns anos após o início da propriedade	Desde o início da propriedade
Mão de obra utilizada	F351 F348 F323	F351	F351
Produção anual	168.000 litros	32.400kg	51.000 kg/ano
Área ocupada	11,5 hectares	9 hectares	5 hectares ²⁴

Fonte: Dados da pesquisa

Os processos produtivos nessa pequena propriedade rural demonstram que a orientação da ação racional se dá pelo modo capitalista de produção. Os investimentos realizados na produção intensiva de grãos têm como meta a viabilidade econômica da propriedade rural, no entanto, tal prática compromete a sustentabilidade ambiental pela degradação do solo, contaminação das fontes de água e redução gradativa da vegetação nativa. Mesmo consciente sobre as questões ambientais, o agricultor mantém a prática herdada do pai (tradição familiar) ao mesmo tempo em que demonstra preocupação com o legado ambiental a ser transmitido aos membros das futuras gerações de sua família.

²⁴ Há uma área de terra da propriedade que é destinada à plantação de pastagem para o rebanho leiteiro no inverno, já no verão, a mesma área de terra é utilizada para a plantação de milho.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são expostas as discussões dos casos com base na literatura apresentada. Os casos estudados apresentam características quanto ao tamanho das propriedades, às formas de gestão, à presença de variáveis da sustentabilidade, ao contexto social e ambiental, às capacidades dos agricultores, dentre outras, similares. Dessa forma, os dados serão discutidos em conjunto. Para melhor compreensão da análise, será aportada, em primeiro plano, a discussão sobre as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares, seguindo-se a abordagem da agricultura familiar e concluindo com o debate da sustentabilidade.

5.1 CAPACIDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Capacidade individual corresponde às habilidades e características que designa o ser e o fazer de um determinado sujeito em seu ambiente de atuação (ZAHRA; GEORGE, 2002). Nas pequenas propriedades rurais familiares investigadas, a capacidade de ser e fazer para transformar e inovar os processos e as práticas compete aos agricultores proprietários da terra e dos membros de sua família. Juntos, são atuantes nos diferentes processos e fazem todas as atividades rurais necessárias para saciar o consumo da família e gerar excedentes para atender às necessidades e aos desejos da família.

Uma das características identificadas nos agricultores familiares refere-se ao grau de motivação para o trabalho, seja na gestão dos recursos, seja nas atividades operacionais em trabalhos agrícolas. Os agricultores demonstraram sentimentos relacionados ao prazer de trabalhar, arar a terra, cultivar as sementes, cuidar dos jardins... Sentem realização no trabalho, o qual representa suas vidas na condição de agricultor da mesma forma que expressão significados subjetivos relacionados a “ser dono” da área de terra, a ter sua própria renda, de ser reconhecido pelos vizinhos como “sujeito trabalhador que faz capital”.

Há costumes e tradições étnicas presentes na expressão do ser e do fazer de cada agricultor familiar, como descreve Tedesco (1999). A motivação também se encontra no desejo dos agricultores em reproduzir a propriedade, ou até mesmo em angariar condições financeiras que subsidiem os “estudos dos filhos”. Tal é o comprometimento com o trabalho que nem as intempéries do tempo, nem a quantidade excessiva de horas trabalhadas desmotivam os sujeitos de suas atividades na propriedade, referindo-se ao trabalho como extensão de suas próprias

vidas. Sobre tal afirmação, Fillion (1987) preconiza que o indivíduo com perfil empreendedor tem comprometimento com seu trabalho, assumindo os riscos associados à atividade, atuando de modo criativo e aproveitando as oportunidades.

Além disso, no espaço da divisão do trabalho, é preservado o comprometimento de todos os familiares na realização das tarefas, seja na dinâmica produtiva, seja nas tarefas do lar. É indiscutível que recai sobre a mulher a responsabilidade sobre as tarefas cotidianas do lar, principalmente a elaboração das refeições diárias da família, como trata Tedesco (1999), contudo, não é atípico a presença do homem na realização das tarefas domésticas. A interpretação dessa divisão se dá de muitas formas nesse espaço, enfatizando que atividades que requerem força, habilidade e técnica são desempenhadas pelos homens; atividades que requerem mais conhecimento técnico são desempenhadas pelos filhos, que, por sua vez, têm maior conhecimento teórico; e atividades que requerem cuidado, demandando mais tempo e detalhamento, são realizadas pelas mulheres. Tal afirmação corrobora com estudos de Tedesco (1999).

Em se tratando de família, não está alheia a esse contexto a geração de conflitos entre os membros familiares, visto que o ambiente agrega indivíduos com diferentes pensares e ideias. Diante disso, os agricultores desenvolveram uma característica relevante para gerir conflitos, a tolerância. É nela que muitos se apoiam para buscar o bem-estar no contexto familiar. A esse respeito, Sen (1993) menciona que o indivíduo pode desenvolver efetivações que o conduza ao atendimento de suas necessidades e à busca por qualidade de vida e bem-estar. A tolerância também foi analisada como característica ligada ao convívio, a cooperação com os vizinhos e a dinâmica social reproduzida na comunidade local dos agricultores. Tais aspectos são apontados pelos agricultores, como fatores que elevam a qualidade de vida e o bem-estar nas pequenas propriedades. Sen (1993) preconiza que o bem-estar e a qualidade de vida são desenvolvidos em ambientes onde os seres humanos podem ter vida saudável, a fazerem aquilo que desejam, bem como a participar da comunidade de forma efetiva, num contexto que leve em consideração o meio ambiente.

É diante das questões de preservação ambiental que os agricultores buscam inovar em seus processos produtivos, seja na assimilação de novas práticas produtivas que geram menos erosão e contaminação do solo, no cultivo de novos cultivares que utilizam pouco/nenhum agrotóxico, ou na destinação correta de suas embalagens. Isso tudo revela no sujeito a simples intenção de não infringir leis, mas também a preocupação com os recursos ambientais herdado pelas gerações subsequentes. A esse respeito, a CMMAD (1998) afirma que a humanidade é capaz de garantir atendimento às “necessidades básicas do presente sem comprometer a

capacidade das gerações futuras atenderem as suas”, contudo, para que isso ocorra, o ser humano deve estar atento à degradação do meio ambiente.

Tal preocupação nos agricultores é oriunda dos trabalhos desenvolvidos pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar Rondinha, que dão especial atenção à produção agroecológica. Isso tem suscitado nos agricultores provocações e estímulos em busca de novos conhecimentos que vão além de regras básicas de preservação ambiental, mas que condizem com uma visão de preservação ecológica, expressa pela “maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza” (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Diante do contexto da busca por conhecimentos dos agricultores frente às questões de sustentabilidade da propriedade, Farina (1999) ressalta que tais práticas são estratégias das famílias rurais para expandir negócios rurais, inovar e transformar a pequena propriedade.

No contexto inovação, os agricultores familiares têm efetuado mudanças na pequena propriedade rural que dinamizam o trabalho e geram ganhos financeiros e sociais, através do melhor aproveitamento da mão de obra familiar. Isso tudo se deu a partir da mudança/substituição das culturas produzidas e da genética do rebanho leiteiro, culminando com inovações nos diferentes processos. Ter condições de adquirir tecnologias para a propriedade significa menos serviço braçal e esforço físico, e, além disso, é representativo de “saber mais”, pois, para manusear as novas tecnologias, os agricultores necessitam de conhecimento.

Trata-se, portanto, do entrelaçamento de conhecimentos, desde o “saber camponês” representado pelos conhecimentos reproduzidos através das gerações, e também o conhecimento técnico trazido pelos membros mais jovens da família e pelos técnicos da Emater/RS-Ascar. A inovação e a busca por conhecimentos têm gerado um processo de identificação de oportunidades no mercado, agregando valor ao produto e gerando mudanças nas práticas produtivas efetuadas pelos agricultores nas pequenas propriedades rurais (CHURCHILL; MUSYKA, 1996).

Tais tecnologias têm auxiliado o agricultor na busca por soluções para problemas atrelados ao clima, às sazonalidades de produção e à falta de mão de obra. Também suscitam nos agricultores uma característica importante para um sujeito com capacidade de empreender, a persistência. Conformar-se com os problemas existentes no contexto da propriedade não é representativo nos sujeitos pesquisados, uma vez que, quando um problema tende a surgir, a busca por alternativas que o contornem costuma ser individual num primeiro momento, e, após, torna-se coletiva, envolvendo os membros familiares, caracterizando, por vezes, união destes em favor da sustentabilidade da propriedade. É nesse contexto de união que transparece a

liderança dos agricultores familiares. Estar à frente da família e da comunidade, sendo referência para aqueles com quem convivem, é aspecto importante no que diz respeito ao sujeito ser líder nos espaços onde atua. Para Tedesco (1999), a relação indivíduo-comunidade não é meramente uma relação entre indivíduo e grupo baseada numa função de casualidade, mas há hierarquias de grupos, os quais dependem de interesses, objetivos, atividades e representações que tiverem ou assumirem.

Tais características (persistência e liderança) tornam os sujeitos “donos” de um novo saber sobre a dinâmica produtiva, familiar e social que os envolvem. Wanderley (1999) considera que o meio rural não é mais, somente, um espaço de reproduções antigas, mas que o ensejo pela permanência do sujeito em seu território conduz à persistência em obter soluções para problemas antigos e novos, como também à ruptura com certos padrões e a construção de uma agricultura moderna.

As características e as habilidades retratadas pelos agricultores familiares são desenvolvidas num contexto de liberdade de escolha. Poder produzir o que desejam, vender seus produtos com preços justos que lhes permitam a sustentabilidade econômica da propriedade e produzir sem auxílio de agrotóxicos são aspectos ligados à liberdade de escolha (SEN, 1993). Essa liberdade conduz os agricultores a pensar e a buscar novos conhecimentos, e, por conseguinte, a desenvolver as capacidades de empreender e inovar, que, após inferidas na pequena propriedade, se traduzem em bem-estar e qualidade de vida para os agricultores e seus familiares, como também a resultados econômicos e sustentabilidade da pequena propriedade rural. Sen (1993) e Tedesco (1999) afirmam que a liberdade de escolha sobre o que e como produzir torna latente as capacidades empreendedoras nos agricultores.

Uma prática que revela falta de liberdade diz respeito aos valores culturais e étnicos estabelecidos nesse território. A obrigação de um único filho (geralmente o filho mais jovem) em permanecer com os pais, algumas vezes com o seu consentimento – pois herdaria toda a propriedade –, como também com o consentimento dos pais que justificam tal apoio na tentativa de a herança permanecer com a família para ser reproduzida e perpetuada, conduz a falta de liberdade de escolhas (SEN, 1999) desse sujeito. Tal postura gera conflitos e convívio forçado, no seio familiar. É interesse dos pais, também, a permanência de um dos filhos na propriedade para que tenham amparo e cuidados na velhice. Esse cenário de interesses e conflitos é relatado por Tedesco (1999), que afirma que tais práticas são princípios de manutenção da terra cultivável e da perpetuação do patrimônio. Diante disso, os agricultores familiares desenvolvem suas capacidades empreendedoras e inovativas, como condução para resolução de tais problemas.

As variáveis que retratam nos agricultores familiares as capacidades empreendedoras e inovativas são apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Variáveis presentes nos agricultores familiares pesquisados

Capacidades	Variáveis	Presença das variáveis nos agricultores	
		Sim	Não
Empreendedoras	Atuar como líder nos espaços da família e da comunidade	X	
	Ser tolerante com as pessoas	X	
	Estar motivado pela intenção de empreender	X	
	Sentir-se independente nas suas realizações (ter liberdade nas escolhas)	X	
	Ser persistente	X	
	Demonstrar comprometido com o trabalho	X	
	Ter iniciativa (proatividade)	X	
Inovativas	Saber aproveitar as oportunidades	X	
	Ter capacidade de criar e/ou ser criativo	X	
	Introduzir inovações nos diferentes processos	X	
	Alterar os processos existentes	X	
	Modificar ou substituir culturas, variedades, genética	X	
	Implementar novas tecnologias	X	

Fonte: A autora.

Mediante o exposto, as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares são centrais para pensar a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, assim como são as capacidades inovativas, mesmo que de forma limitada, as responsáveis para transformar as práticas e os processos produtivos, modificando e substituindo culturas que lhes tragam benefícios econômicos, menor degradação dos recursos naturais e aproveitamento da mão de obra familiar. As transformações contemporâneas, sejam elas tecnológicas ou sociais, provocaram alterações/mudanças no modo de realizar o trabalho no meio rural e os agricultores de pequenas propriedades rurais familiares encontram-se num dilema entre mecanizar, investindo em diferentes tecnologias relativas ao processo produtivo, e migrar para o meio urbano. Os que permanecem, desenvolvem capacidades que os auxiliam na sustentabilidade da pequena propriedade rural.

5.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem passado por transformações significativas e a realidade atual pouco pode ser associada ao campesinato. As alterações fundamentais estão nos aspectos produtivos do autoconsumo saciado, na redução dos membros da família rural utilizados nas atividades laborais e na configuração das relações sociais na comunidade local. As evidências observadas nas três pequenas propriedades rurais investigadas revelam mudanças no interior da família rural e na comunidade local, em especial nas práticas equilibradas entre respeito às tradições e a implementação de inovações, como descreve Sachs (2008) na dimensão cultural da sustentabilidade.

Em outra dimensão da sustentabilidade, a social, são marcantes as evidências empíricas que denotam compadrio/entreaajuda entre vizinhos nos processos produtivos. A sede da comunidade é um dos locais de encontro entre vizinhos, para divertimento e lazer, como descreve Tedesco (1999), mas a sede das pequenas propriedades rurais exerce as mesmas funções sociais, seja para confraternizar conquistas de uma família, rever quem migrou para a cidade ou cooperar no processo produtivo. No entanto, a doutrina religiosa cristã, que marcou as gerações anteriores, passou a ter menos importância na geração atual e suas regras já não são seguidas na plenitude. Há evidências de que isso ocorreu em razão de que os jovens têm questionado as práticas religiosas e demonstram ser mais desprovidos de crenças do que as gerações que os precedem.

As formas de produzir, consumir, comercializar a produção rural também sofreu alterações, por um lado, com práticas que provocam menos degradação ambiental determinadas por lei, por outro lado, por percepção ambiental sobre a escassez crescente de recursos não renováveis e o reconhecimento de que é preciso respeitar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Trata-se de uma dimensão ambiental da sustentabilidade combinada com a capacidade do agricultor familiar modernizar práticas produtivas com razoável nível de autonomia. Os argumentos analíticos dessas evidências empíricas encontram-se tanto em Sachs (2008) e Elkington (2012), nas dimensões social, ambiental e ecológica, quanto nas capacidades como liberdade descritas por Sen (1993; 2000).

Tal mudança é expressa pelos agricultores ao se reportarem à propriedade rural (perspectiva de patrimônio material) e à produção rural e ao convívio social (perspectiva do patrimônio imaterial) com o mesmo sentido e o mesmo valor subjetivo. Esse pensamento é característico dos agricultores que investem em novos conhecimentos e tecnologias e esperam obter retornos financeiros, mas também reconhecimento social pela forma pensar sobre a

natureza e os recursos ambientais. Os agricultores reconhecem as consequências sociais da modernização agrícola, por isso mesclam atitudes e práticas que conservam tanto a essência de gestão do campesinato quanto a racionalidade produtiva, aspecto já observado e descrito por Wanderley (2009).

A gestão do campesinato e a racionalidade produtiva são dois modelos de produção que, combinados, representam um novo cenário no meio rural (“nova ruralidade”) como concebe Graziano da Silva (2001) e Wanderley (2004). Trata-se da integração do campo com a cidade por meio do autoconsumo saciado (VAN DER PLOG, 2006), na qual a produção rural não é levada a termo somente para o consumo da família, mas para a comercialização nos centros urbanos com vistas a gerar excedente financeiro para adquirir “produtos típicos da cidade”. Essa troca de produtos rurais por “urbanos” também é decorrente da inserção dos membros da família rural no contexto urbano por meio da pluriatividade e da multifuncionalidade, sendo os jovens rurais estimulados a integrar conhecimentos em ações empreendedoras nas propriedades rurais da família, numa lógica simbiótica rural-urbano-rural.

Enquanto alguns agricultores pesquisados apropriam-se da pluriatividade e depositam nela condições de auxílio financeiro para a gestão da propriedade, há outros agricultores que consideram esse meio de representação social (KAUTSKY, 1980) uma forma de alienação, pois não permite o agricultor ser “dono” do seu próprio tempo, gestor de suas atividades, limitando o sujeito a horários, normas e “chefes”. Tal rotina o envolve num significado de prisão “quatro paredes fechadas”, e de dependência de horários, que, com o passar do tempo, “se começa a ficar meio loco”. Por mais que a tentativa de tornar a propriedade sustentável economicamente tenha-os levado a optar pela pluriatividade, esse tipo de atividade não é comum e é de difícil adaptação para aqueles que são “mais velhos”. O trabalho no contexto rural passa a ser sinônimo de liberdade, de trabalhar para reproduzir o que é seu por “direito” e, ao contrário, que a pluriatividade pressupõe precarização e instabilidade nas relações de trabalho, como afirma Cruz (2012), numa perspectiva crítica ao capitalismo presente nas obras clássicas da literatura sobre as questões agrárias, representadas por Kautsky (1980), Lenin (1982) e Marx (1983). Para esses autores, a pluriatividade é a generalização e a comercialização das relações de trabalho por meio do assalariamento.

Em se tratando de relações de trabalho, a divisão da mão de obra dos que exercem suas atividades na propriedade, são definidas com base na agricultura colonial e nas tradições dos imigrantes europeus (TEDESCO, 1999). Com isso, quando se trata de organização financeira e gestão da propriedade, o gênero masculino é citado como principal gestor, cabendo aos homens realizar os trâmites legais e burocráticos das operações financeiras de compra e venda, operar

com os bancos, órgãos e entidades ligadas à propriedade. A mulher ainda ocupa um espaço tímido na gestão da propriedade, porém, vem ganhando lugar com suas ideias e conceitos formulados diante dos conhecimentos obtidos pelos cursos frequentados em entidades ligadas à agricultura. Segundo Tedesco (1999) e Beroldt, Grisel e Schmitz (2007), tal prática de assujeitamento da mulher é característico de famílias descendentes de imigrantes italianos.

O trabalho nas pequenas propriedades é tão importante quando a diversificação da produção. Diversificar é palavra de ordem no espaço agrícola estudado, isso é evidenciado como meio para ter acesso a uma variedade maior de produtos, não havendo necessidade de “comprar no mercado”, contribuindo assim para a viabilidade econômica da propriedade. Para Kageyama (2008), tal estratégia de produção contribui para a viabilidade econômica das pequenas propriedades, pois enquanto a especialização produtiva gera dependência e instabilidade, a diversificação corresponde à autonomia da propriedade, que não se mantém refém de apenas um cultivar.

Salienta-se ainda que realizar diferentes tarefas na propriedade é considerado aspecto importante ligado à diversificação, principalmente no tempo ocioso das principais cultivares da propriedade, além disso, plantar “um pouco de tudo” representa simbolicamente o interesse e a vontade de trabalhar do agricultor familiar. Aqueles que não o fazem são considerados “preguiçosos e sem vontade de trabalhar”, pois o esforço para realizar esse trabalho não parece ser desgastante, mas sim representativo de bem-estar e satisfação por parte de quem o realiza. A esse respeito, Rathmann et al. (2008) afirmam que esse modelo produtivo tem impacto considerável na disponibilidade de renda, na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que compartilham de relações sociais diversas.

Nesse sentido, estão inclusos no conjunto das atividades produtivas da pequena propriedade rural o cultivo de “miudezas”; a produção de grãos, como soja, milho e trigo, que são destinados à comercialização, mas também podem servir de alimento para o gado leiteiro, suínos e aves; e a criação de animais, que é destinada ao autoconsumo saciado da propriedade. Vale ressaltar que quanto mais cultivares e produtos a propriedade cultiva e produz, menos ela dependerá do ambiente externo (VAN DER PLOEG, 2006). Tal prática contribui para a viabilidade econômica, como também para a qualidade de vida dos sujeitos que consomem produtos sem adição de agrotóxicos.

A função da terra que compõe o espaço agrícola das pequenas propriedades é a produção agrícola. Sabe-se que o território estudado tem potencial para desenvolver no espaço agrícola funções que não se limitem ao uso da terra para a agricultura (CANDIOTTO, 2009), mas reconheçam que desenvolver atividades de turismo rural e agroindústria aumentaria a

viabilidade econômica da propriedade, reconfigurando o uso dos recursos tradicionais nas propriedades rurais, como a terra, o trabalho e a natureza (KAGEYAMA, 2008). Contudo, isso limita-se aos desejos dos agricultores que, por ora, encontram pouco respaldo nas políticas públicas, e nos órgãos governamentais.

Em suma, as formas de produção identificadas neste estudo derivam da racionalidade produtiva prevalente (KAGEYAMA, 2008), como também dos fundamentos teóricos da “nova ruralidade”, as quais são descritas no Quadro 11.

Quadro 11 – Formas de produção identificadas nas pequenas propriedades rurais

Variáveis	Pequenas propriedades rurais	Formas de produção
Quantidade de terras	Pequenas áreas de terras	Irracional, nova ruralidade
Estilos de produção	Diversificação de produtos e busca de economia de escopo. Produção de <i>commodities</i>	Nova ruralidade, racionalidade
Agricultor	Pequeno produtor rural	Nova ruralidade
Quantidade produzida	Produção com novas atividades, autoconsumo saciado, aumento da escala de produção	Nova ruralidade, irracionalidade, racionalidade
Insumos de produção	Produção ambientalmente mais adequada, ainda com uso de agrotóxicos	Nova ruralidade, irracionalidade
Mercado	Produção para o mercado externo e interno	Nova ruralidade
Mão de obra	Utilização mediana de mão de obra e introdução de práticas de cooperação e pluriatividades como forma de absorção da mão de obra.	Nova ruralidade
Aquisição de insumos	Diminuição de insumos do mercado externo e maior utilização dos recursos naturais	Nova ruralidade

Fonte: A autora.

A nova ruralidade encontrada nos casos estudados dá conta de um cenário de diversificação da produção e de pluriatividades como forma de manter a propriedade rural sustentável, contudo, novas formas de produção e de uso da terra podem ser implementadas pelos agricultores se estes encontrassem respaldo nas políticas públicas.

5.2 SUSTENTABILIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

A sustentabilidade tem sua vertente inicial no desenvolvimento sustentável e na preocupação com os problemas relacionados à destruição dos recursos ambientais (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Nas pequenas propriedades rurais, é tema de debate associado à dimensão ambiental. Nesse contexto, as questões ambientais são tratadas com certa preocupação pelos agricultores familiares quando se trata de exigências legais, uma vez que o não cumprimento da legislação pode acarretar prejuízos financeiros e comprometer a sustentabilidade econômica do empreendimento. Em se tratando de legislação, o novo Cadastro Ambiental Rural é uma medida protetiva dos recursos ambientais, criado pelos órgãos públicos que preveem, entre outras medidas, a preservação das margens de rios e fontes com plantio de mata ciliar e o armazenamento das embalagens de agrotóxicos.

Além da legislação, a degradação do meio ambiente é mencionada pelos agricultores como preocupação com a “herança” que deixarão para “os que vierem depois de nós”, preocupação essa relatada pela CMMAD (1998), que traz a humanidade como protagonista para atendimento das necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Nesse horizonte de preservação, os sujeitos incrementam medidas na propriedade como forma de diminuição da degradação do solo, dentre as quais está a rotação de culturas, o acréscimo de novas tecnologias e a melhora na genética do rebanho leiteiro.

No entanto, os agricultores baseiam-se na racionalidade capitalista (ABRAMOVAY, 2007) quando se trata em aumento da produção e ganhos financeiros, momento em que os agricultores negligenciam algumas práticas de preservação ambiental, acarretando problemas ambientais como o aterramento de nascentes e as erosões do solo. Tal forma de pensar é justificada baseando-se no direito legal que o agricultor dispõe sobre a pequena propriedade rural, dessa forma, a noção de ser “dono” compreende direito legal sobre tudo o que existe na propriedade, incluindo nascentes, mata, solo e ar. Assim, os agricultores encontram-se num dualismo de ideias entre preservar os recursos naturais ou produzir em maior quantidade e obter melhores ganhos financeiros.

Os aspectos econômicos da propriedade dizem respeito à sua viabilidade econômica, constatada através de estratégias de produção como diversificação produtiva (TEDESCO, 1999; SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHENEIDER, 2010) e pluriatividade (SCHENEIDER, 2001, 2003) pensadas por agricultores com capacidade de empreender e inovar, frente ao cenário de êxodo do rural. A articulação entre produção, consumo interno e comercialização (TEDESCO,

1999), bem como a diversificação da produção com comercialização dos produtos no território, ou fora dele, buscando economia de escopo principalmente para os produtos que mais são produzidos na propriedade os “carros chefe” (leite e grãos) e a ocupação da mão de obra familiar em outros trabalhos que não os agrícolas, ou até mesmo as aposentadorias, são responsáveis pelo crescimento no desenvolvimento econômico da propriedade (VEIGA, 2010).

Diversificar a produção é estratégia adotada para ter equilíbrio financeiro na gestão da propriedade. Produtos que geram maior volume de produção, como grãos e leite, são comercializados em grandes empresas, e as receitas geradas custeiam os gastos de maior volume relativos ao processo produtivo. Os produtos com menor volume de produção, denominados “miudezas” (mandioca, batata, amendoim, pipoca, verduras, frutas, legumes, entre outros), produtos olerícolas e artesanato, são comercializados na comunidade, em negócios com empresas locais e/ou consumidor final. Essa receita é alocada para custear gastos da família, como compra de consumo diário (café, açúcar, sal, outros) não produzidos na propriedade.

A geração de novos cultivares/produtos que agregam renda para a propriedade (maior produção em menor espaço de terra), com menor degradação dos recursos naturais, estimulam o agricultor a desenvolver novos conhecimentos. Tal iniciativa é incentivada pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar de Rondinha, que, diferentemente do gestor público municipal, tem consciência da preservação ecológica (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Outro aspecto abordado na sustentabilidade econômica está na utilização da mão de obra familiar como força de trabalho para a propriedade, destacando ainda que as relações sociais com os vizinhos, compreendidos como extensão da família, importantíssimos “na hora da precisão”, são recrutados quando a demanda por trabalho na propriedade se faz maior do que o contingente de trabalhadores. Dessa forma, há uma vinculação de ações sociais em âmbito de solidariedade (TEDESCO, 1999).

Na dimensão social da sustentabilidade da propriedade rural, as condições de igualdade entre os agricultores preenchem critérios de equidade (SACHS, 2009). Por mais que as propriedades rurais em estudo não apresentam as mesmas dimensões de área, as propriedades com menor extensão territorial são ocupadas por produtos que trazem maior renda por área de terra, como é o caso dos produtos olerícolas. Se a equidade não origina um problema social para o território em estudo, outros são os fatores que tornam essa dimensão frágil, ao iniciar pelas dificuldades no convívio familiar.

O padrão de família estabelecido no meio rural é chamado de família nuclear ou tradicional (TEDESCO, 1999), uma vez que seus componentes possuem laços de

consanguinidade e parentesco (avós, filhos e netos). Embora os traços demonstrem famílias alheias a conflitos nesse meio de reprodução social, tal afirmação não cabe quando analisada em profundidade. Quer seja entre sogra/nora que dividem o mesmo espaço (casa), ou entre avós e netos que possuem pensamentos divergentes principalmente quando se refere à dinâmica produtiva, os conflitos estão presentes e denunciam um problema originário em questões culturais/éticas, uma vez que o casal, ao contrair o matrimônio, deve, “por costume”, estabelecer-se com os pais do “noivo”, mormente quando esse é o filho mais novo do patriarca.

Os conflitos também são registrados quando se trata de “herdar a propriedade”. A tentativa de fazer permanecer somente um filho na propriedade é estratégia adotada pelos pais para a reprodução total desse espaço social. Para isso, são adotadas medidas estratégicas de partilha, como a liberação da mão de obra para os centros urbanos, ou para o estudo, a indução dos demais filhos a venda da sua parte na propriedade para o herdeiro, a troca da parcela de terras que corresponde ao gênero feminino pelo “enxoval”. Tais estratégias conduzem a perpetuação do patrimônio e são também afirmadas por Tedesco (1999). A lógica capitalista de reprodução não é somente oriunda dos pais, mas é também reproduzida pelos filhos que permanecem na propriedade trabalhando e gerindo esse espaço, obtendo ganhos/prejuízos financeiros e com atitudes de “donos”, de tal modo que não repassam informações ou benefícios para os demais irmãos, que legalmente são tão proprietários quanto ele.

Nesse sentido, a relação familiar perfaz um caminho de sociabilidade, que, apesar dos conflitos, são criados vínculos parentais entre os membros familiares, que transcende para a comunidade e o território. Esse cenário é reproduzido nas parcerias firmadas com os vizinhos, amigos e comunidade, em busca de ganhos financeiros de ambos os lados e reprodução social. A prática do arrendamento de terras ou até mesmo a terceirização dos equipamentos na produção de grãos é um modelo de produção que introduz a sociabilidade como alternativa aos donos da terra, pois estes não dispõem de equipamentos e mão de obra para a produção.

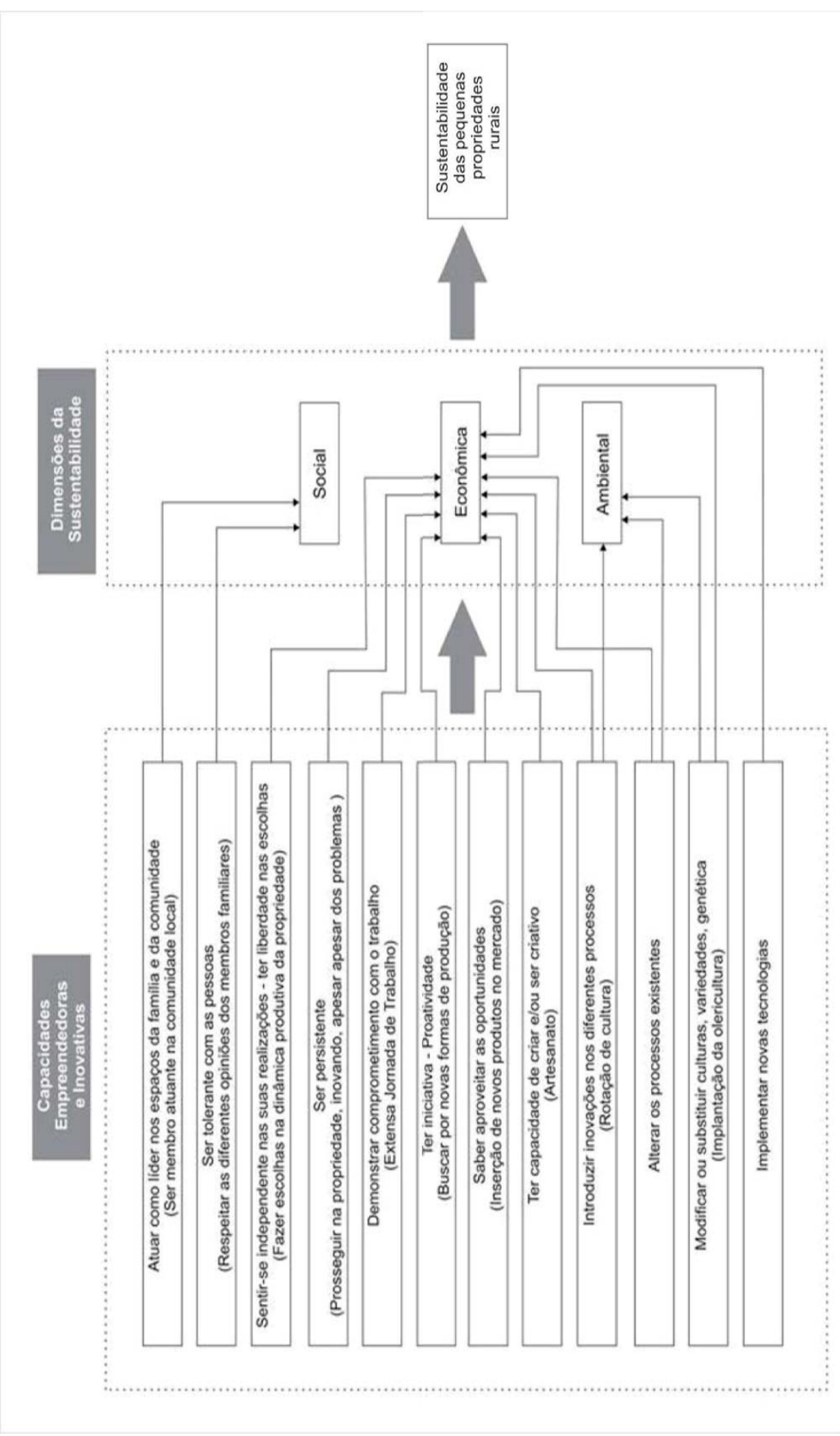
Se o arrendamento é utilizado de maneira a aumentar a receita da propriedade, a ajuda mútua na produção, nas “trocas de dias de trabalho” e no lazer são práticas que estimulam o vínculo de amizade, honestidade, reciprocidade e interação entre os vizinhos, que são muito solicitados em função da demanda de mão de obra cíclica de certas atividades. Tanto as ajudas que geram ganhos financeiros quanto as práticas sociais que geram vínculos afetivos são ligações importantes para os agricultores. Não obstante a isso está a participação da família na comunidade. O “ir na igreja rezá” e o “sair com a comunidade” são expressões que demonstram pertencimento ao mesmo tempo espaços de convivência, de aprendizagens, de lazer e de espiritualidade. A sede dessa “comunidade” é considerada pelo agricultor familiar, pela família

rural como local de encontro, adverso ao isolamento das famílias urbanas e ao de “estar sozinho” entremeio à “multidão”. Tais afirmações corroboram os achados de Tedesco (1999), quando descreve o *ethos* camponês.

Pensar a pequena propriedade rural a partir da concepção de organização, bem como avaliar/analisar o agricultor familiar a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) para torná-la sustentável representa limitar o campo de investigação. A sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais depende das capacidades dos atores principais, quais sejam, os agricultores familiares, que empreendem e inovam sistematicamente práticas, processos, dinâmicas produtivas e familiares e assim vão modificando a estrutura das propriedades, modificando ou consolidando os espaços sociais de forma que a liberdade seja o determinante da ação.

Para ilustrar tais reflexões teórico-empíricas, apresenta-se o esquema conceitual analítico na Figura 19. Os agricultores são capazes de inovar e empreender e, assim o fazendo, gerenciam os recursos com vistas à sustentabilidade das pequenas propriedades nas dimensões propostas pelo modelo TBL, proposto por Elkington (2012). Contudo, sustentabilidade é tema complexo, pois as diferentes dimensões se entrecruzam e o resultado da gestão é dependente das capacidades individuais dos agricultores familiares.

Figura 19 – Contribuições das capacidades individuais dos agricultores familiares para os estudos da sustentabilidade nas propriedades rurais



Fonte: A Autora.

CONCLUSÕES

O agricultor familiar é um agente da mudança no uso da terra, e suas capacidades individuais podem conduzi-lo a conjugar produtividade com riqueza social ou a permanecer replicando práticas e costumes herdados de sua família. A riqueza social mencionada é de natureza pública, no entendimento de Cordeiro (1995), e tem nas informações, nos espaços públicos da comunidade rural local, no conhecimento nas diferentes formas (digital e físico) e nos bens coletivos a possibilidade de emancipar a família rural. É na unidade familiar onde se reproduzem práticas e acumulam-se conhecimentos orientados pela lógica do parentesco, que o agricultor familiar encontra espaço para expandir/explorar suas capacidades individuais e, junto com os membros de sua família, inventar, criar, replicar e aprimorar.

O campo de investigação contemplou o contexto social a partir da perspectiva teórica do território e do espaço social construído pela família rural e seus vizinhos, no senso comum identificada por “comunidade”, em detrimento do estudo de fronteiras geográficas. É um território cuja pequena propriedade rural familiar tem dificuldades em manter-se produtiva pela falta de mão de obra familiar e pela dificuldade de comercialização dos produtos para mercados mais competitivos. No entanto, conjuga relações sociais, econômicas e de trocas com o urbano, evidenciando o contexto do “novo rural”.

O sistema racional de produção identificado nas pequenas propriedades rurais analisadas apresenta elementos da agricultura moderna (maquinização), mas também a irracionalidade produtiva derivada do sistema camponês de produção (autoconsumo). A integração desses dois paradigmas de pensar a pequena propriedade rural aproxima o rural do urbano e induz pensar a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais. É na produção, no consumo interno e na comercialização dos produtos produzidos pelos membros de sua família (VAN DER PLOEG, 2006) que o agricultor espera ter a sustentabilidade econômica da pequena propriedade rural.

Nesse contexto, o agricultor necessita pensar diferente as questões relacionadas à produção, à convivência familiar e social, uma vez que se apresentam como estratégia para a manutenção/reprodução das pequenas propriedades rurais. É relevante destacar que a dimensão social da sustentabilidade, representada pela qualidade de vida e pelo bem-estar, seja aperfeiçoada pela dimensão cultural trazida ao debate por Sachs (2008), pois são essas variáveis que mantêm o agricultor com a sua propriedade rural. Dessa forma, tomando o agricultor como

protagonista das mudanças em sua propriedade, é pertinente que ele possua capacidades que transitam pelos temas empreendedorismo e inovação.

A diferenciação desse para os demais sujeitos do território deriva das características e das habilidades que esse sujeito apresenta, consolidando-se num agente que busca recursos que lhe conferem bem-estar, mas também que modifica o contexto de assujeitamento e o impulsiona a buscar alternativas de produção (com menor degradação ambiental) e renda, permanecendo dono do seu tempo, do seu espaço, com qualidade de vida e responsáveis pela assimilação das variáveis do “novo rural”. Assim é qualificado o agricultor com capacidades empreendedoras e inovativas, que demonstra suas capacidades na pequena propriedade, nas relações sociais e nas dinâmicas produtiva, familiar e de comercialização dos produtos.

No que se refere à dinâmica produtiva, o agricultor familiar, na qualidade de gestor, gera recursos financeiros que lhe conferem autonomia decisória, poder para comprar os bens de consumo demandados pela sua família sem precisar comprometer a viabilidade econômica da propriedade rural nem degradar os recursos naturais de forma a comprometer a sustentabilidade ambiental. O agricultor utiliza o conhecimento tácito herdado de seus predecessores, mas não prescinde do conhecimento teórico transmitido/disponibilizado pelos técnicos da Emater, por exemplo, e de outros órgãos públicos. Essa pode ser uma das capacidades do agricultor familiar, a leitura de cenários e do pensamento sistêmico com proatividade com vistas à superação das limitações a que é exposto por ter produção em pequena escala e distância dos grandes centros urbanos.

Na dinâmica familiar, o processo de construção da família que perpassa as gerações desenvolve-se na presença de costumes étnicos que definem padrões para a continuidade da propriedade. A escolha do herdeiro, a negação na divisão da propriedade com todos os herdeiros legais, o gênero masculino gerindo a propriedade, ou até mesmo o convívio entre várias gerações ou membros familiares e agregados são ações que partem dos predecessores com o objetivo principal de manter a unidade da terra cultivável e de perpetuar o patrimônio, com o menor custo financeiro.

O grupo familiar é uma construção social que permite aos sujeitos conviver, trocar conhecimentos e gerar ideias, com vistas à sustentabilidade da pequena propriedade rural. Para tanto, os agricultores familiares preservam a tolerância e o entendimento no convívio familiar como estratégia de continuidade dessa construção social e de preservação da mão de obra familiar, tão importante quando se refere à dinâmica produtiva. O fato de os membros familiares pluriativos contribuírem nas despesas da propriedade, principalmente nas despesas domésticas,

é prática de cooperação, em virtude da não cedência de sua mão de obra para as atividades produtivas na propriedade.

Na dinâmica comercial, o agricultor familiar tem autonomia para comercializar a produção da propriedade. Geralmente busca por clientes que lhes tragam melhores resultados financeiros e laços de confiança, pautados nos costumes étnicos (TEDESCO, 1999). Tais laços de confiança são registrados também nas parcerias que os agricultores familiares concretizam com outros atores sociais de seu território, em especial com seus vizinhos, também agricultores familiares, que auxiliam quando da ocorrência de falta de mão de obra e maquinário para a dinâmica produtiva da propriedade.

É da complexidade da gestão das pequenas propriedades rurais familiares que emergiu o debate das capacidades individuais dos agricultores familiares com vistas à sustentabilidade tridimensional analisada pelo modelo de Elkington (2012). Trata-se da emergência de entender o agricultor como tomador de decisões, senhor de seu tempo e sujeito ativo, com capacidade empreendedora e inovativa para criar e recriar cenários que culminem com a sustentabilidade econômica da propriedade, menor degradação dos recursos naturais e fortalecimento das relações sociais, pois o ganho dessa construção está acima de ser apenas financeira ou de manutenção de uma classe social, mas está representada pela qualidade de vida e pelo bem-estar reproduzidas nos espaços da pesquisa.

Limitações do estudo: (i) O tema “capacidades individuais” foi explorado empiricamente nesta dissertação com base na abordagem qualitativa dos dados em detrimento de medidas objetivas e testes estatísticos requeridos por uma abordagem quantitativa. Se, por um lado, os instrumentos de coleta dos dados requeridos pela abordagem qualitativa (entrevista, documentos e observação) geram um conjunto significativo de dados empíricos, por outro, não permitem cruzar variáveis e testá-las por meio de medidas objetivas. A validação interna dos dados se dá da mesma forma, mas a subjetividade humana modifica, altera e redimensiona as análises dos dados de acordo com a visão de mundo do pesquisador. Para tanto, assume-se que, nesta dissertação, não existe a neutralidade científica da pesquisadora, pois é membro de uma família rural e filha de agricultor familiar. (ii) Outra limitação do estudo reside na opção teórica do estudo da sustentabilidade das pequenas propriedades rurais com base em três dimensões (econômica, social, ambiental) descritas no modelo TBL, em detrimento das oito dimensões sugeridas por Sachs (2008). Para Sachs (2008), a sustentabilidade é um termo muitas utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental, quando ela é precedida pela sustentabilidade social em razão de a probabilidade de um colapso social ocorrer antes da catástrofe ambiental. Soma-se a essa dimensão da sustentabilidade, na visão do referido autor, as dimensões cultural, política

(nacional e internacional), territorial e ecológica, e seu contexto difere da dimensão ambiental na medida em que contempla a preservação do potencial do capital natureza na produção de recursos renováveis; a dimensão ambiental é entendida por Sachs (2008) como o respeito e o realce à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Possibilidades de estudos futuros: **(i)** Desenvolver estudos com abordagem quantitativa. Os dados coletados e interpretados pela abordagem qualitativa fornecem subsídios empíricos para estruturar questionários a serem aplicados num universo que permite cruzar variáveis e realizar análises multivariadas. As variáveis que formam as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares estão descritas nesta dissertação e podem ser usadas em estudos futuros para testar correlações que possivelmente existem entre a sustentabilidade e as capacidades individuais dos agricultores familiares, inclusive considerando indicadores de desempenho da propriedade rural. **(ii)** Estudar as capacidades individuais dos agricultores familiares no campo teórico da aprendizagem organizacional, pela perspectiva cognitivista, em especial no tipo de aprendizagem deuterio proposto por Gregory Bateson no final dos anos 1950 e aprimorada por Probst e Büchel (1997). A aprendizagem deuterio é a capacidade do indivíduo de aprender a aprender, voltada para a resolução de conflitos e problemas, exigindo a reflexão coletiva. Por ter a habilidade de aprender (aprendizagem em si) como elemento central, se os agricultores familiares são capazes de refletir e de “aprender a aprender”, também são capazes de modificar práticas, antecipar possíveis conflitos, avaliar suas consequências e aproveitar as oportunidades para corrigi-los. Assim o fazendo, novas estruturas e estratégias para aprendizagem podem emergir para que pequenas propriedades rurais familiares sejam sustentáveis. **(iii)** Explorar o tema sustentabilidade das pequenas propriedades rurais pela perspectiva teórica do desenvolvimento utilizando como base as dimensões apresentadas por Sachs (2008), em especial aprofundando os estudos sobre a sustentabilidade cultural com vistas a compreender as mudanças que estão ocorrendo no interior da comunidade rural local no que se refere ao equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- AGUIAR, J. T.; MUNARETTO, L. F. Sustentabilidade em pequenas propriedades rurais de base familiar: o caso de Campo Novo-RS. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 3, p. 1-16, 2016.
- AKOIJAM, S. L. S. Rural credit: a source of sustainable livelihood of rural India. **International Journal of Social Economics**, v. 40, n. 1, p. 83-97, 2013.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.
- ALTIERI, M.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: Construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALVARENGA, R. A. M. et al. Arranjo produtivo local e desenvolvimento sustentável: uma relação sinérgica no município De Marco (CE). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 15-43, set./out., 2013.
- ALVES, C. T. **A revolução verde na mesorregião Nordeste do RS**. Porto alegre: Letra e Vida, 2013.
- ALVES, E.; MANTOVANI, E. C.; OLIVEIRA, A. J. Benefícios da mecanização da agricultura. In: ALVES, E. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletânea de artigos revistos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Cap. 7.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, abr./maio/jun. 2011.
- ANTONELLI, D. Legado construído no lombo do cavalo. **Gazeta do Povo**, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/legado-construido-no-lombo-do-cavalo-47tpgoeb139yfap24tkwpkcu>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- ATLAS. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1584>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- AZEVEDO, P. F. Concorrência no *Agribusiness*. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: PIONEIRA, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEROLDT, L.; GRISEL, P. N.; SCHMITZ, J. A. K. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, R. (org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas de marginalidade. IN: PORTO, V. H. F.; WIZNIEWSKY, C. R. F.; SIMCH, T. L. (org.) **Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. 2004. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1 p. 167-194, mar. 2010.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 17.ed. revista e atualizada. Petropolis/Ijuí: Vozes/Unijuí, 1997.

BURREL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEEG, S. R.; HARDY, C.; NORD, M. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. Volume 1, p. 439-462.

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, set, 2012.

CAMPONOGARA, F. C. Áreas de preservação permanente, reserva legal e o desenvolvimento sustentável na pequena propriedade rural. 120f. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

CAMPOS, G. L. R. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 311-326.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 29, 2009, São Paulo. **Anais do...** São Paulo, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, H. M. O; SILVEIRA, A. Inovação no processo de gestão da propriedade rural: análise envoltória de dados para a avaliação da eficiência técnica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE,

- 4, 2015. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.singep.org.br/4singep/resultado/348.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- CARNEIRO, M. J. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** In: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas: IE/Unicamp, outubro de 2001.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CARNEIRO NETO, J. A. et al. Índice de sustentabilidade agroambiental para o perímetro irrigado Ayres de Souza. **Ciência Agrotecnologia**, v. 32, n. 4, p. 1272-1279, jul./ago., 2008.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**; estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.
- CHAUVET, V. Absorptive capacity and knowledge transfer propensity: towards the obtaining of a competitive advantage. In: Organizational Learning Knowledge and Capabilities, 2003. **Anais Eletrônicos...** University of Valladolid, 2003. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/wbs/conf/olkc/archive/oklc4/papers/oklc2003_chauvet.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- CHURCHILL, N. C., MUZYKA, D. Defining and conceptualizing entrepreneurship: a process approach. In: HILLS, G. E.; La FORGE, W.; PARKER, B. J. (Edts.). **Research at marketing/entrepreneurship interface**. Chicago: University of Illinois at Chicago, 1996. p. 11-23.
- CMMAD. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- COHEN, W.; LEVINTHAL, D. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 128-152, mar. 1990.
- CORDEIRO, R. C. **Da riqueza das nações à ciência das riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.
- COSTA, J. R. P. F. Produtor rural, mundo de vivência e inovação: compreendendo obstáculos à adoção de novas tecnologias. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 43, 2005. **Anais eletrônicos...** Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/130549.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.
- CUNHA, E. J.; CALLOU, A. B. F. Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aqüicultura no Vale do Piancó. **Interações**, Paraíba, v.14, n. 2, p. 237-250, jul./dez. 2013.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Sociologia e Economia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan/mar. 2011.

DEGEN, R. J. Curso de empreendedorismo para promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. In: LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora: conceitos modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.p. 207-230.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da Agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007. **Anais eletrônicos...** Londrina: Sober, 2007.

DINIZ, F. H. Fundamentos e perspectivas do desenvolvimento sustentável e do uso de indicadores de sustentabilidade em propriedades leiteiras. In: MARTINS, P. C.; PICCININI, G. A.; KRUG, E. E. B.; MARTINS, C. E.; LOPES, F. C. F. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica da cadeia produtiva do leite: desafios e perspectivas**. Brasília: Embrapa, 2015.

DI DOMENICO, J. **Rondinha: histórias e memórias (1919-2015)**. Passo Fundo: Berthier, 2015.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Agropecuária, 1999.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

EMATER/RS-ASCAR. **Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/portal-da-transparencia/portal-da-transparencia.php#.Vp43zfkRtR>>. Acesso em 19 jan. 2016.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do censo agropecuário 2006. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.

FARINA, E. M. Q. Competitividade e coordenação dos sistemas agroindustriais: a base conceitual. In: JANK, M. S. et al. **Agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: IPEA, 1999.

FARMER, J.; PRIOR, M.; TAYLOR, J. A theory of how rural health services contribute to community sustainability. **Social Science & Medicine**, v. 75, n. 10, p. 1903-1911, 2012.

FARROW, A.; WINOGRAD, M. Land use modelling at the regional scale: an input to rural sustainability indicators for Central America. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 85, n. 1-3, p. 249-268, 2001.

FAWAZ, J., VALLEJOS, R. Calidad de vida, ocupación, participación y roles de género: un sistema de indicadores sociales de sostenibilidad rural (Chile). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 45-68, Jul./Dez. 2011.

FEE. **Fundação Economia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Rondinha>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

FERRI, Gino. **Rondinha**. Encantado: [s. ed.], 1988.

FILION, L. J. Entrepreneurship: bibliographiechoisie et une revue de la documentationessentielle sur le sujet. **Research Paper n° 87-03**. Groupe de recherchémÉconomie et Gestion des Petites et MoyennesOrganisations et de LeurEnvironnemnt (GREPME). Université du Québec à Trois, Rivières (UQTR), 1987.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedoras e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr./jun.1999.

FREITAS, C. C. G. et al. Transferência tecnológica e inovação por meio da sustentabilidade. **Revista de Administração Pública**, v.46, n. 2, p. 363-84, mar./abr. 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27.ed. São Paulo: Nacional, 1998.

GALVÃO, A. C.; OLIVEIRA, P. F. C; CAMARGO, R. C. R.; CANUTO, J. C.; CARRILLI, A. L.; ARAUJO, N. G. Promoção da sustentabilidade do meio rural da região de Franca/SP com a implantação de unidades de referência em sistemas agroflorestais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez., 2011.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449-472, abr/jun 2011.

GAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALLUF, R. S. Territórios, desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar. In: GAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALLUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidades e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad X, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed., 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 21-29, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhos rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, jun/set., 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

GRYZBOVSKI, D.; PERREIRA, A. S. Desenvolvimento econômico na região colonial no Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da Constituição Econômica de 1981 nas empresas familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, p. 110-140, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431620&search=%7Cro ndinha>>. Acesso em: 19 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=&codmun=431620&search=rio-grande-do-sul|rondinha|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acesso em 22 set. 2016.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/regularizacao_fundiaria/estatisticas_cadast rais/imoveis_total_brasil.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rondinha_rs>. Acesso em: 08 ago. 2016.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

KAMUSOKO, C; ANIYA, M.; ADI, B.; MANJORO, M. Rural sustainability under threat in Zimbabwe – Simulation of future land use/cover changes in the Bindura district based on the Markov-cellular automata model. **Applied Geography**, v. 29, n. 3, p. 435-447, Jul. 2009.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3.ed. Portugal: Proposta, 1980. (Coleção Proposta Universitária)

KLEIN, A. L.; SOUZA, M. A Multifuncionalidade da agricultura e a função educativa das propriedades rurais: experiências a partir da prática do turismo rural pedagógico. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 190-205, abr. 2013.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, jul./set., 2014.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LINDNER, M.; MIORIN, V. M. F. Modernização, ações e processos no modelo de produção rural familiar do município de Ijuí, RS. **Ciência e Natura**, v. 30, n. 1, p. 129-147, 2008.

LIU, Y. S.; WANG, J. Y.; LONG, H. L. Analysis of arable land loss and its impact on rural sustainability in Southern Jiangsu Province of China. **Journal of Environmental Management**, n. 91, p. 646-653, 2010.

LOSCH, B. Debating the multifunctionality of agriculture: from trade negotiations to development policies by the south. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 3, p. 336-360, 2004.

LU, J.; LORA-WAINWRIGHT, A. Historicizing sustainable livelihoods: a pathways approach to lead mining in Rural Central China. **World Development**, v. 62, p. 189–200, 2014.

MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDIUPF, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, out./dez. 2007.

MATOS; P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, v. 13, n. 22, p. 290-322, 2011.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mais alimentos: crédito para a sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/mais-alimentos-cr%C3%A9dito-para-sustentabilidade>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011.

MURA, P.; SHARIF, S. P. Exploring rural tourism and sustainability in Southeast Asia through the lenses of official tourism websites: a benchmarking exercise. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 7, n. 5, p. 440-452, 2015.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 317-348, ago., 2009.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change**. Massachusetts: Harvard University, 1982.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 24 mai./ago., 2013.

PASCOAL, A. D. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. São Paulo: FGV, 1979.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomics**. 2.ed. EUA: Macmillan, 1992.

PIENING, E. P.; SALGE, T. O. Understanding the antecedents, contingencies, and performance implications of process innovation: a dynamic capabilities perspective. **Journal of Product Innovation Management**, v. 32, n. 1, p. 80-97, 2015. Doi: 10.1111/jpim.12225

POTRICH, R.; GRZYBOVSKI, D.; PASQUALI, T. O êxodo rural no município de Rondinha: uma análise do fenômeno no período histórico de 1965 a 2014. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA REGIONAL, 4, Passo Fundo, 2015. **Anais do...** Passo Fundo: PPGH/UPF, 2015.

PROBST, G.; BÜCHEL, B. S. T. Organizational learning: the competitive advantage of the future. London: Prentice Hall, 1997.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I. B.; PADULA, A. D. Diversificação Produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr/jun., 2008.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuaderno de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

ROOIJ, S.; VENTURA, F.; MILONE, P.; VAN DER PLOEG, J. D. Sustaining food production through multifunctionality: the dynamics of large farms in Italy. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 3, jul., 2014.

RUAS, R. Desenvolvimento de competências gerenciais e contribuição da aprendizagem organizacional. In: FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JR., M. M. O. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, 2001.p. 242-269.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1988.

SACHS, I. Gestão negociada e contratual da biodiversidade. In: STROH, P. Y. **Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Capítulo 3.

SACHS, I. Rumo a uma moderna civilização baseada em biomassa. In: STROH, P. Y. (Org.). **Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL, 2003.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológico na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun., 2012.

SANTOS, C. F. SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I.T.; MAIA, Z.M.G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, abr./jun., 2014.

SANTOS, J. R.; FONTOURA, L. F. M. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 30, p. 58-70, out., 2006.

SANTOS, P. C. F. et al. Intenção empreendedora: um estudo com empretecos catarinenses. **Revista de Estudos de Administração**, v. 10, n 19, p. 7-26, jul./dez. 2009.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia de territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1–22 jan./mar. 2014.

SCHENEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, 1994.

SCHENEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, abril, 2001.

SCHENEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fevereiro, 2003.

SCHENEIDER, S. Desenvolvimento rural através da diversificação dos meios de vida rurais: visão geral a partir da experiência brasileira. **Agronegócios, Panorama Mundial**. IICA, Edição 8, p. 95–114, 1999.

SCHENEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas-SP, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SEN, A. K. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28, v. 29, apr. 1993.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAMIM, R. J.; LAGO, S. M. S. Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 113-141, 2016.

SHUCKSMITH, M.; RONNINGEN, K. The uplands after neoliberalismo? The role of the small farm in rural sustainability. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 3, p. 275-287, 2011.

SILVA, A. B. A fenomenologia como método de pesquisa em estudos organizacionais. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. Capítulo 9.

SILVA, A. B; ROMAN NETO, J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. Capítulo 2.

SILVA, E. H. F. M.; BERNARDES, E. M. Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 721-743, maio/jun. 2014.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 87, n. 29, p. 40-49, 2000/2001.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, J. C. **Ateliês industriais no meio rural: racionalidades e perspectivas familiares**. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2003.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo pós-anos 90**. Passo Fundo: Ediupf, 2006.

TEDESCO, J. C. Desenvolvimento, sustentabilidade e participação: subsídios preliminares para discussão. In: MORETTO, C. F. **Os desafios do desenvolvimento sustentável no município de Passo Fundo**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UECKER, G. L.; UECKER, A. D.; BRAUN, M. B. S. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...**, Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Tores Associados, 2002.

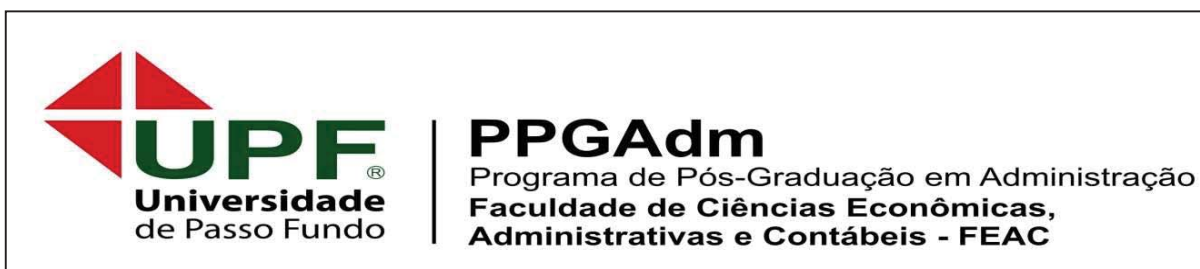
VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIDAL, D. L.; SANTOS, D. P. A. Sustentabilidade rural no semiárido cearense: uma análise social, biofísica e microeconômica em comunidades rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 28, p. 170-192, out./dez. 2014.
- VILELA, S. L. O. Limites e possibilidades da agricultura familiar ante a globalização. In: SILVEIRA, M. A.; VILELA, S. L. O. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna: EMABRAPA-CNPMA, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Edupf, 1999.p. 23-56.
- WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, outubro, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. Carta de Maria de Nazareth Baudel Wanderley. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, p.15-19, mar. 2010.
- WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2012.
- WENNEKERS, S.; THURIK, R. Linking entrepreneurship and economic growth. **Small Business Economics**, v. 13, n. 1, p. 27-55, 1999.
- YIN, R. K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- XU, W. et al. Effects of “Grain for Green” reforestation program on rural sustainability in China: an AHP approach to peasant consensus of public land use policies. **Stoch Environ Res Risk Assess**, v. 28, p. 867-880, 2014.
- ZAHRA, S. A.; GEORGE, G. Absorptive capacity: a review, reconceptualization, and extension. **The Academy of Management Review**, v. 27, n. 85, p. 185-203, april, 2002.
- ZHANG, L. X.; SONG, B.; CHEN, B. Emergy-based analysis of four farming systems: insight into agricultural diversification in rural China. **Journal of Cleaner Production**, n. 28, p. 33-44, 2012.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os produtores rurais



BLOCO 1: Identificação

Nome: _____

Gênero: ____ Idade: _____ Grau de parentesco com o proprietário: _____

BLOCO 2: Questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais

Gostaria de saber um pouco sobre a produção que o Senhor faz aqui na sua propriedade. Como que é planejar o quê vai plantá, se usa máquinas fertilizantes, etc.

Durante a conversa, buscar informações sobre:

- a) Dinâmica dos gastos, custos, despesas, receitas;
- b) Quantas cultivares são desenvolvidas na propriedade;
- c) Que tipo de interação produtiva a família tem com a comunidade;
- d) Aonde é realizado as anotações de custos, gastos, etc;
- e) Há presença de pluriatividade e multifuncionalidade;
- f) A inferência de órgãos e políticas públicas no contexto estudado.

Ah, agora gostaria de saber sobre esse problema de meio ambiente, de cadastro ambiental que ta sendo exigido pelo governo e outras coisas mais. Como o Senhor tá vendo isso? Como o Senhor tá fazendo ou não ta fazendo nada?

Durante a conversa, buscar informações sobre:

- a) Uso de defensivos agrícolas;
- b) Quantos % de mata a propriedade dispõe;
- c) Há presença de fontes de água na propriedade;
- d) Quais os cuidados são realizados para a conservação do solo, da água e das matas;
- e) Descarte das embalagens de agrotóxicos.

Gostaria de saber, também como que é com os vizinhos, vocês se ajudam, na hora de plantar de colher? E com a comunidade vocês frequentam a igreja? Qual é o passa tempo nos finais de semana?

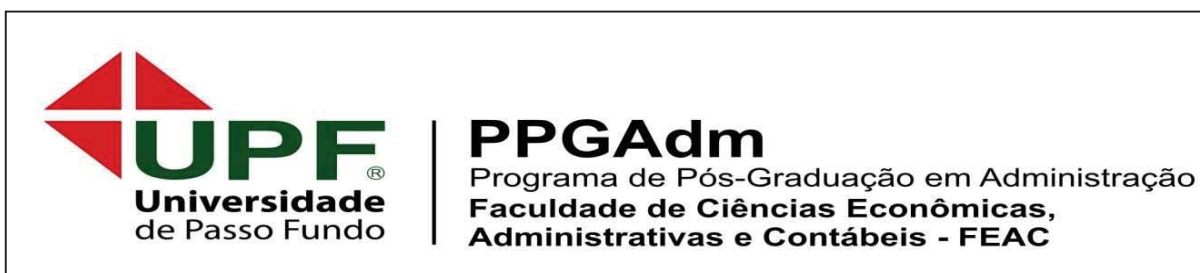
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os extensionistas da Emater-RS/Ascar**BLOCO 1: Identificação**

Nome: _____

Gênero: ____ Idade: _____ Cargo ocupado na entidade: _____

BLOCO 2: Questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais

- a) Gostaria de saber como é percebida pela Emater uma pequena propriedade rural sustentável?
- b) E de que forma vocês auxiliam as pequenas propriedades rurais a se tornarem sustentáveis?
- c) Como é para vocês o perfil do agricultor familiar sustentável?
- d) E olhando para a pequena propriedade rural, como são suas características para que a mesma se torne sustentável?
- e) Como é trabalhado pela Emater-RS/Ascar a questão ambiental na pequena propriedade?
- f) Como é o envolvimento dos agricultores na sustentabilidade rural da pequena propriedade rural?

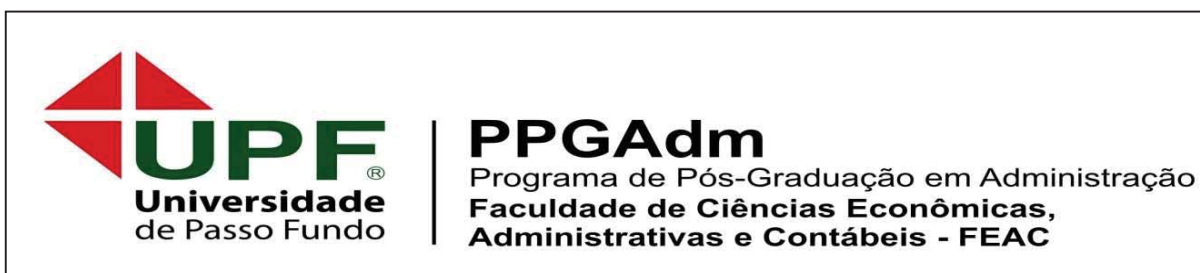
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o prefeito municipal de Rondinha**BLOCO 1: Identificação**

Nome: _____

Gênero: ____ Idade: _____ Cargo ocupado na entidade: _____

BLOCO 2: Questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais

- a) No cargo de gestor público municipal, como você analisa a questão da sustentabilidade rural?
- b) Como se apresentam as políticas públicas municipais que tratam sobre o meio rural?
- c) Eu gostaria de saber, como é a percepção deste órgão público para o futuro das pequenas propriedades rurais já que há um crescimento acentuado do êxodo do rural?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais**BLOCO 1: Identificação**

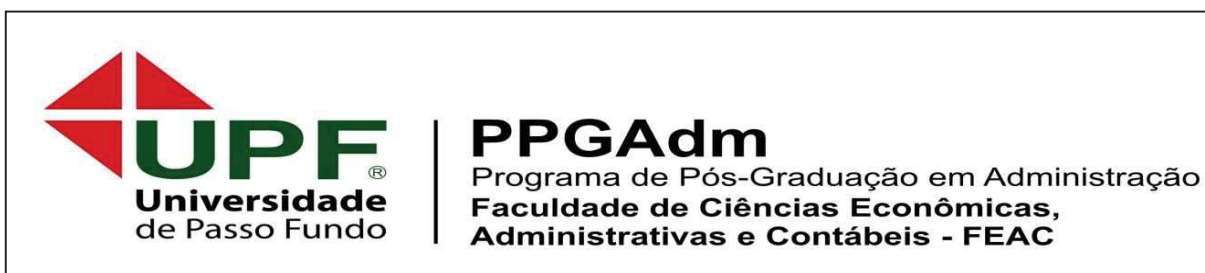
Nome: _____

Gênero: ____ Idade: _____ Cargo ocupado na entidade: _____

BLOCO 2: Questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais

- a) Eu gostaria de saber, como este órgão vê a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares?
- b) Qual é o posicionamento do sindicato frente aos agrotóxicos?
- c) De que forma a sustentabilidade rural é possível nas pequenas propriedades rurais?
- d) Como os agricultores podem contribuir para a sustentabilidade das pequenas propriedades?
- e) Como é a luta pelas políticas públicas que o sindicato vem desenvolvendo?
- f) Como é a ligação de vocês com os agricultores e com os demais órgãos aqui do município Emater, Prefeitura?

APÊNDICE E - Roteiro para observação



Itens a serem observados

- 1) Como é a preservação ambiental no plantio, na manutenção das culturas e na colheita da produção. O objetivo principal deste item é analisar como se dão as práticas de exploração da natureza pelo homem e se o mesmo tem ligação direta com a produção.
- 2) Como as interações sociais podem ajudar na dinâmica produtiva da pequena propriedade rural. O objetivo deste item consiste em observar como os agricultores familiares ajudam-se, compartilhando mão-de-obra, e maquinário.
- 3) Os agricultores familiares colocam em prática o que é repassado pela Emater, como: poda de árvores frutíferas de maneira adequada; uso de produtos atóxicos para a produção de hortifrúti, entre outros.
- 4) Visualizando o entorno da propriedade, observar a presença de embalagens de agrotóxicos, o desmatamento e outras práticas de degradação do meio ambiente.

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A influência das capacidades empreendedores e inovativas na sustentabilidade das pequenas propriedades rurais familiares: um estudo multicaso”, que está sendo desenvolvido pela Mestranda RafaelePotrich.

Esta pesquisa justifica-se como tentativa de identificar alternativas sustentáveis para as famílias sobreviverem no campo com pequenas extensões de terra. Os objetivos desta pesquisa são: investigar e descrever a dinâmica produtiva, familiar e social das pequenas propriedades rurais familiares; analisar os processos de produção e comercialização dos produtos resultantes das atividades rurais desenvolvidas; medir e avaliar os resultados da produção e comercialização dos produtos considerando os impactos ambiental, social e econômico das atividades.

A sua participação na pesquisa será de 1 encontro, pela parte da tarde, com duração aproximada de 2 horas. Acaso for identificado algum sinal de desconforto psicológico da sua participação na pesquisa, a pesquisadora compromete-se em orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados na área. Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo.

Sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento. Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo. As suas informações serão gravadas e posteriormente destruídas. Os dados relacionados à sua identificação não serão divulgados. Os resultados da pesquisa serão divulgados, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora RafaelePotrich, pelo telefone (54)9601-6488, com a professora orientadora, Profa. Dra. DenizeGrzybovski (54)9922-2777 ou, ainda, com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pela pesquisadora responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Passo Fundo, ____ de _____ de ____.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: Rafaele Potrich

Assinatura: _____